Diário de Lisboa

Março 1977
Terça-feira
15

ANO 56.º
N.º 19 302
6 escudos

Fundador **Joaquim Manso** Director **A. Ruella Ramos** Director-adjunto **Fernando Piteira Santos**

O alarme vem do Porto: restrição das importações pode precipitar o sector na falência

Crise nos brinquedos

PORTO, 15 — Reunidos ontem à noite na Associação de Comerciantes do Porto, vários trabalhadores e comerciantes ligados ao sector de brinquedos decidiram enviar um telegrama ao Governo solicitando a suspensão da portaria n.º 99-A/77, que restringe a menos de um terço o total de importações feitas em 1975 e 1976. No telegrama aqueles profissionais protestam contra a aplicação da portaria que, para além de poder conduzir à «total falência do sector», com o consequente desemprego para os trabalhadores, obriga a inúmeras dificuldades burocráticas.

Na reunião foi considerado que as crianças são bastante afectadas com aquela medida, uma vez que não há sucedâneos em Portugal para os brinquedos importados.

Por outro lado os homens do sector consideram que são mais desfavorecidos do que os outros sectores. Para citar um exemplo refira-se o caso do regresso de Humberto Coelho ao Benfica, que implicará a saída de 7.500 contos do País, o que corresponde um décimo do contingente anual da importação de brinquedos.

Amanhã um grupo de profissionais de Lisboa e Porto avistar-se-á com um adjunto do Primeiro-Ministro.

Correio ao sábado: sim ou não?

(Pág. 8)

Outra bomba em Lisboa

(Pág. 20)

EXCLUSIVO

O «Diário de Lisboa» publica-se hoje com 24 páginas, incluindo o «Exclusivo», o nosso suplemento das terças-feiras. Aqui apresentamos um artigo sobre o que se está a passar em Timor Oriental («Timor: o Vietname da Indonésia») e diversos comentários sobre «A Crise da Imprensa na Europa». «Exclusivo» trata ainda dos mais variados problemas e acontecimentos mundiais.

VAMOS GASTAR 300 MIL CONTOS EM 1977

Urânio nacional – quem aproveita?

Um total de 279 870 contos está consignado no Programa de Investimentos da Administração Pública em 1977 em sectores relacionados com a prospecção e exploração de jazigos de urânio. O plano relaciona-se com os projectos governamentais com vista à instalação em Portugal de uma série de centrais nucleares (nove até ao ano 2000), custando cada uma cerca de 20 milhões de contos.

O Programa mencionado, proposto pela Junta de Energia Nuclear, visa investimentos na ordem dos 122 500 contos na prospecção e exploração de jazigos de urânio, divididos em 2500 contos para prospecção de urânio, predominantemente em formação sedimentares e valorização de índices de mineralização e 120 mil contos para a preparação de minas de urânio para exploração, produção de minério de urânio, lixiviação «in situ» e lixiviação estática, produção de concentrado de urânio, ampliação da oficina de tratamento da Urgeiriça e projecto da oficina de tratamento químico do minério de urânio de minas e suas infra-estruturas.

A adicionar ainda a estas verbas mais 10 mil contos para o estudo sobre combustíveis e reactores nucleares, 21 mil contos para investigação relacionada com energia nuclear e 3870 contos para investigação relacionada com os combustíveis.

Nestas somas inclui-se o recurso (não especificado) a consideráveis importações de materiais, já que está em jogo um sector para o qual Portugal não possui tecnologia apropriada (nem sequer técnicos em número suficiente).

Para além deste Programa o Governo prevê ainda para o corrente ano a reestruturação da Junta de Energia Nuclear e a criação de uma Empresa Nacional de Urânio.

Note-se que a República Federal Alemã é o país que mais interessado se tem mostrado neste projecto, não só pelos ganhos que espera ter no fornecimento das centrais nucleares e na venda dos serviços afins, como também pelo aproveitamento que espera fazer do urânio português, dentro da sua política de fornecer centrais ao Terceiro Mundo, especialmente aos países que possuam urânio que possa ser utilizado pelas suas próprias centrais, a preços muito mais baixos que os normais.

Pedido de adesão à C.E.E. vai a Conselho de Ministros

De acordo com as declarações prestadas aos órgãos da Informação ontem, à chegada ao aeroporto, Mário Soares abordou o problema da apresentação da candidatura de Portugal à CEE. O Primeiro-Ministro disse ainda que ia conversar com os «leaders» da oposição e tomar decisões acerca disso. «O pedido — salientou — virá a ser formulado oficialmente, como estava previsto, no final do corrente mês.

Mário Soares negou qualquer possibilidade de um referendo a nível nacional sobre o assunto, como aconteceu nos países nórdicos e na Grã-Bretanha.

Confessou-se muito satisfeito com os resultados da viagem pois «todas as reservas que se puserem foram mais ou menos vencidas». Afirmou que o parecer da comissão sobre a entrada de Portugal será dado em seis meses, as negociações prolongar-se-ão por dois ou três anos e haverá formalmente um período transitório de cinco anos mas «logo que nós tivermos o primeiro «sim» da comunidade para a abertura das negociações, já temos um pé dentro da comunidade, e no dia em que tivermos, depois das negociações acabadas, assinada a adesão, estaremos em pleno dentro da Comunidade, embora sujeitos a condições especiais para certas matérias, como as têm, neste momento, os ingleses».

Abordando o caso das ocupações de instalações diplomáticas portuguesas em Paris e Bruxelas, disse não achar grande importância nesses casos «coisas perfeitamente normais em democracia».

Confirmou ter sido abordado na RFA o «dossier» das centrais nucleares «no sentido de que já há estudos feitos de um lado e de outro e propostas para nos auxiliarem, provenientes de vários lados, mas não houve qualquer resolução».

A terminar Mário Soares fez um convite aos sindicatos filiados na Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses-Intersindical Nacional e na «Carta Aberta» para analisarem a questão da adesão à CEE afirmando que «se as direcções sindicais viessem a tomar uma posição contrária à do Governo neste âmbito, essa seria uma posição de suicídio, porque a grande maioria dos trabalhadores portugueses não a aceitariam e teriam de substituir os aparelhos sindicais mais cedo ou mais tarde». Não explicou no entanto como tinha chegado a tal conclusão sobretudo quando o partido que chefia vê a sua influência sindical cada vez mais debilitada e a grande maioria dos trabalhadores portugueses definiu a sua posição face ao tão apregoado «contrato social», com base na carta reivindicativa dos trabalhadores portugueses, aprovada no último Congresso de todos os Sindicatos.

Notas falsas para Moçambique eram feitas em Santo Tirso

(Pág. 6)

DESMONTADO CRIME DE LINDA-A-PASTORA

Três jovens mataram para roubar 1530$00

. Três jovens de 20, 18 e 17 anos, confessaram já na Polícia Judiciária o crime de homicídio perpetrado na pessoa de um motorista de táxi, em Linda-a-Pastora.

Apurou-se entretanto que a arma — um revólver calibre 32 — pertencia a um furriel do Exército na situação de licença registada, e que a confiara aos outros três amigos para venda.

Outro facto apurado pela P. J.: o furriel e os três jovens desenvolviam actividades ligadas à droga. Aliás, o mesmo furriel, então no activo, já em 28 de Dezembro do ano passado usara aquele revólver, atingindo um estudante de 22 anos que teve de ser hospitalizado. Pomo da discórdia: estupefacientes.

Voltando ao assassinato do motorista de táxi, Francisco dos Santos Fernandes, os seus autores admitem que na noite do crime tinham vindo da Amadora (onde todos residiam) para Lisboa, com o objectivo de assaltarem escritórios. As suas tentativas não resultaram e, sem meios para regressar a casa, decidiram apanhar um táxi e roubar o motorista pelo caminho. Mandaram-no seguir para Linda-a-Pastora (não se arriscando a seguir para a zona onde moravam) e, a certa altura, um deles abraçou o pescoço da vítima, enquanto outro lhe roubava a carteira, sempre sob a mira do revólver, empunhado

Continua na pág. 16

Política de A a Z

A «BOMBA» DE HOJE

Era de fraca potência e de fabrico rudimentar, segundo informam os peritos. Não constitui apaziguamento para a nossa tranquilidade o fabrico rudimentar de engenhos de destruição e de morte. Não é garantia para a nossa segurança o facto de serem limitadas as destruições, de não ter causado vítimas, de os prejuízos, contabilisticamente, serem reduzidos. O mal é a «bomba». O perigo é a «bomba». O escândalo é a «bomba».

Porque este «bombismo» que é uma forma de pressão e que é uma ameaça, representa um desafio às autoridades às quais compete velar pela segurança pública. Mas representa, também, um desafio ao Governo e ao Presidente da República.

Quando visitou as instalações da Polícia Judiciária, em Lisboa, o general Ramalho Eanes foi categórico: não deveria ser dada paz ao «bombismo». As investigações, porém, continuam a arrastar-se e nem toda a culpa dessa lentidão poderá ser imputada aos serviços policiais, civis e militares. Os serviços policiais têm falta de meios e de pessoal. Mas, como é evidente o problema da repressão do «bombismo» não consiste em investigar, presume a vigilância activa, a capacidade de intervenção. E sob este aspecto a Polícia de Segurança Pública, os serviços de Viação e Trânsito da G. N. R., têm um papel a desempenhar.

Deslocada para Lisboa, em Lisboa centrada a actividade bombista após a divulgação do «ultimato» que o «D.L.» oportunamente referiu e reproduziu, os fabricantes das bombitas rudimentares e os assíduos praticantes do bombismo passeiam-se agora na capital com surpreendente, chocante e preocupante liberdade de movimentos. Vamos na dezena de bombas desde 20 de Fevereiro. Esta deflagrou na zona de Alcântara com o visível propósito de destruir, mas, só por acaso, não causou vítimas.

Amanhã onde será a «bomba»?

Até quando?

A «BOMBA» DE SEMPRE

Hoje, não com a «bomba» desta madrugada, mas com as «bombas» que, apesar de tudo e de muitos, têm estoirado no decurso das investigações que se fazem ou, por acidente, se desfazem, parece difícil sustentar a teoria do «bombismo de dois bordos». Que há mistérios neste «bombismo» — aliás dos já conhecidos e que nenhum silêncio poderá minimizar — é evidente. Mas para além desses «mistérios consentidos» a teoria desfaz-se à medida que as investigações avançam. Estamos no ponto em que é necessária uma nova intervenção autorizada e forte. Por exemplo: uma intervenção do Presidente da República.

Faça-se um balanço público do «bombismo». Revelem-se as implicações políticas do «bombismo». A verdade é urgente. E é urgente a paz no «País novo» que queremos construir.

E os anunciadores da teoria do «bombismo dos dois bordos» têm agora ocasião de explicarem o que queriam dizer. A verdade é urgente. Não é sobre ambiguidades, intrigas e intoxicações que a vida nacional poderá oferecer aos portugueses tranquilidade, segurança e perspectivas de trabalho produtivo e criador.

O PROBLEMA DA SEGURANÇA PÚBLICA

O problema da segurança pública não se limita, aliás, ao «bombismo» em liberdade. São os assaltos aos bancos, às tesourarias, a empresas, a casas particulares; é o tráfico da droga; são os bandos que controlam a vida nocturna da cidade; são crimes de morte como aqueles que vitimaram trabalhadores da Carris e condutores de táxis; é o fabrico de moeda falsa e a sua comercialização; é a confusão entre actividades marginais e actividades que se não converteram à nova realidade portuguesa; é, também, a confusão fomentada entre uma proclamada «defesa da Democracia» e um irrecuperável activismo de «direita» que não hesita, ou não está em condições de evitar, formas de actividade criminosa.

Não diremos, em termos alarmados, que a insegurança é total, mas, dizemos, sem alarmismo, que a segurança é precária. E porque o pensamos, não deixaremos de o escrever como nos cumpre, que não se tem feito tudo, ou que quase nada mesmo se tem feito, para restabelecer na capital e no País, com a «ordem constitucional», com a «institucionalização da vida democrática», a segurança e a tranquilidade que às populações são devidas. As autoridades têm o dever de actuar preventivamente, antes de se lançarem em formas de repressão. E, sob este aspecto, as carências são manifestas.

Sabemos que não é possível assegurar a vida de uma população se os cidadãos não participam voluntariamente, conscientemente, na organização da sua própria segurança, se continuam a considerar as «autoridades de segurança» um corpo estranho à vida democrática do País libertado.

As notícias relativas a casos como os que se passaram no Porto, com o Comando Regional da Polícia de Segurança Pública, ou com o agente da Polícia Judiciária, Júlio Regadas, não são de molde a inspirarem confiança. E a desconfiança, a recordação do que se passou nos longos anos do regime ditatorial fascista, abre um campo de manobra largo aos que pretendem violar a legalidade democrática: uns com intenções criminosas imediatas, outros animados do espírito da «desforra» política e apostados no «regresso» ao passado salazarista e caetanista.

Estamos perante problemas delicados que exigem prudência e bom senso, mas que exigem também decisão e audácia. Audácia física, audácia moral, audácia política. E algum rigor. Já é tempo de garantir às populações segurança. A segurança é uma condição de liberdade. E todos pressentimos que da vaga de criminalidade, uma parte significativa cresce, paredes meias, com os surtos do activismo reaccionário. Casos de assaltos, casos de moeda falsa, casos de contrabando, casos de vendas de armas, tráfico de droga, tráfico de moeda — tudo exige intervenção drástica e limpeza urgente.

Antes que seja tarde.

NO COMÉRCIO E INDÚSTRIA

Vão intensificar-se relações entre Portugal e U.R.S.S.

Foi assinado esta manhã na Câmara do Comércio e Indústria Portuguesa um protocolo de colaboração entre as câmaras do comércio e indústria portuguesa e da U.R.S.S. Pela parte de Portugal o director da câmara portuguesa, Teixeira Queirós, e pela parte soviética o seu homólogo Michail Gorodissky.

O protocolo de colaboração prevê, entre outras coisas, «a prestação de assistência a firmas e organizações de Portugal, no estabelecimento e desenvolvimento de relações económicas ou comerciais e outras relações de negócios com organizações soviéticas»; «a troca sistemática de informações de carácter económico-comercial»; a prestação de ajuda na organização e realização de exposições e feiras em Portugal e na U.R.S.S.»; «o intercâmbio de delegações de círculos de negócios e outras medidas orientadas para o fortalecimento das relações económico-comerciais, científico-técnicas e de outro tipo, entre firmas e organizações dos dois países».

CÂMARA DA U.R.S.S.

Entretanto, foi ontem oficialmente inaugurada na capital portuguesa a Câmara do Comércio e Indústria da U.R.S.S. Para o efeito, deslocou-se a Portugal uma delegação soviética chefiada por Viasheclav Telegine, do sector do Comércio Externo da U.R.S.S.

A representação soviética em Lisboa foi criada com a finalidade de colaborar directamente com as firmas e organizações portuguesas interessadas no estabelecimento de contactos de negócios com organizações soviéticas do comércio externo, empresas industriais e outras organizações da União Soviética.

À representação soviética vai caber a organização do intercâmbio de delegações de círculos de negócios, a participação em exposições a efectuar na U.R.S.S., a resolução de questões ligadas ao registo de patentes de invenções na U.R.S.S., ao registo de marcas de artigos e de amostras industriais, peritagem de qualidade dos artigos de importação e exportação, solução de litígios nos campos do comércio externo e da marinha mercante, e tradução para o russo e do russo de documentos e materiais de carácter económico, cultural, científico-técnico.

Segundo uma informação da própria Câmara, as suas actividades serão orientadas para a colaboração no desenvolvimento ulterior das relações económico-comerciais e científico-técnicas entre a U.R.S.S. e Portugal.

A assinatura do protocolo luso-soviético

P.R. reúne-se com presidentes dos governos insulares

FUNCHAL, 15 — Seguiu esta manhã para Lisboa o presidente do Governo Regional, eng.º Ornelas Camacho, que vai avistar-se com o Presidente da República. Na reunião participará também o presidente do Governo Regional dos Açores, dr. João Mota Amaral, sabendo-se que vão ser discutidos problemas relacionados com as regiões autónomas. Assistirá, também, à reunião, o dr. Sá Carneiro.

Entretanto, inicia-se hoje, na Assembleia Regional, a discussão do texto definitivo do Estatuto Político-Administrativo desta Região Autónoma. A discussão terá início a meio da tarde, logo após a abertura da 55.ª sessão da Assembleia, admitindo-se que nela interferirão vários deputados, dado o interesse que este diploma legal tem para o futuro do arquipélago.

MINISTRO CONTRA G. R DOS AÇORES

Numa entrevista concedida ao «Diário de Notícias» local, Marcelo Curto, que se encontra de visita ao Arquipélago da Madeira, pronunciou-se sobre a decisão tomada pelo Governo Regional dos Açores de fixar em 4000$00 o salário mínimo nessa região autónoma, ao contrário do que acontece na Madeira, onde o referido salário ainda não foi objecto de qualquer diploma legal. Comentando a decisão do Governo Regional dos Açores, Marcelo Curto afirmou: «O decreto-lei que instituiu o salário mínimo nacional é imediatamente aplicável à Madeira e aos Açores. A medida legislativa, que, neste caso, a Região dos Açores parece ter aprovado, segundo informam os jornais, para mim é completamente inconstitucional e, portanto, sem qualquer validade».

Presidente da Câmara demite-se em Peniche

Por discordância com o Partido Socialista, em cujas listas foi voluntariamente incluído sem contudo estar filiado no partido, demitiu-se de presidente do município de Peniche o dr. Jerónimo Barbosa.

«Os interesses do município devem estar acima de quaisquer estratégias de partido» — alegou o dr. Jerónimo Barbosa que não aceitou quaisquer pressões do P. S. condicionantes da sua actuação.

Segundo a Secretaria do município de Peniche, o novo presidente é José Maria da Silva Cruz, também do P. S.

PUB

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO DISTRITO DE SETÚBAL

Assembleia Geral Ordinária

CONVOCATÓRIA

Para os efeitos da alínea b), do artigo 33.º dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral Ordinária, deste Sindicato, para o dia 26 do corrente, pelas 15 horas, na sala do Sindicato dos Ferroviários, em Barreiro, Rua Conselheiro Serra e Moura, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Apreciação, Discussão e Votação do Relatório e Contas de 1976 e o parecer do Conselho Fiscal.

N. B. — Chama-se a atenção dos associados para a necessidade de se fazerem acompanhar do respectivo cartão sindical.

Barreiro, em 11 de Março de 1977

O Vice Presidente da Mesa da Assembleia Geral

a) João Maria Sovelas

Eleições para autarquias finalmente concluídas

Concluiu-se anteontem o preenchimento de todas as autarquias do País, com a realização do último acto eleitoral, que decorreu no concelho de Vagos, no distrito de Aveiro.

Tratou-se da eleição da Assembleia de Freguesia da Gafanha da Boa-Hora, repetida devido à rejeição da única lista apresentada às eleições de 12 de Dezembro do ano passado.

A esta nova eleição concorreram duas listas, uma do P. P. D. /P. S. D. outra do C. D. S., tendo triunfado a lista «pêpêdista» por mais treze votos, que a «centrista» (197 votos contra 184). A eleição, como ressalta dos resultados, despertou pouco interesse: de 1.283 eleitores inscritos, apenas votaram 394.

No processo referente a autarquias, permanece apenas por concluir o que se relaciona com as Juntas de Freguesia onde as respectivas Assembleias são constituídas por plenários, de cidadãos, eleitores, faltando no entanto preencher apenas uma Junta, a da freguesia de Sendas, no concelho de Bragança.

Oficiais da Armada evocam adesão ao 25 de Abril

O Clube Militar Naval assinalou, no passado domingo, o terceiro aniversário da reunião no decorrer da qual um grupo de oficiais da Armada aderiu ao Movimento dos Capitães de Abril.

Nessa data — 13 Março de 1974 — 125 oficiais da Armada, reunidos no Clube Naval, solidarizaram-se com os oficiais do Exército detidos três dias antes, na sequência das reuniões do M.F.A., e manifestaram a sua determinação em não colaborar em quaisquer medidas dirigidas contra camaradas de qualquer ramo das Forças Armadas».

Recorde-se que, os oficiais em causa, foram os capitães Pinto Soares, Vasco Lourenço, Carlos Clemente, Ribeiro da Silva e Martelo.

Como convidados estiveram presentes no encontro de anteontem o brigadeiro Hugo dos Santos (também «capitão de Abril»), o major Pinto Soares e o capitão Carlos Clemente.

ARMÁRIOS ESTANTES ROUPEIROS

ou quaisquer móveis modernos ou de estilo executamos por desenhos de todas as medidas.

FÁBRICA DE MÓVEIS SUPERCONFORTO

RUA MARIA ANDRADE, 64

(Junto da Igreja dos Anjos)

TELEFONE 84 87 19

post-scriptum

Fabrica-se um presidente de moca na mão?

Desde já quero frisar que não sou filiado em qualquer partido político, mas sou pela democracia e pelo socialismo e contra as ditaduras e a exploração do homem pelo homem.

Vem isto a propósito do que li em alguns jornais sobre o vomitar de porcaria num comício realizado no Coliseu dos Recreios.

Às tantas, ou melhor, no final da leitura, a fétida porcaria veio-me ao nariz e comecei a sentir a pituitária irritada.

É certo que não tenho procuração das pessoas que foram enxovalhadas e ofendidas como traidores e que, segundo um «patrioteiro» qualquer, devem ser julgadas na praça pública.

Mas não é menos certo que não posso deixar de manifestar a minha grande repulsa pelas tiradas atribuídas a vários oradores e, em especial, ao representante-mor da moca de Rio Maior.

Para estes, democracia e sociedade a caminho do socialismo, como determina a Constituição, é uma constante dor abdominal que os faz expelir injúrias e ódios por todos os orifícios corporais.

Todavia, a coisa vai indo, embora sob o signo da ambiguidade e da contradição, e espero confiadamente que a maioria dos cidadãos deste País jamais consentirá que aqueles que chamam traidores aos homens que derrubaram o fascismo subam algum dia ao Poder, porque então seria o fim do mundo com certeza!

José Rebordão — LISBOA

Quem os «faz correr» assim?

Todos os dias, ardendo de impaciência e ansiedade, espero a hora do telejornal para saber as últimas notícias acerca dos «dissidentes soviéticos». Infelizmente (para a nossa rósea televisão e para a civilização ocidental), eles não são tantos que justifiquem uma injecçãozinha diária e, pese embora a «boa vontade» (que se pressente) dos responsáveis televisivos, a maioria das vezes fico defraudado.

Para compensar, entretenho-me a adivinhar qual o locutor de serviço. Não é tão fácil como isso, pois há muitas caras novas e de quem nunca tinha ouvido falar. Quando calha ouvir algum discurso mais alongado, fatigado de um dia de trabalho, adormeço. Adormeço e acordo sobressaltado julgando ver no «écran» o Artur Agostinho, o Henrique Mendes ou o Pedro Moutinho, mas são tudo alucinações. As palavras eram as mesmas, mas os locutores são outros. Voltando, porém, aos «caros dissidentes», seria bom notar que:

— AMALRIK, o último de que se falou, ao provocar escândalo em frente do Palácio do Eliseu e ao ser afastado pela política francesa, comparou-a ao KGB. Isto levou a Imprensa francesa (até de direita) a escrever que, «então, o KGB não era tão mau como isso».

— SAKHAROV, outro dos «mosqueteiros», quando Pinochet afogou em sangue a revolução chilena, interpretou o facto como sendo a «libertação do Chile»...

— Todos os «dissidentes» se queixam dos «tratamentos psiquiátricos» a que são submetidos e que, entre outros males de somenos importância, lhes faria perder a memória. Chegados, porém, à «Europa Democrática» (como diria o dr. Medeiros Ferreira), inundam a respectiva Imprensa com todos os pormenores do seu «calvário» e preparam-se até para os descrever em livro. Quem os «faz correr» assim?

O que terá feito criar todo este interesse ao redor de tais personagens?

— A defesa dos direitos do homem ou a defesa dos «direitos» do capital?

Gabriel de Sousa — LISBOA

Quem não aprende como os Bourbons?

Lemos, transcrito do «Quotidien de Paris», extractos de uma longa entrevista concedida pelo dr. Mário Soares.

Se coisas houve que não nos causaram surpresa, tal a frequência com que são citadas — caso do «gonçalvismo», nós diremos antes «realismo» — outras houve que nos esclareceram melhor sobre certas coisas que à boca pequena se vão referindo.

Assim, ficámos a saber que o dr. Mário Soares, tal como os «papás» que para dominarem os seus irrequietos filhos os ameaçam com os «papões», dominou os sindicatos, afirmando-lhes que cederia o seu lugar a outros que, então, os reprimiriam. Bonito!

Ficámos a saber, também, que o monopólio dos sindicatos e da Inter está a ser quebrado com leis que concedem liberdade aos trabalhadores. Referia-se o primeiro-ministro à sindicalização, esquecendo-se de que a liberdade do trabalhador se sindicalizar passou a sjr facultativa depois do 25 de Abril.

Pensávamos sinceramente que o dr. Mário Soares soubesse o estado em que se encontravam os campos, quando os mesmos estavam na posse das tais pessoas que «ao menos sabiam o que era a agricultura». Mas afinal estávamos enganados. Assim se faz, parece, a defesa latifundiária.

Outra coisa viemos a saber e esta com grande impacto, pois que afirma que «mesmo dentro das nossas fileiras amigos meus dizem-me que no plano da política do partido eu faço uma política suicida». Mas como quer salvar o País, não cede ao rogo dos seus amigos. Eu é que sei, não são vocês — deduz-se — parecendo com isto querer dizer que os «seus amigos» não querem salvar o País.

Com afirmações tão categóricas, mas significativas de que «eu é que sei», parece que não são os «comunistas», como diz, que, como os Bourbons, não aprendem nada com a História. esses maus alunos parece que são outros e não aqueles a quem se refere.

Durão de Matos — AMADORA

A ZONA ECONÓMICA EXCLUSIVA DE 200 MILHAS

MARIA EDUARDA GONÇALVES

A expressão «Zona Económica Exclusiva» (Z.E.E.) tem aparecido, nos últimos tempos, nas páginas dos jornais do Mundo inteiro, incluindo os portugueses. As pessoas interrogam-se sobre o seu significado, sobre as implicações da sua adopção para o futuro da economia nacional e, em primeiro lugar até, das suas consequências para o dia-a-dia (nível de vida, abastecimento público, etc). Aquela expressão tem sido associada, por vezes, à perspectiva mais ou menos «misteriosa», de novas e importantes riquezas naturais, de fontes de matéria-prima, de possibilidades de desenvolvimento espectacular. Raras vezes, porém, têm sido análises objectivas. Frequentemente, tem sido confundida com o conceito de mar territorial.

Por isso, parece-nos oportuno contribuir para uma melhor compreensão do conceito de Z.E.E., como nova categoria de espaço marítimo e avaliar as consequências dele resultantes. Antes de mais, convém recuar um pouco na história para recordar os factores políticos e económicos que estiveram na origem da criação deste conceito, para definir, em seguida, o seu significado. Finalmente, afloraremos algumas possíveis implicações para Portugal.

ALGUMA HISTÓRIA: DO MONOPÓLIO DO PODER MARÍTIMO À SUA DEMOCRATIZAÇÃO

Durante séculos, um pequeno número de potências europeias dominou o Mundo, pela detenção do poder económico, militar e consequente influência política. Um dos elementos importantes desse domínio, e da competição que entre elas se estabeleceu, foi, desde início, a confrontação do poder marítimo e a utilização das frotas militares e de comércio. Com o tempo, por razões de defesa e segurança do território, algumas dessas nações vieram a estabelecer espaços marítimos de soberania nacional de 3 milhas a partir da costa, espaços que foram igualmente aplicados aos territórios colonizados.

A autoridade que cada nação exercia sobre o seu mar territorial trazia implícito o poder de pesca em regime de exclusividade, embora tal não tivesse sido originalmente, a razão determinante do próprio conceito de mar territorial.

A situação que, durante muito tempo, foi de relativa estabilidade, veio, porém, a sofrer profundas modificações após a Segunda Guerra Mundial. Estas foram devidas, fundamentalmente, a duas ordens de factores: o acesso progressivo à independência de numerosos Estados, como fruto da descolonização, os quais se viam perante a necessidade premente de fazer face aos problemas económicos e sociais derivados de situações históricas de subdesenvolvimento; o aperfeiçoamento dos meios e métodos de pesca pelas frotas das potências marítimas e o alargamento das actividades destes a áreas cada vez mais distantes, muitas vezes para compensarem a progressiva exaustão dos recursos vivos das zonas adjacentes às suas próprias costas ou em pesqueiros tradicionais. Esta evolução veio pôr em perigo a conservação dos recursos vivos incluindo as áreas situadas ao largo das costas dos países em vias de desenvolvimento.

Este tipo de problemas veio a dar origem, no princípio dos anos 50, a um movimento no sentido do alargamento das zonas sob jurisdição nacional, para além das três milhas, com vista a assegurar, entre outros objectivos, a protecção dos recursos vivos, e para que a sua exploração e aproveitamento económico fossem reservados às populações necessitadas dos Estados costeiros directamente interessados. O movimento teve início na América Latina, em parte, também, como reacção ao alargamento unilateral da jurisdição sobre a plataforma continental, pelos E.U.A. (Declaração Truman, 1945). O Peru, o Chile e o

Países em vias de desenvolvimento serão batidos pelos desenvolvidos, no aproveitamento das 200 milhas exclusivas. O problema é de infra-estruturas e meios

Equador, reunidos em Santiago (1952) proclamaram a sua soberania sobre zonas marítimas adjacentes às respectivas costas, com uma largura de 200 milhas. Esta distância foi escolhida por razões de natureza ecológica, ou seja, de maneira a abranger as áreas mais produtivas da corrente de Humbolt, que passa ao largo das costas ocidentais da América do Sul, e de que dependem riquíssimos recursos pesqueiros, em particular os de anchoveta.

Tais medidas de carácter unilateral que, claramente, afectavam os interesses de alguns Estados com actividade de pesca longínqua naquela região, em particular os E.U.A., não foram, na época, reconhecidas com a alegação de que violavam o direito internacional vigente. Só perante os apresamentos de navios que então se verificaram, tais Estados se viram forçados a aceitá-las, como factos consumados. Lembramos o caso, que ficou célebre na altura, dos navios baleiros, propriedade do armador Onassis, apresados por forças navais do Peru, pouco tempo após a extensão unilateral de jurisdidição por parte daquele Estado.

Em 1958 e 60, tiveram lugar a I e II Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (C.N.U.D.M.), face à incerteza que começava a reinar na comunidade internacional, em relação ao regime dos oceanos em particular quanto à largura do mar territorial e à existência de zonas de pesca exclusivas. Em relação ao primeiro aspecto, na falta de acordo internacional, os Estados adoptavam legislações que consagravam mares territoriais de 3 milhas (solução tradicional), de 4 (Estados escandinavos) e de 12 (U.R.S.S., logo após a Revolução). Quanto ao segundo aspecto, admitia-se já que, em princípio, a existência de zonas de pesca exclusiva, por parte dos Estados costeiros, poderia justificar-se em circunstâncias especiais. Por exemplo, quando se verificasse que o bem-estar económico e social das populações de certos Estados dependia, de forma vital, das actividades de pesca (caso da Islândia). No entanto, não se fizeram progressos, nestas Conferências, quanto à definição da extensão e conteúdo de tais zonas. Foi neste contexto que surgiu o conceito de zona contígua, como um espaço marítimo para além do limite exterior do mar territorial até uma distância de 12 milhas, no qual os Estados costeiros exerciam, entre outros, poderes de controlo aduaneiro e sanitário, mas que não incluia competências em relação aos recursos vivos.

A força política dos Estados industrializados pesou, então, mais do que as reivindicações apresentadas pelos Estados da América Latina, considerados na altura, «radicais» nesta matéria. Embora já tivesse participado naquelas Conferências um número importante de países em vias de desenvolvimento, ainda não tivera tido tempo de se afirmar, significativamente, a consciência da importância dos recursos vivos como fonte de desenvolvimento económico, assim como dos perigos resultantes da liberdade dos mares — na ausência de mecanismos regionais e globais adequados e eficazes — para a sua conservação. Tal situação foi, igualmente, reflexo da falta de autonomia e de organização dos Estados do Terceiro Mundo.

Foi no decurso dos anos 60 com o acesso de um grande número de territórios africanos à independência que estes novos Estados tomaram como suas as reivindicações dos pioneiros latino-americanos. A organização dos Estados do Terceiro Mundo como Países Não-Alinhados e a criação de um mecanismo representativo (o Grupo dos 77) criou as condições para uma progressiva incorporação de reivindicações de carácter económico nas negociações internacionais. Uma destas foi a da soberania permanente dos Estados sobre os recursos naturais, e o inerente direito à sua exploração, tendo em conta os interesses nacionais.

Este princípio, assim como a reclamação de outros direitos essenciais para a sua efectivação, como a do acesso, em condições equitativas, à tecnologia necessária à exploração e aproveitamento dos recursos naturias, vieram a ser, sucessivamente, apresentados pelos Estados em vias de desenvolvimento, nomeadamente na Organização das Nações Unidas e outros organismos daquele sistema.

Como já referido, foram, inicialmente, os Estados africanos (de adordo com uma resolução prévia da Organização de Unidade Africana — O.U.A.), que introduziram o conceito de Z.E.E., nas reuniões do Comité Preparatório da III C.N.U.D.M., em princípios da década de 70. Foi nesta altura que começou a acentuar-se também a preocupação quanto às consequências, para os Estados costeiros, da liberdade de investigação científica marinha (o conflito entre a chamada investigação «pura» e «aplicada»), sobretudo nas suas implicações para a exploração, dos recursos vivos e minerais (fundamentalmente, o petróleo) e, até, para a própria segurança nacional. Afirmou-se, ainda, a percepção dos possíveis efeitos negativos da poluição resultante de navios (sobretudo petroleitos) e da descarga ao mar de substâncias tóxicas ou nocivas susceptíveis de afectarem os recursos pesqueiros e o uso das costas para fins turísticos.

Do que ficou dito, é fácil depreender que as potências marítimas, na fase inicial da III C.N.U.D.M., não viram com bons olhos as reivindicações dos Estados costeiros do Terceiro Mundo, que ameaçavam retirar efeito ao princípio da liberdade dos mares, afectando interesses tanto estratégicos como económicos, incluindo os relativos à navegação e à pesca. Viam, igualmente, em perigo a possibilidade de executarem actividades de investigação científica, nas futuras zonas sob jurisdição nacional, assim como de nelas colocarem instalações flutuantes e equipamentos.

Mas a força política agora representada pelos Estados do Terceiro Mundo e as próprias contradições entre países desenvolvidos (traduzidas nas posições «avançadas» do Canadá e da Noruega, entre outros) e a justiça das razões invocadas, no contexto de uma Nova Ordem Económica Internacional, acabaram por vencer as resistências inicialmente encontradas.

Z E E : DIREITOS E DEVERES DOS ESTADOS NUM NOVO ESPAÇO MARÍTIMO

Zona Económica Exclusiva (Z.E.E.) é a designação que se convencionou atribuir, no âmbito da III C.N.U.D.M., ao espaço marítimo situado para além do mar territorial, até ao limite de 200 milhas. Na realidade, a largura da Z.E.E. será, em princípio, de 188 milhas, dado que o mar territorial terá normalmente, como limite exterior, 12 milhas contadas a partir das linhas de base.

Como resultado das negociações em curso, chegou-se a um compromisso entre os vários grupos de interesses, com base num conjunto de disposições, que incorporam as reivindicações económicas essenciais dos Estados costeiros em desenvolvimento, e consagram, igualmente, aspectos muito importantes do ponto de vista das grandes potências marítimas.

Assim, de acordo como consenso que começa a afirmar na Conferência (cuja Sexta Sessão está prevista para o Verão deste ano, em Nova Iorque), os Estados conteiros disporão, na Z.E.E., de direitos soberanos para fins de explo-

Continua na pág. 4

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS INDÚSTRIAS DE CELULOSE, PAPEL, CARTONAGEM E AFINS - ZONA SUL

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

CONVOCAÇÃO

De harmonia com o determinado no Art.º 27.º dos Estatutos, convoco para as 14.30 horas do dia 2 de Abril de 1977, na Rua Vítor Cordon, n.º 1 – 2.º, em Lisboa, (sede da União dos Sindicatos de Lisboa), a Assembleia Geral Ordinária com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

1.º – Apreciação, discussão e votação do Relatório e Contas do Exercício de 1976;

2.º – Apreciação, discussão e aprovação do Orçamento Ordinário para ano de 1977.

Lisboa, 11 de Março de 1977

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL
a) *Isidro Rodrigues Gomes*

PUB

SINDICATO NACIONAL DOS COBRADORES E PROFISSÕES SIMILARES

Rua Poço dos Negros, 153 - 2.º — Telefone 601614 — Lisboa-2

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
AVISO

Nos termos do artigo 34.º e para efeitos do artigo 32.º dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral deste Sindicato para os dias 25 e 28 do corrente, respectivamente na Delegação e na Sede, pelas 18.30 horas, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

— **Apreciação, discussão e votação do Relatório e Contas da Gerência de 1976.**

As reuniões terão lugar nos seguintes locais:

Dia 25 — No Porto — Delegação — Travessa dos Congregados, 17 - 1.º, Sala 11

Dia 28 — Em Lisboa — Sede — R. do Poço dos Negros, 153-2.º

Toda a documentação encontra-se patente na Sede, onde poderá ser consultada às horas do expediente, e na Delegação, no dia da reunião da Assembleia.

Lisboa, 15 de Março de 1977

O PRESIDENTE DA MESA
a) **Domingos Manuel da Silva**

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA CORTICEIRA DO DISTRITO DE SETÚBAL

CONVOCATÓRIA

Dando cumprimento ao preceituado nas alíneas b) e c) do Artigo 31.º dos Estatutos, convocam-se os associados deste Sindicato a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária, a realizar no próximo dia 26 do corrente mês, pelas 15 horas, no Salão do Centro Paroquial, sito na Rua Serpa Pinto em Montijo, com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º Apreciação e aprovação do Relatório e contas de 1976.

2.º Apreciar e deliberar sobre o Orçamento para 1977.

3.º Informações sobre a posição do Contrato Colectivo de Trabalho.

4.º Informações diversas.

Montijo, 12 de Março de 1977

O Presidente da Assembleia Geral

António Aires Silva

Zona económica exclusiva

Continuação da pág. 3

ração, conservação e gestão dos recursos vivos e minerais. Se bem que a expressão «direitos soberanos» mal se distinga da soberania propriamente dita, a sua consagração ficou ligada à ideia de que os poderes de que os Estados costeiros gozarão, em tal zona, terão, em relação aos recursos vivos, carácter meramente funcional. Isto quer dizer que tais recursos deverão ser explorados por aqueles Estados, na medida da respectiva capacidade de utilização (em relação a um «total máximo de capturas», igualmente a definir pelos Estados costeiros), podendo haver lugar a um «excedente», atribuível, mediante acordo, a terceiros Estados. No que se refere à atribuição do «excedente», os Estados costeiros deverão, porém, repeitar, segundo critérios de preferência as necessidades especiais de desenvolvimento de outros Estados, na mesma região, e as de minimizar os efeitos do novo regime em relação aos Estados cujos nacionais hajam pescado, habitualmente, na zona. As finalidades da criação da Z.E.E., são, assim, de natureza fundamentalmente económica, não esquecendo que aos novos direitos dos Estados costeiros corresponde a responsabilidade de assegurarem a protecção dos recursos, evitando a sua sobreexploração e cooperando, quando necessário, com as organizações regionais e globais de pesca.

Para além dos já referidos poderes dos Estados costeiros, quanto à exploração, conservação e gestão dos recursos vivos na Z.E.E., a pressão exercida, sobretudo pelos países em vias de desenvolvimento, levou à inclusão no futuro regime deste novo espaço marítimo, de poderes controlo sobre as actividades eventualmente poluidoras de navios estrangeiros, assim como sobre as actividades de investigação científica de terceiros Estados.

A integração destes dois tipos de competências tem sido argumentada com base nas possíveis implicações negativas da poluição marítima para a abundância e qualidade dos recursos vivos e, ainda, do possível uso dos resultados de actividades de investigação científica para fins de aplicação prática.

As potências marítimas alegam, no entanto, quanto ao primeiro aspecto que a concessão de poderes excessivos aos Estados costeiros, com o argumento da protecção do meio marinho, poderia vir a interferir com a liberdade de navegação, com consequentes prejuízos para o comércio e outras actividades interessando a comunidade internacional no seu conjunto. Quanto ao segundo, pretendem preservar, igualmente em nome da comunidade internacional, a liberdade de investigação científica nas áreas marítimas adjacentes aos Estados costeiros, onde até agora tem sido possível realizar estudos sem qualquer interferência exterior.

Embora ainda não tenha sido encontrada uma solução satisfatória para estes problemas, as bases para um acordo começam, porém, a desenhar-se. Assim, está em discussão, por um lado, a adopção de um regime de consentimento qualificado para a investigação científica e, por outro lado, de padrões e critérios internacionais de protecção ambiental a definir pelos organismos internacionais especializados na matéria.

No texto da futura Convenção, em elaboração pela Conferência, são, enfim, salvaguardados os interesses de terceiros Estados quanto à navegação, sobrevoo e instalação de cabos submarinos para comunicações e de condutas («pipelines»).

Na fase actual de negociação, o conceito de Z.E.E. já não é posto em causa, faltando apenas acordar, em definitivo certos aspectos do respectivo regime (ver acima).

Convém, ainda, salientar que os Estados sem litoral, e os geograficamente desfavorecidos, continuam a pressionar — particularmente os primeiros — o acesso, em condições especiais, à Z.E.E. dos Estados costeiros vizinhos, como compensação para as desvantagens naturais de que sofrem.

Perante a irreversibilidade da adopção de Zonas Económicas Exclusivas, até os Estados industrializados, que a elas se tinham oposto inicialmente, acabaram por aceitá-las. Como se sabe, os E.U.A., a U.R.S.S., os Estados-membros da C.E.E., proclamaram Zonas Económicas Exclusivas ou Zonas de Conservação e Gestão dos Recursos; de modo unilateral, à boa maneira latino-americana (que eles haviam criticado!...), com efeitos a partir de 1977.

A criação de zonas de jurisdição nacional até 200 milhas, unilateralmente, por parte de certos Estados tem vindo a assumir matizes diversos. Nuns casos, trata-se de Z.E.E. propriamente ditas, com competências amplas por parte dos Estados costeiros, em termos semelhantes aos do texto em negociação da III C.N.U.D.M.; isto é, abrangendo aspectos relativos aos recursos vivos, assim como quanto à protecção do meio marinho contra a poluição e ao controlo da investigação científica (ex. México, U.R.S.S). Noutros casos, trata-se antes de Zonas de Conservação e Gestão dos Recursos, limitando-se os poderes dos Estados costeiros, como o nome indica, a estas competências (E.U.A., países membros da C.E.E).

De uma maneira geral, as legislações nacionais adoptadas, unilateralmente, referem, expressamente, a sua provisoriedade, visando estabelecer e assegurar a jurisdição nacional nas respectivas zonas, em termos que poderão ser revistos em função da possível adopção de uma Convenção sobre o Direito do Mar.

Neste contexto, não pode esquecer-se que os Estados desenvolvidos poderão beneficiar, imediatamente, das potencialidades, abertas pela criação de zonas de 200 milhas, em virtude de disporem de infra-estruturas e meios importantes incluindo administrações experientes e pessoal especializado. O mesmo não acontece com a maior parte dos países em vias de desenvolvimento.

Caberá à Organização para a Alimentação e Agricultura (F.A.O.), como organismo especializado das Nações Unidas, e às comissões regionais de pesca, que funcionam no seu âmbito e que cobrem áreas geográficas abrangendo as actuais e futuras Z.E.E. de muitos Estados costeiros em vias de desenvolvimento, assegurar a cooperação internacional indispensável às tarefas de assistência técnica e de apoio ao desenvolvimento dos Estados costeiros, com vista a permitir-lhes a utilização dos recursos vivos das respectivas Z.E.E., em função das respectivas políticas de desenvolvimento.

ALGUMAS IMPLICAÇÕES PARA PORTUGAL

No momento em que a Assembleia da República acaba de aprovar na generalidade a proposta de lei (47/1) do Governo, para a criação de um mar territorial de 12 milhas e de uma zona de pesca de 200 milhas (prevendo, ainda, a possibilidade do estabelecimento de um regime especial numa zona de reserva nacional de 50 milhas), importa tomar consciência de que, para além das perspectivas à primeira vista prometedoras que uma tal notícia representa para o futuro da pesca portuguesa, complexos problemas se apresentarão, tanto para a Administração como para as entidades públicas e privadas a quem caberá executar a futura lei, passando dos princípios à prática.

Tal como tem sido referido pelos responsáveis do sector depois do 25 de Abril, e, agora, pelo ministro da Agricultura e Pescas ao apresentar aquela proposta de lei, assim, como no debate que se seguiu, torna-se necessário alargar os conhecimentos sobre os recursos (distribuição-abundância e outras características relevantes) localizados na área da futura zona, como base para o desenvolvimento planificado dos meios de captura e de medidas de gestão e conservação adequadas. Haverá, igualmente, que intensificar o apoio financeiro e técnico aos sectores produtivos e de transformações, de forma a assegurar, a breve prazo, a utilização óptima do total de capturas na zona, por nacionais, com todas as vantagens inerentes para a vantamia do País, e para o abastecimento da população. Se é certo que muitos recursos estão em situação de sobreexploração, tudo leva a crer que as possibilidades de expansão são ainda significativas em relação a algumas espécies, preudo susceptíveis de compensarem a perda de recursos resultantes da adopção de Z.E.E. em áreas de pesca tradicionais (Canadá, Noruega, Marrocos, Mauritânia, etc.). Para além de legislação adaptada às circunstâncias, tornar-se-á necessário assegurar o seu cumprimento mediante a participação dos interessados (pescadores, armadores, etc.), o que implica um grande trabalho de divulgação e educação. Evidentemente, será, igualmente, necessário manter uma vigilância e fiscalização eficazes das actividades pesqueiras na zona, não só no que se refere às dos navios nacionais como estrangeiros, a fim de prevenir — e, se necessário, reprimir — infracções às futuras leis e regulamentos.

Estas tarefas são particularmente urgentes, numa altura em que Portugal está envolvido em negociações de pesca com vários países e com a C.E.E. Só com um conhecimento efectivo do que temos e do que queremos, poderemos defender os interesses da pesca portuguesa, com vista à satisfação das necessidades de desenvolvimento económico e social, de um modo autónomo e independente. Neste contexto, o anúncio de uma futura Lei do Fomento das Pescas é uma notícia encorajadora.

DIÁRIO "AÇORES" REVELA

Novo acordo sobre Flores faz concessões à França

O novo acordo luso-francês sobre a utilização por parte da França, da base açoriana das Flores, concede a este país «um conjunto de meios e serviços destinados a facilitar-lhe a observação e medição das trajectórias de engenhos balísticos franceses sem ogiva nuclear, lançados na direcção oeste, a partir da costa atlântica francesa» — revelou o adjunto regional para as obras públicas, eng. Vítor Macedo, numa entrevista concedida ao quotidiano insular «Açores». Segundo este membro do Executivo Regional dos Açores, «as aeronaves ampliadas pelo Governo francês na observação e medição das trajectórias, poderão fazer escala e estacionar no aeródromo de Santa Maria e as destinadas ao transporte utilizarão também o das Flores, enquanto os navios franceses comprometidos nos ensaios se poderão reabastecer e atracar sem prévio pedido oficial, nos portos de Horta e Ponta Delgada».

Ainda segundo Vítor Macedo, em consequência do novo acordo e em sua aplicação, será construído o porto da ilha das Flores e prosseguirão outras obras (sanitárias, o de abastecimento e mais) tanto nas Flores como em Santa Maria.

O novo acordo, que entrará em vigor, a 4 de Junho, deste ano terá a duração de seis anos. Findo este prazo, poderá ser renovado automaticamente.

Moedas do 25 de Abril: venda garantida a numismatas nacionais

A fim de esclarecer o público acerca de notícias ontem divulgadas sobre moedas «proof» postas à venda no estrangeiro antes de serem facultadas aos coleccionadores portugueses, a administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda (INCM) emitiu ontem um comunicado em que relata os factos relacionados com a emissão destas moedas.

De acordo com o comunicado, a emissão foi autorizada pelo Decreto-Lei de 20 de Maio (381/76) e a cunhagem é de um milhão de moedas com o valor nominal de 250$00.

Das moedas cunhadas 50.000 conjuntos de dois exemplares foram reservados para a venda a coleccionadores.

Obtida a aprovação do Banco de Portugal e a autorização do subsecretário de Estado do Tesouro, a INCM exportou para a Holanda «conjuntos maxime» mas salvaguardou os interesses dos coleccionadores portugueses que poderão adquirir brevemente — talvez ainda esta semana — as moedas que pretendem a preço inferior ao pedido pelos coleccionadores alemães que as puseram à venda na feira da especialidade.

Rocha Vieira visita Regiões Centro e Norte

PORTO, 15 — O general Rocha Vieira, chefe do E.M.E., reuniu esta manhã, no Regimento de Engenharia de Espinho (aquartelamento do antigo G.A.C.A., 3, em Paramos) com os comandantes das unidades da Região Militar do Norte. Chegado aquele regimento às 9,30, acompanhado do general Melo Egídio, Rocha Vieira era aguardado pelos brigadeiros Pacheco Rodrigues, comandante em exercício da R.M.N. e Mário Delgado, 2.º comandante da mesma Região, que só hoje, contrariamente ao que ontem noticiámos, deverá tomar posse do cargo. O general Rocha Vieira não fez quaisquer declarações aos jornalistas que o aguardavam à sua chegada àquela unidade.

De tarde Rocha Vieira esteve no Regimento de Infantaria de Aveiro, onde chegou depois das 14 horas, para idêntica reunião com os comandos das unidades da Região Militar do Centro.

ESTADOS-MAIORES PENINSULARES

Encontra-se desde ontem em Madrid uma missão militar portuguesa chefiada pelo vice-almirante Almeida d'Eça, em representação do E.M.G.F.A., e composta ainda por representantes dos Estados-Maiores dos Três Ramos das Forças Armadas. A missão deslocou-se à capital espanhola para tomar parte na vigésima terceira Conferência dos Estados-Maiores Peninsulares.

A missão espanhola que participa na Conferência é constituída de modo similar à portuguesa e chefia-a o vice-almirante Romero Moreno, seguido chefe do Estado Maior.

Entre os assuntos que serão abordados, conta-se a colaboração entre as duas partes em casos de calamidade pública — segundo as agências, citando fontes do Estado-Maior espanhol.

Novo contrato dos jornalistas assinado ao princípio da tarde

Foi assinado ao princípio da tarde, no Ministério do Trabalho, o novo Contrato Colectivo de Trabalho para os jornalistas da Imprensa Diária, Imprensa Não Diária e Agências Noticiosas.

Segundo a direcção sindical dos jornalistas, os termos definitivos do contrato serão em breve divulgados à classe.

As tabelas salariais passam a vigorar desde 1 de Janeiro, obedecendo aos seguintes valores: estagiário em período de experiência, 4700$00; estagiário do primeiro ano, 6400$00; estagiário do segundo ano, 8500$00; jornalista do primeiro grupo, 11.500$00; jornalista do segundo grupo, 13.200$00; subchefe de Redacção, 15.250$00; e chefe de Redacção, 17.500$00.

REESTRUTURAÇÃO DE «O SÉCULO»

A administração da empresa pública proprietária de «O Século» convocou para hoje à tarde um plenário de trabalhadores, no decurso do qual deverão ser escolhidos três representantes para os trabalhos de reestruturação da empresa.

Ontem, como noticiámos, a célula do PCP da ex-SNT alertava os trabalhadores para essa escolha, afirmando que os elementos da Comissão Reestruturadora «deviam ser eleitos e não nomeados».

Por sua vez, em comunicado hoje distribuído, o núcleo socioprofissional do PSD acusa o Governo de manter uma política que visa «objectivamente silenciar a voz do matutino «O Século» em favor de outros órgãos de comunicação social estatizados».

SILVA GOMES NA ESMES

«A condição do êxito basilar do jornalista compõe-se de um por cento de inspiração e noventa e nove por cento de transpiração» — afirmou ontem Silva Costa, assessor da Presidência da República para os meios de Comunicação Social, na sua palestra incluída nos Seminários de Jornalismo a decorrer na Escola Superior de Meios de Comunicação Social.

Outro juízo de Silva Costa: «O jornalismo é sobretudo integridade humana e acção eminentemente criadora».

Lembrou Silva Costa que o trabalho do jornalismo tem muito a ver com a Sociologia. Palavras suas: «Mais do que Sociologia. Um trabalho que tente descrever situações complexas é um trabalho interdisciplinar, que exige o conhecimento de algumas ciências a que o jornalista não pode deixar de acorrer».

LISBOA-ALCOCHETE

Decorrem conversações para recomeço da carreira

ALCOCHETE, 15 — Ao tomar conhecimento de que a Transtejo decidira pôr termo à carreira fluvial que estabelece a ligação entre a vila e Lisboa, a população de Alcochete impediu que o barco da carreira das 18 e 45 regressasse à base, como estava previsto e ao contrário do que sempre acontece. Este barco costuma, realmente, ficar na vila e regressar a Lisboa às 7 e 30 da manhã transportando os residentes de Alcochete que trabalham na capital. Ontem, porém, quando se encontravam já a bordo, os passageiros que regressavam a Alcochete ao fim do dia, foram informados de que a carreira acabava naquele próprio dia e que, terminada a viagem, o barco regressaria a Lisboa em lugar de ficar em Alcochete para garantir as ligações hoje de manhã. A notícia indignou os passageiros que à chegada a Alcochete, reuniram à sua volta uma multidão decidida a impedir o encerramento da carreira. Convocado, o presidente da Câmara resolveu interferir junto da Administração da Transtejo, o que lhe foi difícil, dado o adiantado da hora. Para evitar que o regresso do barco tornasse a decisão da Transtejo definitiva, os utentes não permitiram que o barco regressasse e obrigaram a sua tripulação a permanecer na vila até às oito horas de hoje, altura em que seguiu para Lisboa com passageiros a bordo como habitualmente.

Uma comissão de utentes acompanhou esta manhã o presidente da Câmara aos escritórios da Transtejo a fim de conseguir que a carreira não seja interrompida tanto mais que se admite ser possível, com uma alteração dos horários, torná-la rentável.

À hora do fecho do nosso jornal ainda não eram conhecidos os resultados das conversações.

MAIS PETRÓLEO IMPORTADO NO VERÃO DE 1976

Aumentou em cerca de 22 por cento a importação de petróleo bruto no terceiro trimestre de 1976 («grosso modo» o Verão), de acordo com os últimos dados estatísticos revelados.

O total das importações portuguesas neste sector somou 1 305 120 toneladas, sendo os principais fornecedores o Irão (27,2 por cento) a Arábia Saudita (26,2), o Iraque (24,3) e a União Soviética (22,3).

Durante o mesmo período, importámos 430 052 toneladas de produtos derivados do petróleo, das quais exportámos cerca de 10 mil toneladas, na sua maior parte para as ex-colónias de África.

PARA UNIR PROFESSORES

Manifesto defende uma frente ampla

O Sindicato dos Professores está desmobilizado, é inoperante, não tem poder de negociação face ao M.E.I.C. e não há unidade entre os sindicalizados nem vida sindical. Estas as conclusões a que chega um manifesto aos professores assinado já, pelo menos, por 30 comissões sindicais de docentes.

No dia 18 de Maio haverá eleições para os corpos gerentes do Sindicato dos Professores da Zona da Grande Lisboa. A entrega de listas termina no próximo dia dois de Abril.

Face à situação do sindicato descrita no manifesto, os seus subscritores, afirmam que «é possível, no entanto, unir os professores em torno dos seus problemas comuns». Para que este objectivo seja alcançado, defendem como condição fundamental que nas próximas eleições seja eleita uma direcção que «surja de uma **frente ampla**, o que excluio aparecimento de listas partidarizadas, por mais unitárias que se apresentem, e que só favoreceriam mais uma vez a divisão dos professores; não seja correia de transmissão de qualquer partido político; não esteja dependente do M.E.I.C. ou conluiada com ele; seja formada a partir da base, com participação dos elementos activos na defesa dos interesses dos professores e do Sindicato e discutida em assembleias e comissões sindicais».

Estes objectivos foram já assinados, entre outras, pelas comissões sindicais do Liceu Camões, Escola Preparatória Manuel da Maia, Escola Comercial e Industrial Alfredo da Silva, Liceu Padre António Vieira, ISCSP, Faculdade de Ciências, Escola Preparatória Fernão Lopes, Liceu Pedro Nunes, Liceu de Queluz, Escola Secundária do Laranjeiro, Escola Industrial Luísa de Gusmão.

O Manifesto que apela para a participação e para a discussão nas comissões sindicais, nos núcleos sindicais de base e entre os professores, avança como urgente face à definição dos objectivos em torno da criação de uma frente ampla « a discussão da questão das eleições nas assembleias sindicais de modo a que todos os professores participem activamente neste processo; o lançamento imediato das bases de uma proposta de acção sindical a ser elaborada a partir dos Núcleos Sindicais de Base e aprovadas reuniões das respectivas comissões».

Neste sentido, deve esta proposta abordar os seguintes pontos: «Defesa dos direitos dos professores — por um contrato colectivo de trabalho; actuação dos professores face às medidas do MEIC; relançamento da vida sindical e reforço das estruturas sindicais».

U E C e J S VENCEM EM LETRAS

Uma lista composta por elementos afectos à U.E.C. e à J.S. venceu as eleições para o Conselho Directivo da Faculdade de Letras de Lisboa.

Entretanto em reunião havida na passada quinta-feira, a Assembleia Geral de Escola decidiu repudiar a escala numérica definida pelo M.E.I.C. para a avaliação de conhecimentos «reafirmar os princípios da avaliação contínua de trabalhos colectivos e a criação de uma escala numérica de cinco escalões: oito valores (não apto), 10, 12, 15 e 17 valores (notas positivas)».

Maspero edita livro sobre Portugal

As Edições François Maspero apresentaram ontem em Paris uma obra colectiva intitulada «A experiência portuguesa».

Este livro, redigido pelo «Comité Portugal para a Informação e Apoio», pretende traçar a história de Portugal desde a queda do fascismo, em 25 de Abril até ao fim de 1976.

Trata-se duma obra crítica, na qual os autores querem tirar a lição deste período, tanto com a intenção de servir os portugueses, segundo escrevem, como o movimento revolucionário mundial, que procura romper o silêncio sobre a luta do Povo português depois do 25 de Novembro.

Neste livro são transcritos inúmeros documentos sobre o tema, nomeadamente do Partido Comunista Português.

Continuam sem aulas 920 alunos de Medicina

Decorreu esta manhã uma conferência de Imprensa no pavilhão do Hospital Curry Cabral durante a qual foi tornada pública a situação de 920 alunos de Medicina (520 do 6.º ano e 400 do 5.º) que ainda não iniciaram as aulas este ano lectivo. Os estudantes exigem das estruturas governamentais, Ministérios da Educação e Investigação Científica e Ministério dos Assuntos Sociais, que seja encontrada com brevidade uma solução.

Em Portugal há apenas dois hospitais que funcionam como escolas de Medicina, o de Santo António no Porto e o de Santa Maria em Lisboa, e como as instalações destes dois edifícios são incomportáveis com o número crescente de alunos, desde 1972 que nos Hospitais Civis, Instituto Português de Oncologia e Hospital Militar são ministradas aulas. No entanto, esse ensino nunca foi institucionalizado nem regulamentado e até agora os médicos professores não receberam qualquer remuneração recusando-se neste momento a continuar a leccionar sem que a situação seja definida. Em muitos casos os professores chegaram a pôr dinheiro do seu bolso para que o ensino se efectivasse. Os 920 alunos não efectuaram ainda as matrículas na reitoria da Universidade o que na prática lhes cria problemas não só relativamente à situação militar mas sobretudo em relação a uma política de subsídios.

Ao realizar esta conferência de Imprensa, os estudantes pretendem agitar publicamente o problema, tendo iniciado assim uma série de acções no sentido de definir a situação da falta de regulamentação do ensino e não pagamento aos professores. Está prevista a entrega de uma petição à Assembleia da República.

SEARA NOVA

Acaba de ser posto à venda o número de MARÇO da SEARA NOVA

Nele poderá encontrar entre outros, os seguintes artigos:

A SITUAÇÃO FUNCIONAL DOS QUADROS E A DIVISÃO DO TRABALHO
Cláudio Teixeira e Anselmo Aníbal

MEDICAMENTO/SAÚDE — NECESSIDADE DE UMA POLÍTICA DO MEDICAMENTO
A. Céu Coutinho, João Alves Falcato e Alexandre Ribeiro

ESPINOSA-MARX-ALTHUSSER
Tito Cardoso e Cunha

ARGENTINA: ENTRE A DEMOCRACIA E O FASCISMO

COMPRE JÁ A SUA SEARA

PUB

"Temos que viver com aquilo que temos. Havemos de viver como queremos"

JULGAMENTO DOS "PIDES"

Lei n.º 1/77 considerada inconstitucional pelo 1.º T.M.T. de Lisboa

O 1.º Tribunal Militar Territorial considerou inconstitucional a Lei n.º 1/77 da Assembleia da República, que agrava as penas a aplicar aos agentes da polícia política do fascismo.

O acordão do Tribunal, que abre novas possibilidades para a ilibação dos «pides», considera que, de acordo com os preceitos constitucionais, só o Conselho da Revolução tem competência para fazer leis e regulamentos sobre organização, disciplina e funcionamento das Forças Armadas, das quais fazem parte os Tribunais Militares.

A argumentação desenvolvida pelo advogado de um ex-motorista da P. I. D. E. julgado na passada sexta-feira baseava-se em que os «pides» estão sujeitos à disciplina das Forças Armadas, e por isso são julgados em tribunais militares, donde só o Conselho da Revolução poderia fazer qualquer lei a agravar-lhes as penas.

Em consequência do decidido, o tribunal recusou-se a aplicar a Lei n.º 1/77, considerando o crime punido pela Lei n.º 8/75, com as atenuantes estabelecidas no Decreto-Lei n.º 349/76, ambos do Conselho da Revolução, pelo que condenou o «pide» a dez meses de prisão, pena que foi considerada já cumprida pela prisão preventiva.

O processo respeitante à declaração de inconstitucionalidade da Lei n.º 1/77 deverá agora e segundo as leis processuais, ser enviado para o Supremo Tribunal Militar que tomará uma decisão.

Colectividades da Ajuda

Promovido pela Junta de Freguesia da Ajuda, efectua-se esta noite, às 21 e 30, nas instalações da Junta (Pátio dos Bombeiros, Calçada da Ajuda) um encontro de colectividades da zona.

Está prevista a presença de representantes da Câmara Municipal, Direcção-Geral dos Desportos e Belenenses. Participam na reunião as Comissões de Moradores da populosa zona.

DESMANTELADA REDE DE MOEDA FALSA DE MOÇAMBIQUE

Três funcionários da TAP entre os onze detidos

Cento e oito milhões de escudos moçambicanos falsos, destinados a desestabilizar a economia de Moçambique, foram recentemente apreendidos pela Polícia Judiciária numa operação realizada em Santo Tirso e no Porto. Dos onze indivíduos detidos, nove são retornados das ex-colónias, contando-se ainda três funcionários da TAP que transportavam notas falsas numa câmara frigorífica. Esta foi a maior apreensão de dinheiro falso verificada em Portugal e uma das maiores registadas em qualquer parte do mundo.

A organização agora desmantelada exercia a sua actividade há cerca de seis meses, sendo as notas (de mil escudos) introduzidas através da África do Sul e levadas inadvertidamente para Moçambique pelos moçambicanos que trabalham nas minas de ouro de Joanesburgo — os «magaízas».

Com a apreensão das notas, foram ainda apreendidas as chapas (fotolite) e todo o material de fabrico: na residência do técnico de gravura, no Porto, foram detectadas seis malas de viagem cheias de maços de notas cintados e com o carimbo «Banco Nacional Ultramarino — Lisboa — 1964». (No entanto, as notas apresentavam o ano de 1972 como data de fabrico). Ao mesmo tempo, em Santo Tirso (local da impressão) foram encontradas as chapas e restante material, fazendo supôr que os falsários aguardavam ordem para novas tiragens.

Os escudos moçambicanos falsos, acondicionados em malas de viagem, entravam em Moçambique através de Joanesburgo

No Porto e em Santo Tirso foram efectuadas oito detenções, sendo as outras três feitas em Lisboa. Todos os detidos são de nacionalidade portuguesa.

Entretanto, e de acordo com o dr. Melo Alves, responsável pela Brigada de Moeda Falsa da P. J., algumas das notas foram detectadas em Portugal, já introduzidas no circuito cambial clandestino. O mesmo porta-voz da P. J. adiantou que aquela Brigada soubera do envio de uma certa quantidade de notas para a África do Sul, não confirmando nem desmentindo a utilização dos aviões da TAP para tal fim ou o comprometimento de funcionários desta companhia no referido tráfico. Admitiu, contudo, que um dos «alarmes» foi accionado pelas autoridades de Joanesburgo.

Informações posteriormente obtidas pelo «DL», que divulgou em primeira mão o caso dos escudos moçambicanos falsos, permitem-nos adiantar que três dos detidos são de facto funcionários da TAP, que se serviam das facilidades ao seu alcance para fazer chegar as notas à África do Sul. Eles foram detectados há cerca de duas semanas, quando transportavam 30 contos falsos dissimulados numa câmara frigorífica.

Quanto às notas, o seu fabrico não pode ser considerado grosseiro, embora sejam facilmente detectáveis pela marca de água quando vista à transparência, pois é muito deficiente; o papel, de boa qualidade, é no entanto mais liso e falta-lhe o talhe doce no recorte das gravuras, em prejuízo do aspecto de relevo que as verdadeiras apresentam.

PUB

SINDICATO DOS ENFERMEIROS DA ZONA SUL

CONVOCATÓRIA

AOS TRABALHADORES ABRANGIDOS PELO CCTV DA HOSPITALIZAÇÃO PRIVADA

(CASAS DE SAÚDE)

Convocam-se todos os trabalhadores ligados ao sector, para uma reunião a efectuar no dia 16/3/77 pelas 21.30 horas, no Hospital D. Estefânia (sala de conferências), com a seguinte **Ordem de Trabalhos:**

— INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS SOBRE O CLAUSURADO DO CONTRATO COLECTIVO DE TRABALHO PUBLICADO NO BOLETIM N.º 7 DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, E RESPECTIVA PORTARIA DE VENCIMENTOS.

Pel'A Comissão Negociadora Sindical

(Assinatura ilegível)

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES AGRÍCOLAS DO DISTRITO DE BEJA

CONVOCATÓRIA

Em obediência ao art.º 17.º e de harmonia com o n.º 1.º do art.º 16.º dos Estatutos, é convocada a Assembleia Geral ordinária para exercer obrigatoriamente as atribuições previstas na alínea *b*) do art.º 12.º, para dia 20 de Março de 1977, pelas 13 horas (1 da tarde), na Praça de Touros desta cidade de Beja.

ORDEM DE TRABALHOS:

Aprovação do Relatório e Contas.

Não havendo número legal de sócios à hora prevista, funcionará a mesma meia hora depois com qualquer número, conforme preceitua o n.º 1.º do art.º 18.º dos Estatutos.

Beja, 12 de Março de 1977.

O Presidente da Assembleia Geral

António José Carapinha Fernandes

Pub

DECLARAÇÃO

Eu, Catarina Ribeiro Ranhola Pintado declaro que não desapareci. Abandonei meu marido, Joaquim António Arromba Pintado, por maus tratos infligidos não me responsabilizando por dívidas por ele contraídas. Estou em parte incerta com minha filha.

Catarina Ribeiro Ranhola Pintado

Pub

CLUBE DE TEATRO CASA DA COMÉDIA

Rua de S. Francisco de Borja, 24 — Lisboa

Assembleia geral ordinária

CONVOCATÓRIA

Ao abrigo do art. 23 dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral Ordinária para o dia 29/3/77, na sede do Clube, às 21 h., com a seguinte ordem de trabalhos:

1 — Apresentação e discussão do Relatório de Contas de 1976.
2 — Informações.

No caso de não estar presente a maioria simples dos sócios no pleno gozo dos seus direitos à hora marcada, a reunião terá início meia hora mais tarde, com o número de sócios presentes naquelas condições.

Lisboa, 15 de Março de 1977

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral — José Armando Tavares Morais de Castro

Rurais manifestam-se no domingo em Grândola

As direcções das Uniões Cooperativas do distrito de Setúbal, com o apoio das Ligas dos Pequenos e Médios Agricultores da Moita, Montijo, Palmela e Sines, do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas e da União dos Sindicatos, decidiram convocar para o próximo domingo, dia 20, em Grândola, um comício-concentração.

A política do Governo, sobretudo depois do ministro António Barreto ter começado a pôr em prática os princípios defendidos na sua alocução televisiva de 9 de Dezembro que se referem a uma «segunda Reforma Agrária», levou os trabalhadores agrícolas a assumirem uma oposição frontal a essa mesma política. Primeiro vieram as desocupações que iriam corrigir os «excessos» cometidos e em seguida procedeu-se à entrega das reservas que o Governo impôs pela força, criando situações de extrema gravidade como foi o caso da Lobata e de Santa Susana.

Segundo os trabalhadores rurais, o M.A.P. (de cedência em cedência) tem vindo a colaborar com as forças políticas que apostam na destruição da Reforma Agrária. Entretanto o Governo escuda-se no argumento de que é necessário corrigir as irregularidades. Em nome dessa exigência de «perfeição», o M.A.P. entrega reservas indiscriminadamente, mesmo sabendo que está a liquidar as U.C.P.S. e cooperativas. Procede às desanexações. Paga subsídios aos agrários. Corta o crédito aos trabalhadores... E agora surgiu com uma habilidade: a requisição. E o que aconteceu no concelho de Santiago do Cacém onde o C. R. R. A. de Setúbal requisitou 280 hectares de terra de regadio a cinco cooperativas com a intenção de distribuir a terra por seareiros. Os trabalhadores rurais dos distritos de Beja, Santarém, Évora e Portalegre já demonstraram com a sua presença massiva nas manifestações realizadas nestas cidades o desacordo com a política do Governo. Agora é a voz dos operários agrícolas do distrito de Setúbal sairem para a rua.

No domingo, em Grândola, as organizações de classe dos trabalhadores rurais e pequenos e médios agricultores «mobilizam todos os seus esforços no sentido de denunciar os atropelos cometidos pelo M.A.P. sob a capa da legalidade» e afirmam-se na disposição de encontrarem as formas de luta capazes de resistir a uma política contrária aos interesses dos trabalhadores.

Governo regulamenta "Duty-Free Shops"

No sentido de definir as condições de acesso às salas de trânsito e regular o funcionamento das lojas francas «Duty-Free Shops») existentes nos aeroportos internacionais, os Ministérios das Finanças, do Comércio e Turismo e dos Transportes e Comunicações, publicaram uma portaria, inserta no «Diário da República» de hoje, em que se determina que as licenças de acesso às salas de trânsito «deverão ser requeridas no aeroporto a que respeitarem, juntando-se ao requerimento a pública-forma do bilhete de identidade e do certificado do registo criminal do interessado». São válidas até ao fim de cada ano civil.

Quanto às lojas francas, só poderão vender as seguintes mercadorias de origem estrangeira não nacionalizada: aparelhos de gravação e ou de reprodução de som portáteis e respectivas fitas; aparelhos radio-receptores portáteis; artefactos de peles; artigos de desporto portáteis; bebidas alcoólicas; binóculos e óculos de ver ao longe; despertadores de viagem; gira-discos portáteis e respectivos discos; instrumentos musicais portáteis; máquinas de barbear; máquinas de filmar e projectar portáteis; máquinas de escrever portáteis; máquinas fotográficas portáteis e respectivas películas; perfumes, microfones, relógios, tabacos, isqueiros, cachimbos, vestuário para homem, senhora e criança.

Podem também vender-se produtos de origem nacional ou nacionalizados. Além dos atrás referidos, acrescentam-se à lista artigos de papelaria, bordados, conservas, vinhos, etc.

"BOICOTE INTELIGENTE"

Situação grave na Eduardo Ferreirinha

«O diálogo com as entidades é difícil, se não impossível, os gestores não têm directrizes, vendo-se atirados para uma pura posição de mendigos de entrevistas. Os técnicos dos ministérios que frequentemente são interpelados telefonicamente não têm respostas, os secretários de Estado não atendem e, quando o fazem, as reuniões são infrutíferas, já que, por exemplo, a própria Secretaria de Estado da tutela diz que o seu Ministério não passa de um gabinete de pareceres, algumas vezes até ultrapassado por pareceres de firmas particulares; os ministros não decidem, a empresa afunda-se.»

Esta a situação denunciada pela comissão de trabalhadores da empresa Eduardo Ferreirinha e Irmão, do Porto, actualmente o maior fabricante nacional de máquinas-ferramentas, durante uma conferência de Imprensa dada esta manhã nas instalações fabris.

Com efeito, a comissão administrativa da empresa (sob intervenção estatal desde Abril de 1975) demitiu-se hoje mesmo por falta de resposta do Governo a compromissos assumidos. Para além da falta de directrizes quanto ao futuro da empresa o problema mais grave e imediato é o da falta de financiamento para compra de matéria-prima. Foi pedido um empréstimo no valor de 30 mil contos sobre a carteira de encomendas, o qual a não ser concedido nos próximos dias levará a empresa a uma péssima situação económica. Os trabalhadores consideram mesmo que a situação presente poderá levar à derrocada da firma.

Conforme foi afirmado, os trabalhadores estão dispostos a fazer sacrifícios mas precisam de um plano que lhes permita a segurança futura. Por isso salientam num documento hoje distribuído: «não podemos permitir a paralisação por falta de matérias-primas ou por falta de apoio governamental, quando, durante todo o processo, nunca fizemos greves nem criámos instabilidades prejudiciais à economia nacional».

Numa reunião efectuada em 26 de Novembro passado foi conseguido o consenso entre o Ministério da tutela e das Finanças para o arranque de um plano de reorganização cujas linhas mestras apontavam para o reagrupamento dos estabelecimentos fabris dispersos e a renovação e ampliação do parque de máquinas e métodos de fabrico da empresa. Entretanto nenhuma das decisões foi concretizada, enquanto se assiste «à degradação diária da empresa por falta de meios produtivos».

A comissão de trabalhadores decidiu alertar o Governo para «o boicote inteligente que está a ser feito à economia nacional por elementos que se encontram infiltrados na máquina administrativa das Finanças, na máquina gestora da banca que, quem sabe, estão interessados em manter a teia centralizadora lançada em 1926».

A E.F.I. tem 1050 trabalhadores no activo sendo 60 por cento da sua produção destinada à exportação. No momento presente a carteira de encomendas encontra-se completamente preenchida.

Embora já demissionária a C.A. tem uma entrevista marcada para amanhã com o secretário de Estado da Indústria eng.º Trigo de Morais.

IMPASSE NO C.C.T.V. DOS METALÚRGICOS

Patronato pretendia solução pela via administrativa

«O patronato quer que o Ministério do Trabalho publique uma portaria de Regulamentação de Trabalho, contrariamente àquilo que nós entendemos, pois achamos que ainda não estão esgotadas todas as hipóteses de negociação directa» — afirmou-nos esta manhã Álvaro Branco, da Federação do Sindicato dos Metalúrgicos, a propósito das negociações com vista ao C. C. T. V. do sector, ontem efectuadas no M. T. e que terminariam com um novo impasse.

O mesmo dirigente sindical prosseguiria: «Nós já temos a experiência de portarias, pois aprendemos com a anterior, publicada para regulamentar o trabalho dos metalúrgicos. Quanto a nós, o que neste momento o patronato pretende é «indicar-nos» outro alvo, voltar-nos contra o Governo, no caso de este publicar uma portaria que não atendesse às aspirações dos trabalhadores...».

Assim, na reunião ontem efectuada, no Ministério do Trabalho, o patronato do sector metalúrgico pretendia formalizar o fim do processo de conciliação, com vista à elaboração da Portaria de Regulamentação de Trabalho.

O intento foi frustrado pelos representantes dos trabalhadores que manifestaram o seu desejo de prosseguirem as negociações directas. A pretensão da Comissão Negociadora Sindical foi aceite pelo patronato sob condição de esta se comprometer por escrito a aceitar toda a legislação de trabalho neste momento publicada.

«Nós entendemos que não temos nada que nos comprometermos desse modo com o patronato, até porque às negociações assiste um representante do Ministério do Trabalho que poderá intervir quando os acordos não respeitarem a legislação em vigor. Por isso, nós queremos chegar a acordo a partir das propostas que as partes apresentem...», afirmou-nos, ainda Álvaro Branco.

O diferendo, neste momento, assenta não só na questão salarial como em todo o clausulado que está por negociar. De acordo com a pretensão do patronato, a questão salarial ficaria automáticamente reduzida uma vez que o Decreto-Lei 49-A/77, que limita os aumentos salariais a um máximo de 15 por cento, «baixava» as possibilidades de negociação. E, isso exactamente quando o diploma é largamente contestado pelas classes trabalhadoras, por não terem participado na sua elaboração, como está previsto na Constituição.

Deste modo, a Comissão Negociadora Sindical, reunir-se-á na sede da Federação dos Sindicatos Metalúrgicos, a fim de debaterem as novas formas de luta a adoptar perante a situação de impasse em que de novo se entrou. Recorde-se que os metalúrgicos efectuaram uma paralisação de duas horas, entre as 15 e as 17 horas do passado dia 10, com uma adesão de 90 por cento, no seguimento da luta que vêm sustentando por um novo C. C. T. V.

A C. N. S. está mandatada para decidir das formas de luta que considere necessárias.

SUPERMERCADO POPULAR (PORTO)

O empréstimo é mais barato que os subsídios de desemprego

Os trabalhadores da cooperativa «Supermercado Popular» — cooperativa de distribuição e consumo — afirmaram durante uma conferência de Imprensa realizada no Sindicato Livre dos Caixeiros, no Porto, que se não obtiverem «o crédito de 2500 contos da Secretaria de Estado do Emprego três supermercados cooperativos desaparecem e o desemprego ficará mais caro que o auxílio pedido após a sabotagem patronal».

Esta começou — disseram — logo após a prisão do então responsável pela cadeia dos cinco supermercados denominados «Lev Pag», António Amável Monteiro, detido no dia 29 de Setembro de 74, por possíveis ligações com o 28 de Setembro. Libertado, voltou a ser detido, em Julho de 75 «por possível sabotagem económica».

Posteriormente — dizem os trabalhadores — o patrão fugiu para o Brasil. Antes, porém, passou dois dos cinco supermercados levando consigo 750 contos respeitante ao sinal. Entretanto, os trabalhadores, ganhando salários anteriores aos do 25 de Abril, tudo fizeram para garantir os seus postos de trabalho o que conseguiram já lá vão decorridos quase dois anos.

Contudo, a situação agravou-se ainda mais com a saída ilegal do País de cerca de 1.600 contos, importância relativa ao trespasse das lojas do Catassol e Amial e que foi levada pela mulher do patrão, Guiomar Monteiro.

Agora, disseram ainda os trabalhadores, só lhes resta, para garantir os seus postos de trabalho (cerca de 30) a satisfação, por parte da Secretaria de Estado do Emprego, do empréstimo pedido. Disso, acrescentaram a finalizar «dependerá a manutenção da cooperativa» e também a situação das famílias dos trabalhadores.

AGÊNCIAS DE VIAGENS

Portaria de extensão deve resolver o conflito

O diferendo entre os trabalhadores e o patronato das agências de viagens, que já originou paralisações no sector e poderia vir a ameaçar o ano turístico, deverá ter sido resolvido, ontem, em reunião efectuada no Ministério do Trabalho.

De facto, segundo as declarações de Dias Antunes, membro da C. N. S., ficou estabelecido que a publicação da Portaria de extensão do Contrato Colectivo ao sector privado, se fará no dia 30, com a sua publicação no Boletim do Ministério do Trabalho.

Assim, na reunião de ontem, com a presença de representantes dos trabalhadores, da Enatur (empresa turística estatal) e do Governo, teria ficado estabelecido que «o C. C. T. já publicado é considerado válido, sendo a sua aplicação feita a partir de 30 de Abril com efeitos retroactivos desde 1 de Outubro do ano passado».

No entanto, a Comissão Negociadora Sindical só assumirá qualquer compromisso definitivo em relação a este acordo ontem conseguido, depois de auscultar a opinião dos trabalhadores, o que acontecerá em plenário nacional, a realizar esta tarde em Lisboa.

O conflito resultou da celebração de um C. C. T. entre a Enatur e os trabalhadores, que deveria ser alargado ao sector privado por uma portaria de extensão. Porém, isso nunca chegou a acontecer, porque o patronato argumentava com a incapacidade económica.

Tal como já tinham proposto os representantes dos trabalhadores, logo depois da publicação do C. C. T. será constituída uma comissão paritária, (trabalhadores, patronato, Ministério do Turismo) com o fim de estudar os requerimentos apresentados por empresas que aleguem incapacidade económica para cumprimento das tabelas salariais do contrato.

Esta comissão deverá funcionar durante 15 dias e dará despacho a todos esses requerimentos, permitindo que haja reduções salariais nas empresas em que tal se justifique e impondo a aplicação do contrato nos casos em que a situação económica seja suficientemente boa.

PROSSEGUE JULGAMENTO DA C.T. DO HOTEL IMPALA

Prossegue, esta tarde, no 7.º Juízo Correccional (Boa Hora) o julgamento dos elementos da Comissão de Trabalhadores do Hotel Impala, acusada de «injúria e difamação» pelo antigo gerente daquele estabelecimento, Norberto Augusto Seixas, elemento saneado da Faculdade de Direito, dos Serviços Sociais Universitários e objecto de uma sindicância no M.E.I.C., da qual se desconhecem ainda os resultados.

Os trabalhadores estão a ser julgados por em comunicados, terem chamado «fascista» ao referido indivíduo.

Defende Norberto Seixas o advogado Rómulo Ribeiro, antigo deputado por Bragança da ANP e agora reintegrado como conservador do Registo Civil em Arruda dos Vinhos.

Os trabalhadores são defendidos pelo dr. Walter San-Payo.

Gráficos do Norte decidem paralisações

O impasse criado pelas associações patronais nas negociações do contrato colectivo vertical para o sector das actividades gráficas, da cartonagem e afins deparam neste momento com uma forte reacção por parte dos trabalhadores afectados, empenhados em superar a situação pressionando o patronato ao diálogo.

No Porto foi ontem decidido paralisar o trabalho nos próximos dias 22 e 23, de manhã, e suspender totalmente a prestação de horas extraordinárias amanhã. Em novo plenário de trabalhadores, a realizar no dia 25, serão adoptadas novas formas de luta, caso o impasse se mantenha.

No Sul serão decididos os meios de acção a empreender durante o plenário marcado para amanhã à noite em Lisboa, no salão da Voz do Operário.

Será aí discutida uma proposta da comissão negociadora sindical no sentido da paralisação de uma hora diária, de 21 a 25 deste mês.

O contrato colectivo, cuja proposta inicial foi apresentada em Junho do ano passado, abrangerá 45 mil trabalhadores a nível nacional.

E.P.A.L. solidária

Os metalúrgicos da E. P. A. L. — Empresa Pública das Águas de Lisboa e a Comissão Intersindical da mesma empresa solidarizaram-se com a luta dos trabalhadores metalúrgicos pelo Contrato Colectivo de Trabalho Vertical, e mostraram-se dispostos a apoiá-la até final — consoante moção aprovada durante uma reunião geral efectuada no dia da paralisação nacional do sector. Na E. P. A. L. os metalúrgicos não paralisaram, tendo em atenção as necessidades de abastecimento de água ao público.

SOLTAS

«DL» ELEGE DELEGADOS

Os nossos camaradas de Redacção Alice Nicolau, Manuel Geraldo e Luís Humberto são os novos delegados sindicais do «Diário de Lisboa», uma vez apurados os resultados das eleições ontem realizadas. Sucedem no cargo a António Luís de Sousa, Eduardo Lobo e Fernanda Mestrinho. O mandato dura até final do ano.

PLESSEY — «MÃE»

Dois mil e 500 trabalhadores da empresa britânica de material de telecomunicações Plessey, empresa que dispõe de uma filial em Portugal — a Plessey Automática Portuguesa —, decidiram ontem pôr termo à ocupação de quatro fábricas do grupo, na região de Liverpool (Inglaterra). Esperam, desse modo, facilitar a abertura de negociações sobre os projectos de despedimentos na empresa, que, segundo a APN, afectam 4.800 operários. Em apoio a estes seus camaradas, os restantes trabalhadores da empresa têm feito greve de horas extraordinárias.

LEI DAS CT's

A comissão de unidade dos trabalhadores (CUT) da CUF decidiu reprovar a proposta de lei governamental sobre o processo de eleição e os direitos das comissões de trabalhadores, por a considerar «mais um instrumento que visa a recuperação capitalista, pondo em causa os direitos e garantias dos trabalhadores conquistadas» após o 25 de Abril. Entre os aspectos mais contestados da proposta figuram a aplicação do método de Hondt nas eleições das CT's e a necessidade de reconhecimento pelo Ministério do Trabalho.

NACIONALIZAÇÕES

Por ocasião do segundo aniversário da nacionalização da banca, que ontem se comemorou, os delegados sindicais da Zona da Grande Lisboa do Banco da Agricultura aprovaram uma moção em que se congratulam por aquela medida, «cientes de que este passo era indispensável para o controlo da economia», e exigindo que as entidades competentes avancem no sentido da reestruturação da banca dentro do espírito da Constituição. «Não obstante a nacionalização, pouco ou nada foi feito para modificar as estruturas da banca capitalista, persistindo condições desuniformes de trabalho entre os trabalhadores bancários, a existência de avultado número de bancos, a não especialização, não reestruturação e falta de cobertura geográfica a nível do País», lê-se no documento aprovado.

11 DE MARÇO

A comissão de trabalhadores da Caixa de Previdência e Abono de Família do Distrito de Lisboa assinalou o segundo aniversário do «11 de Março», exigindo que os autores da tentativa de golpe reaccionário sejam julgados.

SINDICATO DE GARAGENS, POSTOS DE ABASTECIMENTO, TRANSPORTES E OFÍCIOS CORRELATIVOS DO CENTRO E SUL

CONVOCATÓRIA

Convocam-se todos os trabalhadores do sector de carga independentemente da sua categoria, para uma reunião que se vai efectuar no próximo dia 16 de Março (4.ª-feira) pelas 21 horas, no Salão Nobre do Instituto Superior Técnico, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – *Informações sobre a Portaria de Extensão do ACT da Rodoviária Nacional aos particulares.*

CONTAMOS COM A TUA PRESENÇA!
Lisboa, 8 de Março de 1977

O PRESIDENTE DA DIRECÇÃO

PUB

Sindicato dos Trabalhadores Gráficos do Sul e Ilhas Adjacentes

CONTRATO COLECTIVO DE TRABALHO VERTICAL
CARTONAGENS E AFINS

Convocam-se todos os trabalhadores residentes em Lisboa para uma reunião a realizar no dia 16/3/77, às 21 horas, na Voz do Operário, para discussão e análise do contrato em tópico, e formas de luta.

A DIRECÇÃO

"D.L." RECOLHE OPINIÕES

Abertura dos Correios ao sábado não traz grandes benefícios

Isabel Palma, José António Brito e Maria Manuela Abreu depuseram para o «D.L.» sobre o problema.

«... Claro que não estou de acordo com essa decisão do Governo. Conquistámos esse direito (de não trabalhar ao sábado) com muitos sacrifícios, depois de uma grande luta. E não estamos dispostos a ceder só porque o Governo resolve tomar posição, contrariando a vontade expressa dos trabalhadores».

Estas palavras são de Isabel Palma, funcionária dos CTT colocada na estação das Picoas, e prendem-se com a questão de trabalhar (segundo o Governo) ou não (posição da maioria dos trabalhadores dos correios e do seu órgão de classe representativo) aos sábados (de manhã). A posição daquela funcionária, pelo que o «DL» pôde constatar naquela estação, é assumida pela quase totalidade dos trabalhadores das Picoas, numa flagrante contestação à decisão tomada pelo Governo constitucional. Aliás, se consultarmos os postos (9) que reabriram durante a manhã de sábado, e os que deveriam ter franqueado as suas portas (38), chegamos facilmente à conclusão que a maioria dos funcionários dos CTT não está na disposição de, ceder a tal medida governamental.

«Não há quaisquer benefícios, com tal medida — acrescentou Isabel Palma — «bem pelo contrário: o correio fica retido nas estações ou quando muito, não é distribuído nesse dia, nem sequer vai facilitar o destinatário na segunda-feira seguinte. Além do mais, veja-se que com tal medida saem dos cofres da empresa 50 mil contos todos os sábados, só pelo trabalho da manhã. Ora, para um Governo que se diz socialista e afirma estar apostado na reconstrução económica do País, não vemos em que possa ser benéfica a medidas».

«Mas há mais» — sublinhou aquela funcionária: — Quem deveria beneficiar com esta medida, em princípio, seriam as pessoas do campo, as pessoas do interior do País. E que acontece, ao fim e ao cabo? Tenta criar-se um sistema que, no fundo, só vai apoiar as capitais do distrito, as áreas onde não faltam telefones e se torna fácil qualquer contacto urgente, sem ser necessário recorrer aos correios, mesmo para o envio de telegramas. Ora, ainda aí, para um Governo que se diz socialista, a medida não é coerente nem lógica, aprofundando a diferença entre a cidade e o campo, quando deveria ser o contrário».

José António Brito, da Rua Marquês de Tomar, homem que é do campo e vive na cidade, comunga em grande parte das opiniões daquela funcionária dos CTT. A favor das razões que os trabalhadores interessados alegam, tem o facto de pertencer ao sector a quem, em princípio, a medida iria beneficiar: público dos grandes centros.

«Eu estaria de acordo com a medida se o trabalho se prolongasse pela tarde. Assim, só de manhã, não vejo grandes benefícios na medida, pelo que creio que os funcionários dos CTT que não abriram as suas portas até têm razão. E também não vejo como é que se poderia forçar os trabalhadores dos correios a laborarem todo o dia se os dos outros sectores, do funcionalismo público e das empresas privadas, até nem trabalham. Impedir que descansem ao sábado, seja qual for o motivo invocado, não me parece sensato».

Maria Manuela Abreu, residente na Avenida Defensores de Chaves, também nos deu a sua opinião:

«Há dois prismas para tratar a questão: o que aponta para os interesses dos trabalhadores em causa, e o que tenta salvaguardar os do público. Duas partes distintas cada qual com os seus interesses, não é?

Não estou bem dentro da questão, não sei como é que os trabalhadores reagiram nos diversos pontos do País (capitais de distrito e áreas periféricas, entre as quais Póvoa do Varzim, Vila Nova de Gaia, Barreiro, Matosinhos e outras), mas olhe que se se mantém de pé aqueles serviços essenciais, como seja, em Lisboa, a expedição de telegramas nos Restauradores e no Aeroporto, ou se se pode recorrer ao telegrama telefonado, não verifico grande conveniência, ou benefícios palpáveis, na reabertura dos correios aos sábados».

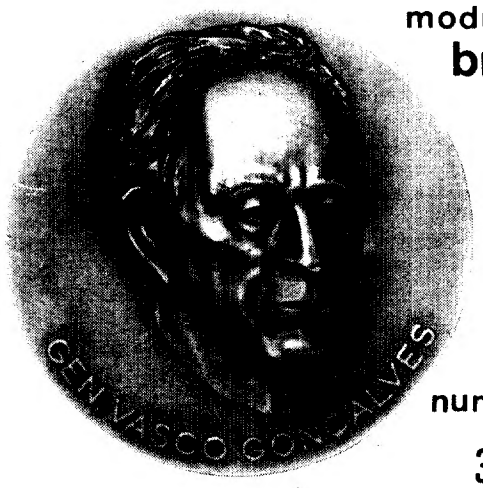
— Mas na província...

«Bem, aí a questão é mais delicada. Mas a questão que se deve colocar é esta: quem é que diz que as populações do interior vão ser beneficiadas se a abertura dos correios ao sábado se circunscreviria às grandes cidades e localidades mais industrializadas ou a uma periferia muito especial?»

Correios abertos ou não, aos sábados? O «não» é mais rotundo entre os funcionários, evidentemente, mas, também se torna sensível ao nível do público

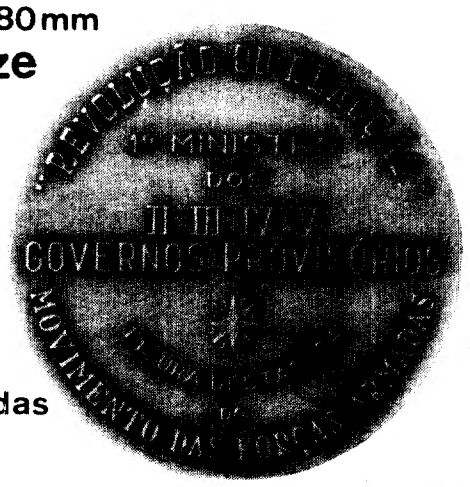
"REVOLUÇÃO OU REACÇÃO"
medalha sobre o general
VASCO GONÇALVES

modulo 80mm
bronze



anverso

numeradas
300$



reverso

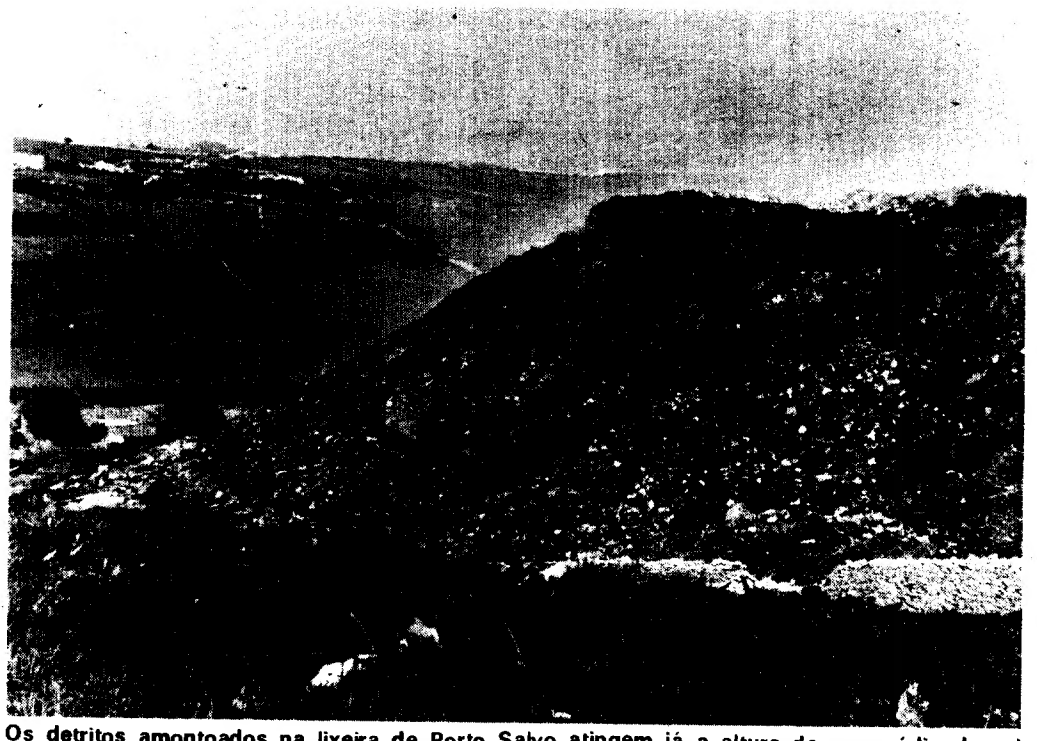
pedidos ao
ATELIER
BELO MARQUES
R. TRINDADE 5-2.º dto
T: 37 12 54 LISBOA
envios sem encargos

CAMARA DE OEIRAS APELA PARA O POVO

Lixeira de Porto Salvo a três meses da saturação

A Câmara Municipal de Oeiras encontra-se em vias de realizar uma «operação» um tanto ou quanto inédita em Portugal. Com efeito, a fim de resolver os problemas de lixo com que a região de Oeiras e áreas circunvizinhas se têm vindo a debater desde há muito, a C.M. de Oeiras elabora actualmente um estudo cujas conclusões poderão dar azo a uma emissão de obrigações que, uma vez subscritas pela população local, terão como resultado imediato a aquisição de uma estação de tratamento de lixo — requisito indispensável e urgente para a resolução de problemas inerentes ao aumento do lixo e à falta de locais onde o entrepor.

Para já, é de sublinhar o facto da capacidade da lixeira de Porto Salvo (cujo conteúdo actual equivale ao volume de um prédio de seis andares...) se encontrar em vésperas de saturação — o que não é de estranhar se atendermos a que a mesma tem vindo a receber cerca de 150 toneladas de lixo por dia. Como é óbvio, a situação gerada pela saturação da lixeira (que só aguentará mais três meses...) tem causado fundadas preocupações às autoridades municipais que se debatem não só com esse problema mas também com outras facetas preocupantes, tais como o cheiro nauseabundo que emana da lixeira e que, conforme o curso dos ventos, vai «empestar» Oeiras, Paço de Arcos, Carcavelos, etc. Por outro lado, com a carência de uma estação de tratamento, a Câmara vê-se obrigada a imobilizar terrenos (a lixeira já mudou três vezes de local) que poderiam servir para outros fins.



Os detritos amontoados na lixeira de Porto Salvo atingem já a altura de um prédio de seis andares, e crescem a um ritmo de 150 toneladas por dia

PROBLEMA NAS MÃOS DA POPULAÇÃO

Foi com base num objectivo claro — «pôr em comum a contribuição de cada um para resolver o problema de todos» — e porque «não se pode estar sempre à espera que o Governo solucione todas as dificuldades que se nos deparam» que, para fazer face à situação, nasceu a ideia de emitir obrigações que, uma vez subscritas, permitissem a aquisição de um complexo de tratamento de lixo cujo custo ronda os 100.000 contos.

Embora a emissão de obrigações não passe, no momento actual, de um simples projecto em estudo, prevê-se que, mais tarde ou mais cedo, ele se venha a concretizar, tanto mais que todas as forças políticas representadas na Câmara se encontram, em linhas gerais, de acordo com ele. O que não é suficiente para que o projecto em questão passe do estado da ideia à realidade. Para tal, tem que haver fundamentalmente aceitação por parte da população o que não representa problema de maior para as autoridades camarárias, pois estas continuam a ter capacidade para «convencer» os moradores.

UM TESTE DE DEMOCRACIA

No entanto, a iniciativa é de tal modo inédita que não se pode prever a reacção dos habitantes da região. «Isso dependerá, no fundo, da credibilidade do projecto e da própria campanha de sensibilização a levar a cabo pela C.M. de Oeiras» — salientaram as autoridades camarárias por nós contactadas, acrescentando: «De todos os modos, este projecto tem igualmente uma intenção política, pois poderá transformar-se numa espécie de teste da capacidade das populações se governarem, de democracia e, mesmo, de democratização das populações. Por outro lado, poderemos, através dele, transformar, ou melhor, tentar transformar, as mentalidades viciadas pelo espírito paternalista que nos regeu durante quarenta e oito anos e que deu azo ao triste hábito das pessoas dependerem totalmente de um Governo central, de um poder paternalista.» O que é certo é que ou o projecto passa, ou então a Câmara terá que criar uma taxa de lixo, pois de outra maneira não poderá dar solução ao problema. O défice herdado da Comissão Administrativa anterior não lho permite e, mesmo que lho permitisse, a breve prazo teria que parar as suas actividades por falta de orçamento. «Transferindo» para a população a resolução dos seus problemas pelas suas próprias mãos, a Câmara espera, «dando um conteúdo prático ao exercício do poder local», resolver o problema que se lhe depara.

Entretanto, o lixo aumenta, os odores pestilentos continuam e os perigos de epidemia, derivados da lixeira de Porto Salvo, não se encontram afastados. Para já, as crianças que ali chafurdam, procurando ganhar uns tostões em troco da escolha do lixo, são as suas mais prováveis vítimas...

Crianças e animais chafurdam no lixo de Porto Salvo

PUB

SINDICATO DE GARAGENS, POSTOS DE ABASTECIMENTO, TRANSPORTES E OFÍCIOS CORRELATIVOS DO CENTRO E SUL

ASSEMBLEIA GERAL

CONVOCATÓRIA

Nos termos do art.º 32.º dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral deste Sindicato, para reunir em sessão ordinária, no próximo dia 30 do corrente mês de Março, pelas 21 horas, no Instituto Superior Técnico – Av. Rovisco Pais, Lisboa, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Único – Apreciação, discussão e votação do Relatório e Contas de Gerência de 1976.

Desde já se informam todos os associados que os referidos documentos se encontram à sua disposição, para consulta, na Secretaria do Sindicato, dentro do horário normal do funcionamento dos Serviços.

Para tomar parte nos trabalhadores da referida Assembleia é necessário e indispensável, a apresentação do respectivo cartão de sócio, devidamente actualizado.

Lisboa, 7 de Março de 1977

O Presidente da Assembleia Geral
José Duarte

PUB.

FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS FERROVIÁRIOS

MOÇÃO

CONSIDERANDO:

1 – Que a actual situação económica e social no nosso país, caracteriza-se pelo agravamento constante das condições de vida dos trabalhadores, verificando-se uma vasa ofensiva do patronato no sentido de retirar às massas laboriosas as suas conquistas tão duramente conseguidas.

2 – Que este agravamento e ofensiva do patronato é fortalecida pela legislação antioperária aprovada pelo Governo.

3 – Que a luta que cerca de um milhão e quinhentos mil trabalhadores estão a travar há mais de um ano por melhores contratos colectivos é justissíma pois todos os contratos em negociação consignam uma percentagem de massa salarial muito inferior ao índice do aumento do custo de vida que se tem verificado no país.

4 – Que o patronato a coberto da cedência que o Governo lhe está facultando, para além de boicotar as negociações, está a ter, como já aconteceu nalgumas fábricas têxteis, o apoio de forças militarizadas, intervindo contra os trabalhadores em luta pela defesa dos seus legítimos direitos.

Os Delegados Sindicais dos Sindicatos Ferroviários, em Plenário Nacional no Entroncamento em 10/3/77 decidem:

1 – Solidarizarem-se com todos os trabalhadores que actualmente lutam pela concretização dos seus CCTs e ACTs, como meio de melhorarem as suas condições de vida.

2 – Chamar a atenção dos órgãos do Poder para a gravidade da situação criada a todos os trabalhadores, não só pelo congelamento de facto dos salários, como pelo aumento do custo de vida, e exigem que sejam criados mecanismos que actuem correctamente em defesa dos interesses dos trabalhadores.

A LUTA CONTINUA!

UNIDOS E ORGANIZADOS VENCEREMOS!

MOÇÃO

A ditadura fascista de Geisel exerce sobre o povo brasileiro uma feroz repressão, prendendo, torturando e matando quem quer e quando quer.

Em 16 de Dezembro do ano passado assassinou 3 lutadores antifascistas, dirigentes do Povo, ao mesmo tempo que prende 12, recusando-se a divulgar o nome de 6, com o fim de os torturar até à morte, sem que se saiba.

Neste momento, desconhece-se o paradeiro de alguns deles, entre os quais Jover Telles.

Outros estão a ser barbaramente torturados, correndo perigo de vida.

CONSIDERANDO QUE:

A solidariedade entre os trabalhadores a nível mundial, é uma das formas de podermos salvar as suas vidas e as de todos os antifascistas presos.

Os Delegados Sindicais dos Ferroviários reunidos em Plenário Nacional de 10/3/77 repudiam a ditadura fascista de Geisel e exigem a liberdade de todos os antifascistas presos, e o fim às torturas no Brasil.

MOÇÃO

CONSIDERANDO que os trabalhadores portugueses necessitam para o desenvolvimento das suas lutas de dispor de meios de informação, mormente os audiovisuais.

CONSIDERANDO que essa necessidade reflete um direito que lhes é reconhecido na Constituição artigo 40.º

Os Delegados Sindicais dos Sindicatos Ferroviários reunidos em Plenário Nacional, no Entroncamento no dia 10/3/77 exigem ao Governo que seja reconhecido aos Sindicatos o direito de antena, com a garantia de um mínimo de 1 hora mensal na Radiotelevisão e 1 hora semanal na Radiodifusão, à responsabilidade da CGTP-Intersindical

MOÇÃO

CONSIDERANDO:

Que a última legislação aprovada pelo Governo, nomeadamente os Decretos 49-A/77 e 887/76, que para além da sua inconstitucionalidade visam objectivamente acorrentar os trabalhadores a determinados princípios a fim de ser facilitada a recuperação capitalista, aumentada ainda pelo constante aumento do custo de vida.

CONSIDERANDO QUE:

O Decreto 49/A/77 anula praticamente o direito de contratação colectiva, agravando a tendência para impor regulamentação de trabalho através de leis imperativas, e apontando para uma grelha de escalões que na prática não tem a mínima viabilidade de ser aplicada.

CONSIDERANDO QUE:

O Decreto 887/76 apontando para 18 meses de vigência dos ACTs visa de igual modo não permitir que os trabalhadores actualizem os seus vencimentos de acordo com o aumento do custo de vida.

Os Delegados Sindicais dos Sindicatos Ferroviários reunidos em Plenário Nacional no dia 10/3/77, no Entroncamento decidem:

Exigir a revogação dos Decretos 49/A/77 e 887/76, pois para além de serem inconstitucionais restringem a liberdade de contratação colectiva, permitindo assim a recuperação capitalista.

PELO CUMPRIMENTO DA CONSTITUIÇÃO

PELA LIBERDADE DE CONTRATAÇÃO

Mecânico desvia avião para recuperar a filha

Um assaltante italiano, armado, chegou hoje a Turim no avião que desviou depois de recuperar a sua filha na Costa do Marfim. O assaltante apoderou-se do avião, um «Boeing 727» da companhia aérea «Iberia», ontem e levou-o para Abidjan, capital da Costa do Marfim, onde sua filha vivia com sua ex-mulher.

Após quatro horas de negociações em Abidjan, as autoridades entregaram a filha do assaltante e uma soma equivalente a cerca de 5,5 milhões de escudos.

Autoridades da companhia aérea identificaram o homem por Zossi mas o jornal «La Stampa», de Turim, numa notícia na primeira página, dizia que o seu verdadeiro nome era Lucaiano Porcari um mecânico deaviação e que tinha tido uma violenta disputa com sua mulher, Isabella, em Abidjan há quatro anos.

Quando o avião aterrou no aeroporto Caselle, de Turim, centenas de polícias, incluindo muitos em trajes civis, encontravam-se a postos para qualquer eventualidade.

Funcionários da companhia de aviação declararam que o assaltante disse que não se importava de ir para a prisão em Turim desde que conseguisse trazer sua filha para a Itália.

O avião foi desviado durante um voo Barcelona-Palma de Mallorca.

ESPANHA

Assassinos de Atocha são de extrema-direita

Cumprindo a promessa de dar informações complementares, as autoridades espanholas revelaram ontem que os autores da chacina de Atocha, quando morreram cinco advogados das Comisiones Obreras e mais um funcionário do escritório de advocacia em que trabalhavam, são elementos da extrema direita. Segundo a Polícia, na noite do passado dia 24 de Janeiro, já depois das 22 horas, dois individuos armados entraram no escritório dos advogados e, depois de perguntarem por uma pessoa que não existia, metralharam, à queima-roupa, o grupo de 8 advogados que estava reunido. Quatro morreram imediatamente e um quinto faleceu no dia seguinte. A informação policial diz que os autores imediatos do atentado foram dois pistoleiros contratados pelo secretário provincial do Sindicato Oficial dos Transportes e Comunicações, Francisco Albadalejo. Os seus nomes: Jose Fernandez Cerda e Carlos Garcia Julia. Fernando Ledo Tejada também participou do atentado, mas não disparou. Recorde-se que também estão implicados Simon Fernandez Palacios, Leocadio Jimenez Caravaca e Gloria Huerquedas Hernandez.

Embora tenha sido tentado dar à chacina um cariz de «problema de trabalho» ou «ajuste de contas» na pessoa do lider da greve dos transportes privados que então estava em curso em Madrid, é impossível afastar o aspecto essencialmente politicodqnnsco Albadelejo é um conhecido extremista de direita que anda sempre armado. O presidente deste sindicato pertence ao grupo fascista «Fuerza Nova». Alguns dos implicados, igualmente são conhecidos pelas suas posições de extrema direita e pelas suas actividades como terroristas. Leocadio Jimenez Caravaca é acusado de ter participado numoutro atentado, em Usera, no Verão passado.

Entretanto, como não poderia deixar de ser, um porta-voz da «Fuerza Nova» já anda a desmentir que um dos seus militantes tenha participado na chacina de Atocha.

Fidel chegou à Etiópia e amanhã vai à Tanzânia

O primeiro-ministro cubano, Fidel Castro, chegou ontem a Adis-Abeba, na primeira visita oficial de um chefe de Estado estrangeiro à Etiópia, depois da revolução de 1974. No aeroporto foi recebido pelo presidente Mengistu Hailé Mariam e pelo seu adjunto, tenente-coronel Atnafu Abate. Sob uma forte escolta, e com o carro oficial vazio, o cortejo seguiu para o palácio nacional. A visita de Fidel Castro foi um tanto inesperada, e espera-se que a sua permanência na Etiópia dure até amanhã.

Entretanto, à noite, foram ouvidos tiros na cidade universitária de Adis-Abeba. Os disparos prosseguiram por quase toda a noite. Esta manhã, a cerca de 2 quilómetros do local dos tiroteios, foram encontrados os cadáveres crivados de balas dos três responsáveis de bairro e da secretária de um dirigente da administração local. Acredita-se que estes assassinatos estejam ligados directamente ao tiroteio da noite. Recorde-se que durante a última tentativa para a travagem e inversão de marcha da revolução etíope, a cidade universitária foi um dos focos de maior agitação contra o regime de Mengistu Hailé Mariam e que a presente visita de Fidel Castro é considerada como uma aproximação da Etiópia aos países comunistas. De uma maneira geral, a visita de Fidel Castro tem como tema principal o desenvolvimento das relações bilaterais entre Cuba e a Etiópia.

Antes de chegar a Adis-Abeba, o primeiro-ministro cubano esteve em Mogadixo, capital da Somália, nação tradicionalmente hostil à Etiópia apesar dos dois países terem adoptado o marxismo. Falando para 20.000 manifestantes que o saudaram, rendeu homenagem à revolução somali e ao presidente Mohamed Siad Barre.

Na sua viagem pela África, que pode ser interpretada como uma hipoteca de solidariedade de Cuba para com os países africanos em via de desenvolvimento e com regimes progressistas locais, Fidel Castro já havia estado no Yemen do Sul e na Líbia, onde participou nas sessões de oficialização do Poder Popular.

Amanhã, Castro deverá chegar à Tanzânia para uma visita oficial de três dias e Dar Es-Salam será, provavelmente, a sua última escala na actual digressão africana. O «Daily News», jornal de propriedade do Governo tanzaniano, diz hoje que é esperada a maior recepção popular já prestada a um dirigente estrangeiro em visita ao país. O presidente Julius Nyerere está na Beira, em Moçambique, onde participa de uma cimeira dos países da «linha da frente», mas ainda hoje deverá estar de volta para esperar Fidel Castro.

CONSELHO NACIONAL PALESTINIANO

"Moderados" e "radicais" em confronto no Cairo

«Radicais» e «moderados» confrontam-se hoje na sessão do Conselho Nacional Palestiniano, que desde sábado passado se encontra reunido no Cairo. Tema em discussão: o relatório ontem apresentado pela comissão executiva da OLP (Organização de Libertação da Palestina) no qual se inclui um apelo à ONU para convidar aquela organização da resistência a participar no recomeço da Conferência de Genebra.

Esta é a posição dos «moderados», que constituem a maioria dos elementos reunidos no Cairo. Os «radicais», agrupados na «frente de rejeição» são hostis a qualquer ideia de solução pacífica no conflito do Médio Oriente. Contudo, a «frente de rejeição» dispõe apenas de um terço de votos, pelo que se espera que as propostas da OLP venham a ser aprovadas embora isso venha a traduzir-se possivelmente numa cisão. Depois do debate geral, espera-se que o Parlamento passe a funcionar em comissões encarregadas de elaborar as recomendações sobre assuntos políticos, militares, culturais e financeiros.

Um jornal jordano anuncia, entretanto, que o presidente sírio Hafez Assad se avistará com o presidente Carter dos E.U.A. no dia 8 de Abril em Londres.

Em Israel, o jornal «Haaretz» revelou que a mulher do primeiro-ministro, Ytzhak Rabin, possui uma conta bancária em Washington, o que vai contra as leis israelitas que proíbem depósitos bancários de cidadãos nacionais no estrangeiro. É difícil avaliar as consequências desta revelação. Novo escândalo no Partido Trabalhista? Ou simples informação sem mais consequências?

Filho da sra. Gandhi escapa a um atentado

Sanjay Gandhi, filho do primeiro-ministro indiano, sra. Indira Gandhi, escapou ontem por um triz a um atentado, trinta e seis horas antes do início das eleições legislativas naquele país. O atentado ocorreu ontem à noite, no Estado de Uttar Pradsh (nordeste do país), quando Sanjay, de 30 anos de idade, regressava ao seu centro de operações no círculo de Amethi, pelo qual vai candidatar-se pela primeira vez a um lugar no Parlamento.

Cinco tiros foram disparados contra o «jeep» onde Sanjay seguia. Três balas atingiram o veículo, mas nenhuma chegou a ferir Sanjay. Os atacantes, que travaram um duelo a tiro com o guarda-costas do filho da sra. Gandhi, conseguiram fugir, a coberto da escuridão.

Lider das Juventudes do Partido do Congresso, Sanjay Gandhi é a personalidade mais criticada da oposição indiana, que o ataca por se ter tornado o campeão da política de controlo de nascimentos lançada a 1 de Abril de 1976.

O atentado contra Sanjay ocorreu no final duma campanha eleitoral geralmente tida como muito calma, em virtude das escaldantes questões suscitadas pelo estado de emergência e pela campanha de esterilização. Têm-se registado casos esporádicos de violência apesar de se anunciarem seis mortos em diversos incidentes.

As eleições que começam amanhã serão uma das mais renhidas desde que a India ascendeu à independência. Na última consulta, o Partido do Congresso obteve 352 dos 524 lugares na Câmara Baixa. Dada a veemência da campanha da oposição e as deserções registadas nas fileiras do partido governamental, prevê-se que o partido governamental venha a registar grandes perdas.

As assembleias de voto abrem amanhã e os resultados serão conhecidos no próximo domingo.

Vamos ficar sem café?

A Organização Internacional de Café (OIC) avisou ontem em Londres que no final do exercício de 1976-77 as reservas de café nos países exportadores poderão chegar ao ponto de representarem apenas o equivalente a seis semanas de consumo nos países importadores. Uma série de factores prejudiciais à produção explicam esta crise sem precedentes.

Protestos pela morte de Jan Patocka

A morte do professor checoslovaco, Jan Patocka, anteontem ocorrida em Praga, está a ser objecto de protestos em vários países. Patocka, de 69 anos de idade, sucumbiu a uma hemorragia cerebral, depois de ter sido interrogado pela polícia, em relação com a chamada «Carta 77», grupo de que ele era porta-voz.

Em nome do «Comité Internacional para Apoio da Carta 77», Pierre Emmanuel, Giles Martinet e Pierre Daix, conhecidos intelectuais franceses, protestaram contra a morte de Patocka, condenando-a um «assassínio político».

Em comunicado divulgado ontem em Lisboa, também a Juventude Socialista Portuguesa manifesta a «mais veemente repulsa» e afirma que as circunstâncias em que se deu a morte do dissidente checoslovaco «justificam a abertura dum inquérito internacional, conduzido por personalidades independentes e insuspeitas, a designar pela Amnistia Internacional ou pela Liga Universal dos Direitos do Homem»:

Novo primeiro-ministro jugoslavo

Veselin Djuranovic, de 51 anos, um político quase desconhecido fora da sua república natal do Montenegro, foi hoje eleito novo primeiro-ministro da Jugoslávia.

A Assembleia Federal (Parlamento), reunida em sessão especial, aprovou a sua nomeação, no mês passado, pelo marechal Tito e de outros oito membros da presidência colectiva do Estado.

O cargo de chefe de Governo achava-se vago desde que Dzemal Bijedic perdeu a vida num desastre de aviação, em 18 de Janeiro.

Goldwater acusado de ligações ao crime

O conhecido político direitista dos EUA, e candidato presidencial às eleições de 1964, Barry Goldwater, foi acusado pelo «Newsday» de Nova Yorque e outros jornais norte-americanos de ter mantido amizade durante muitos anos com dirigentes do crime organizado no Estado do Arizona.

O «Newsday» declarou que o artigo foi preparado por um grupo de 36 jornalistas investigadores de todos os pontos do país, que se deslocaram ao Arizona para estudarem o crime naquele Estado após a morte do jornalista Don Boelles, de Phoenix, no ano passado.

O senador recusou-se a comentar o artigo, que o acusa de relações de amizade e alianças comerciais com o submundo do seu Estado.

oiça o último disco LP de roberto leal
best seller no BRASIL
uma edição RODA VADECA

LEI GERAL DO TRABALHO
contrato individual de trabalho (Dec. Lei n.º 49408) (actualizado em janeiro de 1977)
Despedimentos, Férias, Feriados, Faltas, Suspensão sindical, Ordenado mínimo e máximo com tratos a preço, etc.
edição de Rei dos Livros
R. da Conceição, 1-2.º - Tel. 368648 - LISBOA-2

Em ALVERCA o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na TABACARIA LUSA Rua Joaquim Sabino Faria, 16

Noticiário em colaboração com as agências ANOP, France Presse Inter Press Service, Novosti, Prensa Latina e Reuter

Canal da Crítica

Por MARIO CASTRIM

ESTILO NOVO, PROCESSOS VELHOS

. **Telejornal** avou a cara e vestiu nova farpela. Se isso aconteceu por vergonha do que era, óptimo. Se foi só para parecer diferente, péssimo. Porque mais que lavar a cara, importa lavar a alma. Se a alma é a mesma, mandem-se às urtigas as novas maquilhagens.

Daí que seja ainda cedo para se saber se há ou não um «novo estilo» como foi anunciado. Para já o que houve foi uma grande bagunça. Natural, aliás. Pouco rodados...

Se se considera **novo estilo** a trapalhada que veio de Paris, como Chirac e o Marchais a falar e por cima da fala deles a redacção escolar afadigadamente lida pela Elisa e a provocar confusão entre os telespectadores, o melhor é estilar doutro modo, que esse não serve.

Se se considera **novo estilo** o comentário de Sarsfield Cabral, pernóstico e ambíguo, constantemente a esquecer-se que está a falar para quatro milhões de pessoas que ainda sabem menos do Mercado Comum do que ele — então o melhor é organizar uma reciclagem para comentadores da TV.

Se se considera «novo estilo» permitir que se escamoteiem questões como sucedeu ontem àquele jornalista que interpelava o Presidente do Conselho — então adeus minhas encomendas...

E não se fale em «estilo novo» (credo!, a gente lembra-se logo de «estado novo») quando se fala da «carta 77» e da Checoslováquia nos termos em que se falou ontem. Mais do que descaramento é uma total falta de vergonha.

O PATOCKA E OS PATUSCOS

Como os leitores devem saber (devem, com certeza, a Rádio, a Televisão e certa Imprensa, como se obedecessem a uma batuta invisível, falam abundantemente do assunto) acaba de falecer o sr. Patocka. O sr. Patocka teve uma hemorragia cerebral e foi desta para melhor.

Ninguém falaria do caso se o sr. Patocka, não fosse um dos principais signatários da chamada «carta aberta», perdão!, da chamada «carta 77», que tão vivo repúdio encontrou da parte mais significativa da intelectualidade e do povo checoslovaco.

Logo, vá de elevar o sr. Patocka às cumeadas do martírio e mais ainda pasmai! — do martírio pela liberdade, pela democracia, pelos «direitos civis e humanos!»

. Assim falou o **Telejornal «estilo novo»**.

VOLTEMOS UM POUCO ATRÁS

Em 1942, o «protector» da Boemia-Morávia, o criminoso nazi Heydrich foi alvo de um atentado de que veio a morrer oito dias depois. Hítler ordenou imediatamente as represálias.

Que se não fizeram esperar.

Sob a acusação de ter albergado os patriotas autores do atentado, os ocupantes nazi-fascistas arrasaram a aldeia de Lídice: dos 500 habitantes de Lídice, 184 homens e jovens foram fuzilados; 235 mulheres internadas em campos de concentração. Das crianças, ignora-se o destino. De Lídice não ficou pedra sobre pedra.

Na Imprensa checoslovaca de então houve quem defendesse os nazis. Ora um desses tais foi precisamente o «democrata», o apologista dos «direitos civis e humanos», o sr. Patocka...

Como se vê falta este elemento na biografia apresentada pela Televisão. Talvez que o Telejornal o ignorasse. Pois bem: se o **Telejornal**, a partir de agora, não referir o pormenor imprescindível para o conhecimento integral do Patocka haverá todas as razões para crer que o Telejornal agiu de má-fé.

E a má-fé é pecado demasiado velho para um «estilo novo...»

RTP: A FALTA DE PUDOR

Mais ainda: apesar do seu comportamento miserável, osr. Patocka jamais foi privado da sua pensão. Quando lhe deu o badagaio, o prof. sr. Patocka recebia o melhor de 4200 coroas o que, mesmo sem levar em conta a recente desvalorização do escudo, dá qualquer coisa como 21 contos...

Que moral tem, portanto, a RTP para falar em «estilo novo» quando, por omissão, desinforma a tamanha velocidade?

. Que autoridade, tem, portanto, a RTP para falar em «direitos humanos» quando despede, num processo vergonhoso, lesivo, isso sim, dos mais elementares direitos civis e humanos, 23 trabalhadores antifascistas, **privando-os do pão deles e dos seus filhos?**

cala-te, RTP, cala-te! Não tales em «direitos civis e humanos», porque, ao fazê-lo, tens a boca coberta de uma baba

Continua na pag 14

Pub

COOPERATIVA «O PROBLEMA DA HABITAÇÃO»

Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

CONVOCAÇÃO

De harmonia com o n.º 3.º do Art.º 55.º e § 1.º do Art.º 56.º, dos Estatutos em vigor, é convocada a Assembleia Geral Ordinária desta Cooperativa a reunir-se na sua Sede Social, sita na Praça da República, 210, desta cidade, pelas 20 hoas e 30 minutots do dia 31 do corrente mês, com a seguinte

ORDEM DA NOITE

Apreciar, discutir e votar o Relatório e Contas da Direcção e o respectivo Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício de 1976.

Se à hora acima indicada não comparecer o número legal de sócios, a mesma Assembleia terá lugar uma hora depois, em segunda convocação, funcionando então com qualquer número de sócios presentes.

Porto, 8 de Março de 1977

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

a) **Miguel de Mendonça Monteiro**

Nos termos do n.º 14.º do Art.º 74.º dos Estatutos, as contas, livros e mais documentos, encontram-se patentes, a partir do dia 15 do corrente, na Sede da Cooperativa, à disposição dos Senhores Associados, durante o horário do expediente.

Porto, 8 de Março de 1977

O SECRETÁRIO DA DIRECÇÃO

a) **Renato Moreira Pinto da Silva**

Pub

FÁBRICA DE BATERIAS ARGA, SARL

Sede: Avenida 25 de Abril
LINDA-A-VELHA

CAPITAL SOCIAL:
5 000 000$00

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

São convocados os Senhores Accionistas para se reunirem na Sede Social em Assembleia Geral Ordinária, dia 30 de Março de 1977, pelas 15 horas, a fim de:

Discutirem, aprovarem ou modificarem o Relatório e Contas do Conselho de Administração e o Parecer do Conselho Fiscal, referente ao exercício de 1976.

Linda-a-Velha, 10 de Março de 1977.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Alfredo Freire

ESCOLA DE CONDUÇÃO MONUMENTAL

CONDUZA SEGURO PARA O SEU FUTURO
LIGEIRO
PESADO
MOTO

Direcção Técnica de:
ANTÓNIO SOARES
Av. Manuel da Maia, 11 – r/c – LISBOA
Telefs 572535 - 539712

Designer

Gabinete de design admite designer com muita experiência em artes gráficas, corporate identity, embalagem, fotografia, design industrial interiores, exposições.

Resposta acompanhada de curriculum dirigida à R Azedo Gneco 58 - 2 - Lisboa

FÉRIAS DA PÁSCOA

LONDRES
FUNCHAL
NEW YORK
ROMA
ALGARVE

RESERVAS E INFORMAÇÕES
abreu
Fundada em 1840

LISBOA
PORTO
COIMBRA
FARO

CONSULTE SEU AGENTE DE VIAGENS

RISCO — Projectistas e Consultores de Design, S.A.R.L.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

CONVOCAÇÃO

É convocada a Assembleia Geral da Sociedade, RISCO – Projectistas e Consultores de Design, S. A. R. L., para reunir, em sessão ordinária, do dia 28 do corrente às 10 horas na Rua Borges Carneiro, 34, r/c, Lisboa, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 — Discutir, aprovar ou modificar o Relatório do Conselho de Administração, Balanço e Contas e o Parecer do Conselho Fiscal.

2 - Eleição da Mesa da Assembleia Geral e dos Conselhos de Administração e Fiscal para o novo Triénio, conforme preceituado no art.º 21.º dos Estatutos da Sociedade.

3 — Determinar a aplicação dos lucros líquidos do exercício.

4 — Tratar ou deliberar quaisquer outros assuntos no âmbito desta Assembleia.

Lisboa, 10 de Março de 1977.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
(Assin. ilegível)

(Cobrimpe — Cobranças, Organização e Assistência a Empresas, S. A. R. L.)

Hoje

Ellery Queen

I PROGRAMA

1.º Período

13.30 **Ciclo preparatório TV**
18.05 Fecho.

2.º Período

18.32 **Os bonecos** — Nodi — A Rainha das Abelhas.
18.55 **Peço a Palavra** — Pais e professores ideais.
19.25 **Inglês a sorrir** — «Super-Homem». Realizador: Victor Manuel.
19.55 **Telecinema** — Magazine de actualidades cinematográficas.
20.30 **Telejornal** . 1.ª edição.
21.05 **Momento Político** — Programa da Secretaria de Estado da Comunicação Social.
21.25 **Ellery Queen** — Policial. Intérpretes: Jim Hines e David Wayne.
22.15 **A Europa no século XX** . O Velho Continente — 5.º episódio Estamos a fazer uma boa paz.
23.10 **Telejornal** . 2.ª edição.
23.25 Fecho.

II PROGRAMA

20.30 **Telejornal**
21.00 **Variações baléticas sobre música de Strauss.**
21.45 **Imagem de uma cidade** (Lucbeck). Apresentação do Centro da Cidade, único na Europa do Norte pelo seu valor histórico.
22.20 Fecho.

Amanhã

I PROGRAMA

1.º Período — **13.30**: Ciclo Preparatório TV; **18.05**: Fecho. **2.º Período** — **18.30**: Abertura e «O Jardim Secreto» - Magia; **18.55**: Abre-te Sésamo; **19.25**: Eurovisão. Taça dos Campeões Europeus. Liverpool-St. Etienne (2.ª mão dos quartos de final); **21.15**: Vamos Jogar no Totobola; **21.30**: Telejornal 1.ª edição; **22.15**: Marcado pelo ódio. Filme realizado por Robert Wiss com interpretações de Paul Newman, Pier Angeli, Sal Mineo, Everest Sloane e Eillen Heckart; **24.00**: Fecho.

II PROGRAMA

20.30: Telejornal; **21.00**: Tacta — o açor, **21.30**: Um Homem e a sua música. **22.05**: Viver ou sobreviver; **22.30**: Fecho.

PARA REPARACAO DO SEU **TV**

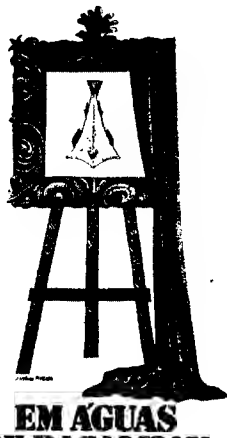
SOS-CLÍNICA DE TELEVISÃO

COM RADIO TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA

DESLOCAÇÃO E ORÇAMENTO GRATIS — SERVIÇO PERMANENTE

Telefs. 722786-834271

Avenida S. João de Deus, 13-B - Rua Macau, 8

TEATRO/Tel. 366745
ABC
Não acons. a menores de 18 anos
Às 20.30 e 22.45 horas
SÉRGIO AZEVEDO
apresenta
UM SUCESSO I M P A R ! ! !
A SUPER REVISTA
UM GRANDE ACONTECIMENTO ARTÍSTICO

EM ÁGUAS DE BACALHAU
COM
FLORBELA
NICOLAU
OCTÁVIO DE MATOS
VERA MÓNICA
SIMONE
VICTOR MENDES
Ballet ABC Dancer's
BILHETES À VENDA

Crítica de Música

MÁRIO VIEIRA DE CARVALHO

"O BARBEIRO DE SEVILHA" NO S. CARLOS

Pateada porquê ?

. Há muito que não se assistia a uma «pateada» no S.Carlos. Mesmo quando, recentemente, houve tão boas razões para protestar (refiro-me à péssima montagem de «O Retábulo de Mestre Pedro», de Falta) o público, dócil, aplaudiu.

Agora, de repente, ficou escandalizado com a encenação de «O Barbeiro de Sevilha», e vá de patear, com fúria. É claro que não foi unânime nas vaias dirigidas contra o encenador, Ginseppe de Tomasi: houve um sector considerável que tomou o partido deste.

O fenómeno merece ser analisado: quem vaiou, e porque, quem aplaudiu, e porquê?

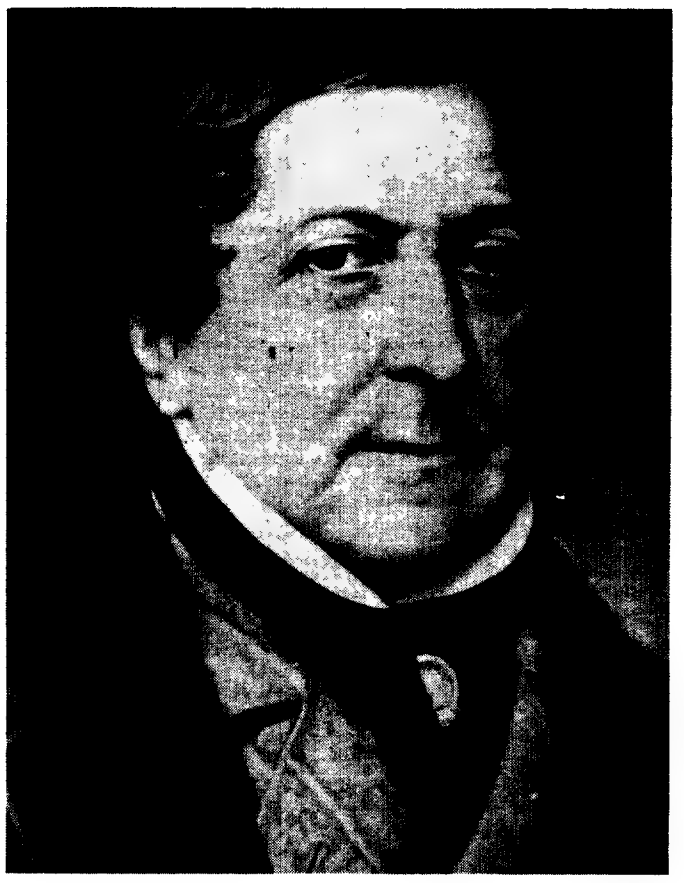
. «O Barbeiro de Sevilha» e uma divertidíssima comédia musical, onde as personagens valem pelo que exteriormente representam de tipos sociais. Qualquer tentativa de as levar a sério para além dos limites da caricatura em que o texto e a música as confinam está antecipadamente votada ao fracasso. Não se pode pôr «O Barbeiro de Sevilha» ao lado de «As Bodas de Fígaro», de Mozart, também inspirada em Beaumarchais, nem ao lado de «Fidélio», de Beethoven; quanto à primeira, pela profundidade psicológica das personagens; quanto à segunda, por esta razão e pelo seu carácter de drama sério, de projecção histórica, social e filosófica. Se refiro aqui «Fidélio» não é apenas pela proximidade no tempo de duas obras que obedecem a opções estéticas tão diferenciadas, embora baseadas na fonte ideológica comum de contestação da ordem social e dos valores morais do «ancien régime»; é também pelo facto de esta obra-prima de Beethoven ter gozado de menos favor junto do público vienense da época do que as comédias de Rossini. Ontem como hoje o «ligeiro» expulsa o «sério», mas o sector consciente do público tem hoje obrigação de compreender — para não se privar da capacidade de **amar diversamente** — estes três distintos planos: o da comédia-caricatura, o da comédia de substância psicológica, o do drama sério. Confundi-los é que não.

Ora, na montagem agora levada à cena no S. Carlos, Ginseppe de Tomasi levou a caricatura até ao fim. Recusando o compromisso com o realismo (ao contrário, precisamente, da sua atitude no **Don Carlos** de Verdi), recheou a encenação de achados inéditos, que serviram para sublinhar ainda mais o ridículo das situações, o lado picaresco de tôdas as personagens, sem excepção. A parte mais conservadora do público do S.Carlos deve ter ficado escandalizada com o despertar de Fígaro na cama, com a corda a atar o pé de Rosina, com D. Basílio a comer «spaghetti», etc., etc., etc. Porque essa parte do público «sofre» com o «drama» de Rosina (coitadinha, apaixonada pelo conde e vítima da tirania do tutor), e quer que a história seja tomada a sério para não se perder o consolador fim «cor-de-rosa»... Chocados com a «falta de respeito» do encenador, nem sequer se aperceberam da coerência de todos os elementos cénicos, da excelente direcção de actores, da vivacidade e do ritmo globais do espectáculo. Muito menos se terão apercebido do que implicitamente aí havia de alusão consciente à tradição popular da «commedia dell'arte».

Ao nível superior da encenação, e por causa dela, estiveram todos os actores-cantores e a massa coral do Teatro de S. Carlos. Vicente Sardinero, no papel de Fígaro, e Carlos Fonseca, no de D.Basílio, foram as criações mais notáveis, diria mesmo paradigmáticas, dentro desta concepção. Gianfranca Ostini (Rosina), pela dificuldade no completo domínio do volume da voz (a necessidade de «gritar» na região aguda resultava, em todo o caso, teatralmente, como componente dos traços caricaturais da personagem), e Paolo Barbacini (Almaviva), também mais por razões de técnica vocal do que de aptidão cénica, não terão sido tão convincentes como Alfredo Mariotti, no papel de D.Bártolo. Helena Cláudio (Berta) e, num plano mais secundário, António Saraiva (Fiorello) e João Veloso (sargento), contribuiram para o equilíbrio, que sem dúvida deve reconhecer-se, de todo o elenco.

A Orquestra do S.Carlos correspondeu positivamente, ainda que desta vez tenha ficado aquém do seu feito no **Don Carlos**: a segurança e a identificação com o espírito da obra reveladas pelo maestro Michelangelo Veltri não permitem que, de ânimo leve, se lhe atribua qualquer responsabilidade por esse menor rendimento. Mas, nestas coisas, por vezes, o que decide é a relação psicológica que se estabelece entre maestro e orquestra.

No conjunto, um excelente **Barbeiro de Sevilha**, que poderá ainda ser visto hoje no Coliseu.



Giocachino Rossini, o autor de «O Barbeiro de Sevilha»

ADÓQUE teatro
O PÚBLICO IMPÕE LOTAÇÕES ESGOTADAS
UMA REVISTA NUNCA VISTA!
• ANABELA
• NICHOLSON
• HENRIQUE VIANA
• MAGDA
• ERMELINDA

TODAS AS NOITES
Sessões às 20.30 e 22.30
«MATINÉE» AO DOMINGO
As 16 horas
Folga a Quartas Feiras
(Não aconselhável a menores de 18 anos)
LIBERDADE, SUB HIPOTECA
Uma proposta de Ermelinda Duarte
AOS SABADOS: PARA AS CRIANÇAS
«OS OPERÁRIOS DO NATAL»
«MATINÉES» ÀS 16 HORAS

PUB
CENTRO HOSPITALAR DE COIMBRA
Rua do Cabido, 5-3.º — COIMBRA

Até às 15 horas do dia 21 de Março de 1977, aceitam-se propostas em carta fechada e lacrada, para os seguintes fornecimentos:

1 — PÃO
2 — CARNE CONGELADA
3 — » FRESCA
4 — LEGUMES
5 — FRUTA
6 — OVOS
7 — PEIXE FRESCO
8 — » CONGELADO
9 — VINHO, VINAGRE, CERVEJA e LARANJADA
10 — GÉNEROS ALIMENTÍCIOS

As condições estão patentes nos Serviços de Aprovisionamento, Rua do Cabido, 5, 3.º — COIMBRA.

OS SERVIÇOS DE APROVISIONAMENTO

Pub
I S C S P
ASSEMBLEIA DE ESCOLA
ORDEM DE TRABALHOS:
— Balanço dos contactos com o MEIC e outras entidades oficiais.
3.ª-feira, 15, às 18.30 h., ISE - sala R. Santos

Descubra Portugal viajando de comboio

Caminhos de Ferro Portugueses

BATAS PROFISSIONAIS
ALTAMENTE ESPECIALIZADOS
PARA HOMEM E SENHORA
TINTURARIA GUANABARA — Dep. de confecções
Av. João XXI, 5-D — Rua Infantaria 16, 55-C — LISBOA

Vá ao TEATRO MARIA VITÓRIA
Hoje e todas as noites 2 — SESSÕES — 2 Às 20.30 e 22.45 h. • Aos domingos «MATINÉES» Às 16 horas • ÀS 2.as FEIRAS DESCANSO •
Ver a Sensacional PLURALI REVISTA
O BOMBO DA FESTA!
M/18 anos
UM GRANDE ÊXITO
SALVADOR e IVONE SILVA
HENRIQUE SANTANA
LYGIA TELLES
CARLOS GONÇALVES
HERMAN JOSÉ
IGOR SAMPAIO

PORTUGAL

FESTA

O Ginásio Clube Português, detentor da taça olímpica «Fearnley», atribuída pelo Comité Internacional Olímpico (em 1951) vai comemorar, no dia 18, os seus 102 anos de existência. Assinalando a efeméride, realiza-se nesse dia, um jantar comemorativo.

HÓQUEI PATINADO

Contínua a decorrer o nacional de hóquei patinado. Ontem, um punhado de resultados: Paço de Arcos, 6-Campo de Ourique, 6; Académica da Amadora, 3-Estremoz, 3, Cuf, 8-Sotto Mayor, 10; Riba d'Ave, 5-Oliveirense, 4; Ac. Espinho, 3-Valongo, 1; Carvalhos, 3-Sanjoanense, 1 e Académico do Porto, 2-F. C. Porto, 5.

NATAÇÃO

Portugal estará presente nos torneios internacionais de natação de Trento (Itália) em 25, 26 e 27 do corrente e no Luxemburgo, em 2 e 3 de Abril.

A Federação seleccionou os seguintes nadadores para as duas provas: Trento Carlos Serra, Carlos Modesto e Teresa de Sousa (Sport Algés e Dafundo), Liliana Santos e Ana Yokochi (Benfica); Teresa Figueiras, Vasco de Sousa e José Moreira (F.C. do Porto), Paula Santana (Fluvial) e Paula Barbeiro (individual).

Luxemburgo: Rui Abreu, Teresa Faria e Eugénia Cunha (Académico de Coimbra); Teresa Figueiras (F.C. do Porto), Paulo e Jacob Frischknecht (Sport Algés e Dafundo), António Mourão (Benfica) e Paulo Barbeiro (individual).

VOLEIBOL

Iniciou-se, ontem, na Região Militar do Sul, a fase final dos campeonatos nacionais militares de voleibol, no qual participam as equipas vencedoras das regiões e zonas militares.

Os jogos para apuramento do vencedor, realizam-se em Évora (até 18 do corrente), às 10, 16 e 21 horas, nos campos do seminário, do Liceu, da Escola Industrial e do Agrupamento, aproveitando-se a tarde de amanhã para proporcionar aos militares das equipas participantes excursões à cidade e arredores de Évora.

"Taça" com Porto-Sporting é problema para Braga

F. C. Porto e Sporting defrontam-se na 5.ª eliminatória (quartos de final) da «Taça de Portugal», segundo sorteio realizado ontem, na sede da Federação. Os restantes jogos são: Gil Vicente Farense (ou Paços de Ferreira); Cuf-Fafe (ou Limianos) e Famalicão-Sporting de Braga.

Os encontros realizam-se em 9 de Abril, às 17 horas, nos campos dos clubes indicados em primeiro lugar.

João Aranha e o dr. Nunes dos Santos (Sporting) versus Luís César (Porto): o problema são as datas

O jogo previsto para as Antas levanta, aos *portistas*, um sério prolema, dado o seu comprometimento anterior com o «Torneio da Páscoa», que vai ocorrer, a 9 e 10 de Abril, em Braga. Os nortenhos propõem ao Sporting a antecipação do embate para 6 de Abril ou o adiamento para sete dias mais tarde, também na noite de uma quarta-feira. Os «leões» entendem que isso deverá ser pouco possível, dada a extrema dificuldade que a sua eventual falange de apoio teria em efectuar a viagem num dia de semana. Todavia, só em completas reuniões directivas o Porto e o Sporting poderão acertar a vida. «A priori», porém, parece bastante comprometida a actuação dos *azuis-brancos* no bracarense torneio pascal. Compromissos oficiais ditam leis.

ANTECIPAÇÕES

Mais um rol de alterações aos calendários oficiais, foi autorizado pela Federação. Assim para o «Nacional» da I Divisão teremos, no sábado (às 15) o Sporting-Montijo «Nacional» da II Divisão: sabado às 15 h Riopele-Chaves; Portalegrense-Alba e Cuf-Juventude e às 16 h, Feirense-Peniche. «Nacional» da III Divisão, sábado às 15 h, Leça-Leverense; Anadia-Guarda e D. Olivais-Sacavenense.

Em relação a jogos que se disputam no domingo: «Nacional» da II Divisão: União de Leiria-Estrela, no campo de treinos do Estádio de Leiria e Oriental-Vasco da Gama no Campo Branca Lucas (Olivais) ambos às 15 horas. «Nacional» da III Divisão: Esposende-Forjães, no Campo Artur Sobral em Fão, Cucujães-Valecambrense, no Campo Bastos Xavier, em Arrancada do Vouga, Esperança-Bucelenses, no Campo das Seixas, na Malveira, todos com início às 15 horas.

«Nacional» de juniores, o jogo Vitória de Guimarães-Leixões realizar-se-á no Parque de Jogos do Moirense F.C. e o desafio CUF-Belenenses no Estádio «Alfredo da Silva».

EXPECTATIVA

O encontro entre o Dinamo de Kiev e o Bayern de Munique), a contar para a 2.ª «mão» dos quartos-de-final da Taça dos Clubes Campeões Europeus de Futebol, está a ser aguardado com grande expectativa. Recorde-se que, no 1.º desafio, os alemães venceram os soviéticos por um golo e o próximo embate entre as duas formações futebolísticas realiza-se amanhã, em Kiev, capital da Ucrânia.

DINHEIROS

A propósito de F.C. Porto: em círculos geralmente bem informados fiz-se que o varzinista Fonseca já rubricou contrato com os **azuis** das Antas, para a temporada próxima. Valor da transferência: apenas um andar em bairro residencial do Porto...

SELECÇÕES

De amanhã a 18 do corrente, futebolistas convocados para selecções de juniores, juvenis e iniciados, estagiam na Cruz Quebrada. Nomes escolhidos pelos federativos, em juniores e juvenis, com referência aos clubes que representam: Ferreirinha, Freitas, Quinito, Paulino, Carlos Soares e Silva Pinto (Porto); Viçoso; (Celoricense); Justino, Artur, Tomás e Rui (Sporting); Vaz, Pio, Carlos Alberto, Álvaro, Rui, Quim e Carlos Silva (Belenenses); Nélito (Braga); Bastos Lopes, Lobo, Angelo, Xico Zé, João Santos e Galhofas (Benfica); Inocêncio e Casimiro (Leixões); José João («Cracks» de Lamego); Fernando Teixeira e Paulo (Estoril Praia); Eduardo (Cuf); Parente (Sintrense); Baptista (Portalegrense); Sérgio (F.C. Foz); Carvalho, Machado e jorge Oliveira (Vitória) Pinheiro (Candal); Mário e Carapinha (Montijo); Toinha (Torreense) e Faria (Vizela).

Iniciados do rol: Carlos Ferreira, Júlio e Carlos Pereira (Sporting); Vítor, Bandeirinha, Henrique, Salgado, Félix, Morais, Rui e Paulo (Porto); Meyer, Gama e Paulo (Belenenses); Martins, Palma e Anselmo (Benfica); Portela (Seixal); Peixoto (Loures); Leocádio (Olivais-Sul); Gonçalo Lima (Futebol Benfica); Quim Manuel e Lima (Paços de Ferreira); Henriques (União de Santarém); Matoso; (Algés); Louro (Caldas); Pacheco (Económicos); Brandão (Dramático de Cascais); Almeida (Carcavelos); Carlos Marques (Santa Iria) e Fernando Marques (Sanjoanense).

TRAGÉDIA

Três mortos e mais de uma dezena de feridos é o resultado dos «festejos realizados anteontem, em várias cidades da Bolívia para festejar a vitória da selecção nacional de futebol, que lhe permitiu classificar-se para a fase seguinte do «Mundial» de 1978. Segundo informações oficiais, morreram três pessoas na cidade de Cochabamba (400 quilómetros a sudeste de La Paz) em consequência de dois acidentes de trânsito, provocados pela euforia.

Derrotando por 2-0 a selecção venezuelana, a Bolívia conseguiu pela primeira vez na sua história, classificar-se para a fase seguinte da «Taça do Mundo».

VETERANOS

Reuniram-se na Casa do Desporto, (Porto), os delegados das «velhas guardas» do futebol, em representação de 18 clubes. A reunião teve como objectivo principal a criação da Liga do Campeonato das Velhas Guardas «As Árvores Morrem de Pé».

Presidiu aos trabalhos Armando Amaral, secretariado por Israel Moreira, Fernando Garrido, Fernando Sousa e Rolando. Foram eleitos o corpo directivo e o conselho técnico, que ficaram assim constituídos: Leça, Sport Progresso, F.C. do Porto, Leixões e Infesta (para o corpo directivo), Oliveira do Douro, Coimbrões, Valadares, Leixões e Ermesinde (para o Conselho Técnico).

Freire: a gota de água

Não deve haver, na história (longa) de um organismo denominado Federação Portuguesa de Futebol, tão versátil e flutuante comportamento, tantos «casos» no activo (e no passivo), tal montanha de atitudes díspares e incongruentes. Fica, na verdade, como «sui generis»: para rir à gargalhada se, em muitos momentos de reflexão, não provocasse pena, comiseração, tristeza infima.

Os federativos actuais parecem sujeitos com birrinhas: tão depressa batem o pé, afirmam, garantem e, ameaçam como, logo depois, atirados de encontro à parede, bloqueados pela

Fama aos 17 anos

razão e pelo bom senso, atropelados por quem tem dois dedos de testa e pensa com serenidade, dão o dito por não dito, emendam a mão, retiram o pé da poça. Mas (lógico) já enlameado.

Pode bem dizer-se que esta Federação é um exemplo: e que cada exemplar é um número. Não passa uma semanita que não provoque *ondas:* só que, na quase absoluta totalidade dos casos, fica-se, como os bebés. Com as fraldas pouco imaculadas.

A última proeza dos federativos (de momento...) reside em torno do Sporting e da utilização de um junior (Freire) pelo clube de Alvalade, perante o Benfica. Freire, como se sabe, é empregado do Sporting: o Sporting é o seu patrão, o que lhe paga mensalmente, o que cuida da sua saúde, o que entra para os impostos, para o equipamento, para os banhos, para os transportes.

Neste negócio patrão-empregado, os alegres federativos só cobram: dinheiro pela inscrição do jogador, percentagem em relação ao contrato, mais umas *lecas* pela emissão do cartão. Têm, além disso, um especial privilégio: sempre que lhes apetece, convocam o jogador para estágios, digressões, jogos cuja rentabilidade vai inteirinha para os cofres da ilustre casa de beira-«dancings» O clube (entidade patronal) tem de abrir mão e ficar calado: ou, reverentemente, (e ainda por cima) muito agradecido.

Porém, se o *malandro* do patrão (leia-se, no caso: Sporting) precisa que o empregado cumpra o seu contrato de trabalho, a Federação fica toda encrespada. «Aqui d'el rei, que passaram por cima de nós». E, toca a castigar: «não queremos mais o Freire, não queremos mais o Freire, não queremos mais o Freire. É um ingrato!»

Parecia que as coisas ficavam nesse pé: e a Federação (ao menos uma vez) mantinha uma posição. Errada, mas muito vincada. Só que, poucas horas antes do sorteio para os quartos de final da «Taça de Portugal», comprimida por um comunicado do Desportivo da Cuf (que é espelho da verticalidade de uma direcção presidida pelo desportista Augusto Valegas) e colocada na corda bamba pela ameaça sportinguista de virar costas e tudo o que fosse Federação, o elenco da Alegria engoliu em seco, rebuscou outros argumentos no sotão das ideias e abdicou das suas vaidades: e o bom do Freire, rapaz de 17 anos que é dos melhores no mundo já profissionalizado do futebol em tenra idade, tornou a ser chamado para a selecção que, logo à noite, vai competir com austríacos. O medo de apanharem um arrepio de frio modificou o critério de 24 horas antes. A miragem de mais uma atracção para a bilheteira, fez o resto.

É isso: na Federação, os lugares exactos estão preenchidos pelas personalidades adequadas.

Neves de Sousa

Fernando Martins comanda "lista de opção" benfiquista

Duas listas estão na corrida para a nova gerência do Benfica. A «oficial», encabeçada por José Ferreira Queimado, apresenta o dr. Adriano Afonso no comando da Assembleia Geral e o brigadeiro Rodrigues de Carvalho à frente do Conselho Fiscal. Outro bloco, denominado «Lista de opção», foi assim constituido:

Assembleia geral: dr. Martins Canaverde; dr. Olindo Figueiredo; dr. Miguel Magalhães, dr. Manuel Vilarinho, coronel João Almeida Bruno e Salvador Almeida Carvalho.

Conselho fiscal: dr. Trindade Martinez; dr. Nuno Bonfim de Matos; António Aparício da Mata; comandante Rodrigues Lobo; José António Martinez; Francisco Campas e dr. José Miguel Saraiva.

Direcção: Fernando Martins; eng.º Luís Norton de Matos; major Rui Oliveira Soares; Álvaro Gigante; António Jorge Teixeira, F. Oliveira e Silva; Fernando Neves; (futebol profissional) Mário Seixas; Bernardo Leite, Mário Rui, Fernando Cruzeiro, João Correia Ribeiro; Francisco Calado, José Galinha Júnior, José Galvão, Adelino Calado Ribeiro, António Nunes e dr. Joaquim Pepe. Delegados à Federação das Colectividades de Cultura e Recreio, Mário Cordeiro e Carlos Alberto Andrade.

Juniores em Alvalade: Portugal-Áustria

Em Alvalade, pelas 21 e 15 de hoje, as Selecções de Portugal e da Áustria defrontam-se, em jogo da 2.ª «mão» do Torneio da U. E. F. A. para júniores, fase preliminar.

Árbitro: Soto Montesinos (Espanha), auxiliado pelos portugueses Augusto Bailão e António Ferreira.

Portugal: Madureira; Pereirinha, Francisco Silva, Pinto e Pita; Araújo, Manuel Jorge e Ademar; Nélson, Freire e Diamantino.

Suplentes: Padrão, Olavo, Nogueira, Rafael, Jorge, Gomes e Margaça.

Áustria: Heinisch; Anhell, Koller, Kolla e Steiger; Ruttenstock, Kroboth e Koeb; Schachner, Bauer e Schill.

Suplentes: Scheibl, Binder, Wesseley, Jelinek e Baumann.

PUB

Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Lisboa

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

CONVOCATÓRIA

Ao abrigo do n.º 1 do Artigo 13.º e da alínea b) do Artigo 12.º dos Estatutos, convoco todos os sócios no pleno gozo dos seus direitos, para uma Assembleia Geral Ordinária a realizar no próximo dia 31 de Março de 1977, pelas 21 horas, no Pavilhão dos Desportos em Lisboa, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

Ponto único — Analisar, discutir e votar o Relatório e as contas da Direcção e o parecer do Conselho Fiscalizador.

NOTAS: 1 — A apresentação do cartão de sócio, ou qúalquer documento identificativo, é essencial para a entrada na Assembleia;

2 — Nos termos do artigo 18.º dos Estatutos, esta Assembleia terá início às 21 horas, se estiver presente a maioria dos sócios, ou 30 minutos depois com qualquer número.

3 — A apresentação desta convocatória facilitará a entrada na Assembleia.

Lisboa, 14 de Março de 1977

O PRSIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

José Luís Pacheco Gasper

Canal da Crítica

Continuação da pag 11

repugnante. Livra-te primeiro dela. E depois poderemos entrar calmamente no diálogo.

ARTE DE BEM TOCAR O SINO

Certamente a pedido de, não digo muitas, para evitar incorrer no crime do optimismo, mas decerto a pedido de algumas famílias, a RTP transmitiu em repetição o memorável ensaio de Sonja Keller a interpretar canções de Bertolt Brecht. Repetiu no primeiro programa, como se impunha. Oxalá isto represente qualquer coisa como indício, ao menos, de estar alguma coisa mudando na Televisão.

Realmente não fica nada mal a ninguém, nem lhe caem os paretes na lama, se pelo Reyno do Lumiar as sugestões da crítica forem de quando em quando (oh, nada mais, só de quando em quando!), aproveitadas. E também aproveitadas integralmente, acrescentando o açúcar, sempre que se peça o café só.

Ontem, por exemplo, dever-se-ia anteceder o ensaio de algumas palavras sobre a técnica de cantar Brecht. Até havia lá por casa gente capaz, caramba. Jorge Listopad, responsável da excelente realização podia ter-se encarregado disso.

Então o programa ficaria culturalmente enriquecido.

Sabem, é preciso às vezes chamar certas pessoas à responsabilidade. Vinha o Listopad, com o seu português literariamente correctíssimo montado numa pronúncia tranqueliranque e dizia assim: Fulana de tal é uma grande cantora. Brecht é um escritor genial. A RDA é um país onde a cultura é defendida e utilizada a sério. Vocês prestem muita atenção ao programa que vão ter a honra de ver. Quem não quiser ter essa honra é uma grandecíssima besta e o melhor que tem a fazer é ir dar uma volta. Se aceitar essa honra prova, que é um ser humano a sério, quer dizer, ama a cultura — e nesse caso, antes do programa vamos conversar um pouco.

Qualquer coisa assim. Não se trata de paternalismo. Trata-se de tocar o sino para a missa. Mais nada.

TELETEATRO: HÁ QUE CONTINUAR

Bernardo Santareno é um grande dramaturgo português. Está vivo e estará mais vivo de cada vez que se tornar mais conhecido do nosso público.

A sua **Irmã Natividade** dá-nos uma visão polémica do mundo: dá-nos um mundo em transe de esperança, em trânsito para o futuro. Humaniza-se todo o homem que **ouve** o futuro e que sofre por isso. Aquela freira que ouve, fala e vive com Cristo, ela que realiza antecipadamente e realmente numa união que outros têm por irrealizável, vai pagar caro a sua **audácia.** Tem medo. É natural. Virão os castigos, as severas vigílias, a solidão, quem sabe. Mas já não pode recuar. Porque a sua humanidade se enriqueceu.

Podia ficar aqui longamente a falar da Natividade, de Santareno, do Teatro. Na impossibilidade, deixem só manifestar o prazer de assistir ao trabalho de duas grandes actrizes: Josefina Silva e Fernanda Alves.

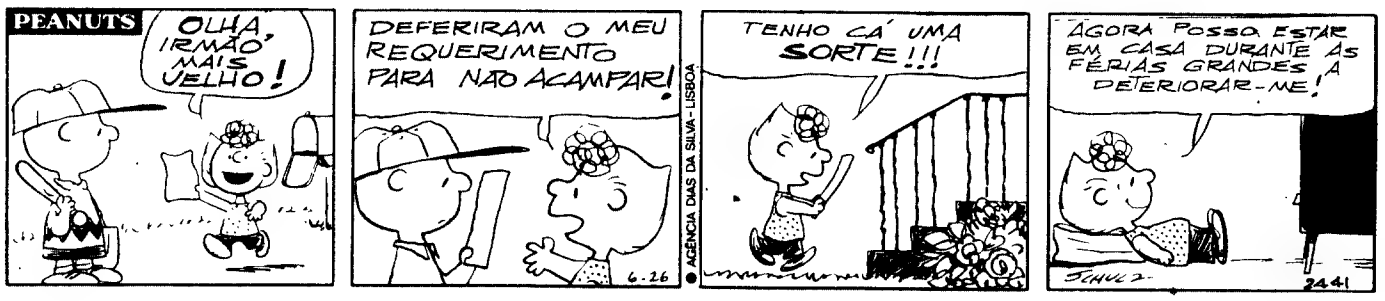
Josefina Silva, mais do que uma pessoa, está a tornar-se no símbolo do próprio teatro. Trata-se de uma artista que se enriquece à medida que os dias passam. Aquele seu grande primeiro monólogo é qualquer coisa que dificilmente se esquece: cheio de dificuldades. Josefina ultrapassa-as, vence-as com a juventude, a sabedoria e a Graça de uma corredora de barreiras.

Quanto a Fernanda Alves: aprenda-se com ela o valor e a perfeição dos ínfimos gestos. Eis como se consegue encontrar o verdadeiro ritmo que importa a uma frase, a um movimento. Nada está deixado ao acaso: tudo está resolvido como numa equação. Fernanda Alves elimina a visão superficial do espectador: uma entoação, uma hesitação, um mover de olhos, e eis-nos confrontados com o **mais além,** com o subterrâneo, com a profundidade!

Com artistas deste tamanho, com mil diabos, como se admite a ausência de um teleteatro de qualidade?

Servidos, para mais, com a tranquila, modesta, quase envergonhada sabedoria de um realizador como Oliveira Costa e sua equipa. Vimos ontem uma das mais claras demonstrações de como se faz teleteatro de qualidade e com a maior economia de meios. Raramente se têm visto movimentos de câmara mais harmoniosos, mais límpidos, mais significativos. As sequências finais, a partir da saída da Madre até ao regresso à câmara onde está caída. Natividade, contêm uma grande beleza plástica mas, para além disso, **servem** a peça, isto é: encaminham o espectador preparam (cultivam, digamos) o espectador para a discussão, proposta por Santareno.

Não há dúvida: em produção nacional, começamos bem com esta segunda-feira.



Retornados condenam acções desestabilizadoras

O Organismo de Retornados do P.C.P., em comunicado hoje tornado público, insurge-se contra os últimos acontecimentos visando a exploração da situação de indivíduos regressados das ex-colónias.

«Em presença dos factos ocorridos no comício fascista, organizado pelo I.O.R. — Inter Organizações de Retornados — no Coliseu na presença do deputado «independente» do C.D.S., Galvão de Melo, foram proferidos ataques ao 25 de problemas dos retornados, incesso revolucionário no nosso país, com o objectivo de criar dificuldades nas nossas relações com os novos Estados Independentes, derrubar a democraciae reinstaurar o fascismo». acrescentando que «tais acontecimentos, assim como os atentados bombistas, a falsificação de moeda moçambicana, etc., não visam resolver os probelemas dos retornados, inserem-se sim na grande ofensiva geral que a direita desenvolve neste momento contra o processo ssnosso país, como o objectivo de criar dificuldades nas nossas relações com os novos Estados Independentes, derrubar a democracia e reinstaurar o fascismo».

E conclui: «A maioria dos retornados não apoia este tipo de acções, como prova o escasso número de presenças nestas acções. Os retornados estão conscientes que os seus problemas só serão resolvidos com a sua integração na sociedade portuguesa e na luta conjunta com os restantes trabalhadores pelo avanço da democracia rumo ao socialismo».

tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava geralmente pouco nublado e o vento era fraco

TEMPERATURAS EXTREMAS

TAVIRA
Máxima 19°
MONTALEGRE
Mínima 2°

PREVISÃO GERAL ATE ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Céu pouco nublado temporariamente muito nublado na Faixa Costeira a norte do Cabo Carvoeiro onde há possibilidades de ocorrência de períodos de chuva fraca a partir da madrugada; vento fraco ou moderado prodominando de Sudeste

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H.

PORTO	12°
COIMBRA	13°
PORTALEGRE	12°
LISBOA	10°
FARO	16°
FUNCHAL	15°
P. DOURADAS	4°

MARÉS DE HOJE

	PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
			5.36	1,5 m
12.11	3,5 m		17.59	1,5 m
	Dia 16			
0.23	3,7 m		6.34	1,3 m
13.07	3,7 m		18.50	1,3 m
	Dia 17			
1.25	3,9 m		7.18	1,1 m
13.53	3,9 m		19.32	1,1 m

AMANHÃ

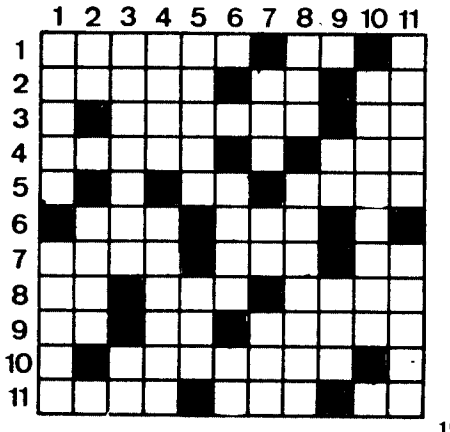
NASCER ÁS 6.47
OCASO AS 18.45

DIA 18 DIA 27 DIA 4 DIA 10

Palavras cruzadas

COM PROVÉRBIO

PROBLEMA N.º 11696



HORIZONTAIS:

1 Posteriormente. Preposição.
2 Içava. Pronome pessoal. Viração.
3 Ladeiras Centimetro.
4 Ritmo. Hora canónica correspondente às 15 horas.
5 Samário (s.q.). Espécie de argila usada em tinturaria.
6 Nome de mulher. Antiga capital da Birmânia
7 Dar pios. Pêlos de certos animais. Descobre (inv.).
8 Espera deferimento. Falda. Enrubesça.
9 Seguia Bismuto (s.q.) Pesquisai.
10 Nome de peixe
11 Aves pernaltas Guarneço de asas Néon (s.q.).

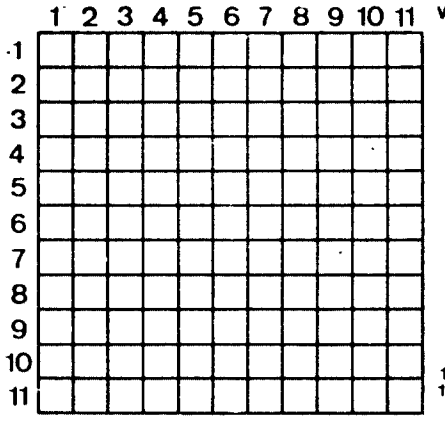
VERTICAIS:

1 Missionário budista indiano que, em 526, foi pregar a sua doutrina na China. Animal vertebrado, aquático, com o corpo coberto de escamas.
2 Artigo definido (ant.). Ópera de Verdi.
3 Saída O mesmo que betele.
4 Vila e concelho do distrito de Aveiro. Referentes à Arábia
5 Tempo do verboir Duas vezes
6 Saco de pano, fechado geralmente com cadeado Centiare.
7 Ruim. Vossa Alteza. Cabelos brancos
8 Ofereças. Em Timor, doença de pele, peculiar aos indígenas.
9 Despido. Base aérea portuguesa.
10 Fora em auxílio.
11 Equipai. Sucobranco segregado por alguns vegetais.

Resolveu completamente este problema?
Procure agora em segundo passatempo o PROVÉRBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE

PROBLEMA N.º 7756



HORIZONTAIS:

1 Mãe de Ismael. Tornar hábil.
2 Duna na Suécia. Tragédia de Shakespeare.
3 Vila e concelho do distrito de Setúbal. Caminhar.
4 Medula. Prefixo de privação.
5 Artigo definido (ant). Transpira. Cordeiro.
6 Nome de fruto. Bramiam.
7 Sufixo que designa estado. Percebo. Medida itinerária do Japão
8 Chefe etíope. Catálogo.
9 Distinguimos. Nota musical
10 Vagas. Também não.
11 Pronome possessivo (pl). Mamíferos paquidermes.

VERTICAIS:

1 Autores. Variedades de couves.
2 Cidade de França. Ver. Organização das Nações Unidas (abrev.).
3 Guarnecem de asas. Metade da colheita, que o cultivador paga ao senhorio, em Ceilão.
4 Planas. Freg. do concelho de Penafiel.
5 Estimou. Estavas.
6 Prenderiam com elos.
7 Louco, Inércia.
8 Sufixo que designa pequenez. Nome de letra. Ente.
9 Vê. Agência telegráfica hoje ANOP. Mil e cem em romano.
10 Dispuseras em linha recta.
11 Grande quantidade. Olvidavas.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11695

HORIZONTAIS	VERTICAIS
1 OS. QUE SE.	
2 Pás. Ranço.	1 Operara. VÃO.
3 Elara.	2 Salolas. Ais.
4 Rolando. At.	3 Sal. Co.
5 Aí. Moo. Pará.	4 Ramosas.
6 Rabo. Cardam.	5 Urano. Ui!
7 As. Suar. Im	6 Ea. Docas. Co.
8 Cais Atas	7 NÃO. Ar. Tri.
9 Vãos. Trava.	8 Sc. Pr. Ara
10 Aí. Cravar	9 Eon. Aditavam.
11 Oso. Foi. Amo	10 Aramavam.
	11 VOLTAM. Saro.

PROVERBIO OS QUE SE VÃO NÃO VOLTAM

SOLUÇÃO DO PROBLEM A N.º 7755

HORIZONTAIS	VERTICAIS
	1 Rena. Quioto.
1 Raba. Regina.	2 Apar. Ur. Ge.
2 Épico. Saras.	3 Bi Atirar
3 Na. Aprova.	4 Acaro. Olá.
4 Arara. Ia. Ad.	5 As.
5 To. Co. Clã.	6 Cacia
6 Qui. Calma.	7 Espiolharam.
7 Urra. Chaves	8 Gará. Mar.
8 Piara.	9 Iro Cavacos.
9 Ogro. Ar. Cu.	10 Naval. Uro.
10 Te. La Adoro.	11 Asada Sm Os.
11 Casam. Sós	

16.º CARTÓRIO NACIONAL DE LISBOA

"Auto Acessórios do Largo da Graça de Dário Ferreira e Carvalho, Limitada"

Faço público que por escritura de dez de Fevereiro, corrente, exarada de folhas oitenta e cinco a folhas oitenta e seis do livro B-CENTO E SESSENTA E SEIS das notas deste cartório, foi constituída entre Dário de Jesus Ferreira, e Américo Casimiro de Carvalho, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada que se rege pelas cláusulas constantes dos artigos seguintes.

PRIMEIRO

A sociedade adopta a denominação de «AUTO ACESSÓRIOS DO LARGO DA GRAÇA DE DÁRIO FERREIRA e CARVALHO, LIMITADA», e tem a sua sede e estabelecimento no Largo da Graça, número setenta e seis, em Lisboa;

SEGUNDO

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o seu início a partir de hoje;

TERCEIRO

O objecto da sociedade é o comércio de acessórios de automóveis. podendo, no entanto, dedicar-se a qualquer outra actividade comercial ou industrial que os sócios resolvam explorar e não seja proibida;

QUARTO

O capital social, inteiramente realizado em dinheiro é de CINQUENTA MIL ESCUDOS e corresponde a soma das quotas dos sócios, que são duas de vinte e cinco mil escudos. pertencendo uma a cada sócio;

QUINTO

A cessão de quotas a estranhos fica dependente da autorização de quem mais for sócio;

SEXTO

A gerência, dispensada de caução e com ou sem remuneração conforme o que for deliberado em assembleia geral, será exercida por ambos os sócios, que desde já ficam nomeados gerentes;

PARÁGRAFO ÚNICO: — Para obrigar a sociedade é bastante a assinatura de qualquer dos gerentes.

SÉTIMO

As assembleias gerais, salvo os casos para que a lei exija outra forma, serão convocadas por cartas registadas dirigidas aos sócios com a antecedência mínima de oito dias.

Está conforme, Lisboa, aos vinte cinco de Fevereiro de mil novecentos setenta e sete.

O 3.º Ajudante:
(Lídia Gonçalves Pereira)

MISTURADOR

COMPRA-SE PARA BORRACHA, NOVO OU USADO
Carta à Delegação deste jornal no Porto ao n.º 101

BARES · BOITES
RESTAURANTES
CINEMAS
DANCINGS

NINA — Dancing com atracções. **Rua Paiva de Andrade, 7-13 Telef.** Tel. 364859 **Rosy Striptease**

CASINO ESTORIL - Jogo autorizado. Variedades internacionais. T. **261461/164526/264596/ 264621/264945**

farmácias de serviço

LISBOA

Até às 22 horas

AEROPORTO — Av. Alm Gago Coutinho, 101-D. Tel. 722384.
ALBANO — Rua Escola Politécnica, 59. Tel. 326750.
ALEGRIA — Estr. de Benfica, 180-A-B. Tel. 780511.
ANUNCIADA — Rua do Vigário, 74. Tel. 806360.
ANTUNES ROSAS — P.a Cidade do Luso, lote 199. Tel. 313610.
CÂNDIDO MONTEIRO — Av. Almirante Reis, 121. Tel. 45751.
CARTAXO — Av. da Igreja, 21-C. Telefone 897958.
CASTRO FONSECA — Rua 4 de Infantaria, 28-A. Tel. 688857
DALTON — Av. Mouzinho de Albuquerque, 7-A. Tel. 843571.
FERNANDES — Rua de S. José, 187. Tele. 326476.
FIGUEIRAS — Av. Marquês de Tomar, 20-22. Tel. 44995
FONTOURA CARVALHO — R Santos-o-Velho, 12. Tel. 662075
GRIJÓ — Rua do Grilo, 25. T. 385264
HIGIENICA — Rua Heliodoro Salgado 20-A. Tel 844361.
IBÉRIA — R Barão de Sabrosa, 235-A. Tel. 728277.
LISBOA — Rua Cláudio Nunes, 73-A. Tel. 703393.
LISBONENSE — Rua Leão de Olibeira, 2-B. Tel. 637020.
MIRANDA — Campo Pequeno, 36-B-C. Tel 770776.
MOURA — Trav. da Memória, 55. Telefone 630944.
NOVA IORQUE — Av. E.U. da América, 140-B. Tel. 760658.
PATULEIA, HERD.S — Alam. Linhas de Torres, 262-B. Tel. 790332
PENINSULAR — Campo Mártires da Pátria, 117. Tel. 553308.
RUALTO, LDA — R. Alto de Carvalhão, 5-A-B. Tel. 651721.
S. JOÃO DE DEUS — R. Pedro Ivo, 1-A-B. Tel. 725140.
TEIXEIRA LOPES — Rua Áurea, 154. Tel. 324816.
UNIVERSAL — Rua Actor Taborda, 5-7. Tel. 44158.

Permanente

ALBANO — Rua Escola Politécnica, 59 — Tel. 326750.
ANTUNES ROSAS — Pr.a Cidade do Luso, lote 199. Tel. 313610.
FIGUEIRAS — Aven. Marquês de Tomar, 20-22. Tel. 44995.
MOURA — Trav. da Memória, 55. Tel. 630944.
NOVA IORQUE — Av. E. U. da América, 140-B. Tel. 760658.
TEIXEIRA LOPES — Rua Aurea, 154. Tel 324816.
LISBOA — Rua Cláudio Nunes, 73-A. Tel. 703393.
DALTON — Aven. Mouzinho de Albuquerque, 7-A. Tel. 843571.
S. JOÃO DE DEUS — Rua Pedro Ivo, 1-A-B Tel 725140

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Miraflores, R. António Granjo, 2 (Tel. 211361)
ALCABIDECHE
Carvalho, Até ás 21 horas
PORTO SALVO
Bastos Ferreira, Até ás 21 horas
CARCAVELOS
Central, Até às 24 e das 0 às 9 horas.
S. DOMINGOS DE RANA
Godinho da Silveira, Av. Sabóia, 29-B (Tel. 260085) Até às 21 horas
PAÇO DE ARCOS
Pargana, Av. eng.º Bonneville Franco (Tel. 2435147) Até às 22 horas

OEIRAS
Oeiras, L.Henrique Paiva Couceiro (Tel. 2430485) Até às 24 e das 0 as 9 horas
NOVA OEIRAS
Leal, Até às 21 horas
PAREDE
Macau, R. J.Elias Garcia, 60-C (Tel. 2471785) Até às 24 e das 0 às 9 horas
PAREDE
Junqueiro, Mendes Até às 21 horas
AMOREIRA
Amoreira, (Tel. 262313/267314) Até às 22 horas
MONTE ESTORIL
Lopes, R. Hangar, 3 (Tel. 260008) Até às 24 e das 0 às 9 horas
CASCAIS
Misericórdia, R. Regimento 19,41 (Tel. 280141)Até às 21 horas
Cascais, R. Conde de Monte Real B.º Caixas (Tel. 282407) Até as 24 e das 0 às horas

LINHA DE SINTRA

AMADORA
S. Jorge, R. Pedro del Negro, 5 Reboleira (Tel. 938703) Serviço Permanente
Crmele, R. Elias Garcia, lote 28 (Tel. 933303) Até às 22 horas
Helénica, R. Elias Garcia, 2 (Tel. 933613) Até às 22 horas
DAMAIA
Confiança, Est. Militar, Lote D (Tel. 9710231)
MERCÊS
Zeller, R. da República, 83 (Tel. 950015)
CACÉM
Araújo e Sá, Est. de Paço de Arcos, Lote 1-B (tel. 2940781)
MEM MARTINS
Miranda Garcia, Est. de Mem Martins, 173-B (el. 2914103)
RIO DE MOURO
Riomouro, Av. Óscar Monteiro Torres, 8 (Tel. 2960194)
SINTRA
Misericórdia, Vila (Tel. 2930391)
COLARES
Abreja, (Tel. 299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Gameiro, L.António dos Santos Jorge, 15 (Tel. 243100)
ALHOS VEDROS
Portugal, Av. da Bela Rosa, 8 (Tel. 204250)
ALMADA
Central, R. de Olivença, 11 B (Tel 2750504)
BAIXA DA BANHEIRA
Nova Fátima, Est. Nacional, 244-A (Tel. 2040141)
BARREIRO
Normal, Av. Alfredo da Silva, 116 (Tel. 2073025)
COVA DA PIEDADE
Rainha Santa, Est. das Barrocas, 50-A (Tel. 2494182)
MOITA
Silva Rocha, P. da República, 16 (Tel. 239029)
MONTIJO
Montepio, R. Almirante Reis, 93 (Tel. 2310035)
SESIMBRA
Lopes, R. Cândido dos Reis, 21 (Tel. 2233028)
SETÚBAL
Higiene, R. Frei Agostinho da Cruz (Tel. 22408).
Portugal, R. Camilo Branco (Tel. 23211)
SEIXAL
Godinho, L. da Ireja, 51 (Tel. 2218580)

PORTO

NAU VITÓRIA — Rua Nau Vitória, 723 — Tel. 490427, **ORDEM DA TRINDADE** — Rua Heróis e Mártires de Angola Tel 27420; **CONFIANÇA** — Rua de Santa Catarina, 960 — Tel 22884; **ANTAS** — Av. Fernão Magalhães, 1076 — Telefone 481158; **ANTIGA PORTA DO OLIVAL** — Campos Mártires da Pátria, 122 Tel. 24262; **FERREIRA** — Praça D. Afonso V, 55 — Te. 681975; **LOUSADA** — Largo do Campo Lindo, 62 — T 480353.

(De dia e toda a noite)

ALVES DA SILVA — Av da Boavista, 1016 Tel 60342; **AZEVEDO** — Rua de Azevedo, 136 — Tel. 52344; **GOMES FERREIRA** — Rua Faria Guimarães, 449 — Tel. 481907; **FALCÃO** — Rua de Santo Ildefonso, 61 Tel. 21566.

COIMBRA

BAPTISTA Praça da República, 9 — Tel. 23747; **RAINHA SANTA** — Rua da Figueira da Foz, 11 — Tel 24737

cinemas

ALVALADE
Tel 897480 — 15.30, 18.30, 21.15
Para todos
Leslie Howard/ Merle Oberon
«As novas aventuras do
PIMPINELA ESCARLATE
um filme de Harold Young

APOLO 70
Tel. 763319 — 14.15, 17.45 e 21.15
Não acons. men. 13 anos
Ryan O'Neal e Marisa Berensen
BARRY LYNDON
de Valerio Zurlini
HF AS 0.30 h
Grupo D M 18 anos
«FELIZES PARA SEMPRE»

AVIS
Tel 47163 — 15.30, 21.15 h
Não acons a men. de 13 anos
PAULO, O FRIO
Às 18.30 (In men 18 anos)
«O RALLYE DAS GOZONAS»

BERNA
Tel. 776098 — 14, 16.30, 19 e 21.15
Interdito a men de 18 anos
Charles Bronson em
O JUSTICEIRO DA NOITE
um filme de Michael Winner

CALEIDOSCÓPIO
Tel. 795093 — 14, 16.30, 19 e 21.15h
Já terá a civilização esquecido os horrores da guerra de 1914?
«A OESTE NADA DE NOVO»
Um filme de Lewis Milestone
Não aconselhável a menores de 13 anos

CASINO ESTORIL
Tel. 264521 — 17.00, 21.15
Interdito a men. de 13 anos
«CARAMBOLA»

CASTIL
Tel. 630194 — As 15, 17, 19 e 21.15h
Jane Birkin/Joe Dallesandro
«AMOR MARGINAL»
(Je t'aime moi non plus)
Um filme de Serge Gainsbourg
Int. M/18 anos

CONDES
Tel 322523 — 14, 16.30, 18.45 e 21.15
Não acons. men. de 18 anos
S. FRANCISCO CIDADE NUA
c/ Alter Matthau

EDEN
Tel 320768 — 14, 16.30, 19 e 21.15
um filme de John Hilbard
Interd. a men. de 18 anos
PROFESSOR NA CAMA

ESTÚDIO
Tel. 535134
Estreia às 21.15
«O VÍCIO DO JOGO»
Com James Caan
A melhor aposta é a própria vida!

ESTÚDIO 444
Tel. 779095 — 14,30, 16.45, 19 e 21.15
Não acons. M/18 anos
Um filme de Claude Chabrol
«AS BOAS MULHERES»

IMPÉRIO
Tel. 555134/5 — 15.15, 18.30 e 21.15
Interdito a men. de 18 anos
Romy Schneider (prémio de interpretação) e Fabio Testi em
O IMPORTANTE É AMAR
Um filme de Andrzej Zulawski
2.ª semana
Metro Alameda

LONDRES
Tel. 801313 — 14,15,16.30, 18.45,21.15
Não acons. a men. de 18 anos
O INTRUSO
c/ Laura Antonelli
um filme de Luchino Visconti

MUNDIAL
Tel. 538743 — 15.00, 18.15, 21.30
Não acons. a men. 18 anos
A obra-prima de Bernard Bertolucci
1900 — 2.ª parte

NIMAS
Tel. 574362 — 14.15, 16.30 18.45 e 21.15
Não acons. men. 18 anos
MISTÉRIOS DO ORGANISMO
um filme de Dusan Makavejev
(o realizador de «Filme Doce»)
Não construa monumentos que não possa derrubar

ODEON
Tel. 326283 — 15.15, 18.15 e 21.10
Int. a men. de 18 anos
ADOLESCÊNCIA PERVERTIDA
Contém cenas bem chocantes
4.ª semana

PATHÉ
Tel 821933 — 14.15, 16.30 18.45 21.15
Int. men. 18 anos
PARTIDAS DOBRADAS
c/ chris Chotteli

POLITEAMA
Tel. 326305 — 14, 15, 16.30 19 e 21.30
Int. a men. 18 anos
CHANTAGEM EM LONDRES
c/ gianni Russo, Helene Chanel

RESTELO
Tel 610375 — 21.15
Não acons a men. 13 anos
OH! AMIGOS MEUS
em 12.ª semana

ROMA
Tel. 727778
Estreia às 21.15
Não acons. men. 18 anos
«A QUADRILHA»
Com Robert Duval/Karen Blaker

ROXY
Tel. 48560 — 14, 16.30, 18.45 e 21.15h
Pam Grier/Yaphet Kotto em
«A VIÚVA NEGRA»
Um filme de Arthur Marks
Não aconselhável a menores de 18 anos

S. JORGE
Tel. 554153/4 — 15, 18.15 e 21.30
5.ª semana
Não acons a men. de 18 anos
«1900» 1.ª PARTE
Atenção: a 2.ª parte de **«1900»** está em exibição no Cinema Mundial

STADIUM (Algés)
Tel 2112544 — 18.00, 21.30
c/ Gene Hackman e Liv Ullman
A ESPOSA COMPRADA
de Jean Troveli
Não acons a men. 13 anos
Guarda de crianças durante as sessões

TIVOLI
Tel 570595 — 15.15, 18.30 e 21.15
Não acons. a men de 18 anos
CHOBIZENESSE
Uma visão louca do mundo do espectáculo!
Um filme de Jean Yanne

UNIVERSAL
Tel. 774402 — As 15,00 e 21,00 h.
CHACAL DE NAHUELTORO
um filme de Miguel Littin
ri(Não acons m/18 anos — classificação provisória)
às 17,00 e 23,00 h
IMPERIO DOS SENTIDOS
um filme de Nagisa Oshima
às 19,00 h
VIVA PORTUGAL
um filme de Samuel Schirmbeck

D. JOÃO V — DAMAIA
Tel. 971794 — Às 21 15
Não acons. a men. de 13 anos
«GIGANTES EM DUELO»

rádio

1.º Programa

16.00, Noticiário, «musiváriа»; **17.00,** Música variada; **18.00,** Resumo do programa música portuguesa; **19.00,** Poemas e poetas — música variada; **20.00,** «Jornal da noite»; **20.30,** Melodias; **21.00,** 10.º episódio do folhetim «Mário», de Silva Gaio, numa adaptação de Ema Paul; **21.23,** Futebol: Torneio de júniores da «U.E.F.A.» Transmissão do Estádio de Alvalade do jogo «Portugal-Áustria»; **22.00,** Sinal horário — noticiário; **22.45,** «Contraponto»; **00.00,** «Último jornal»; **00.15,** «Jazz»; **00.30,** Vozes na noite; **01.00,** «Música na noite»

3.º Programa-Nacional e Regional (290 m)

16.00, «Variante» (continuação); **16.10,** Casos ao acaso, por Orlando Dias Agudo (repetição); **16.20,** Disco... rendo, por Mário Martins; **17.10,** Prevenção e saúde pelo dr. Sousa Pereira (repetição); **18.00,** «Contacto»; **18.20,** Títulos de 1.ª página; **18.30,** Actualidade; **18.45,** Fórmula 1; **19.05,** Teatro trágico, pelos Parodiantes de Lisboa; **20.15,** Antologia; **20.30,** Pesquiza; **21.00,** A música e as vozes; **21.30,** «Quando o telefone toca»; **23.30,** «Nocturno»; **23.06,** Novas de alegria; **24.00,** «Nocturno» (continuação); **00.15,** «Dia a dia com o passado»; **02.00,** Fecho

3.º Programa-Local-(187,5m)

18.00, «Entardecer»; **18.15,** Sal e pimenta (repetição); **19.30,** Romance duma cidade (repetição); **20.15,** Música e poesia; **21.00,** Fecho.

4.º Programa-Emissão Total em Estereofonia

19.00, «Em órbita»; **20.00,** Programa da noite; **22.00,** «Auditório»; **24.00,** «Prisma»; **02.00,** Fecho.

RÁDIO RENASCENÇA

16.00, Noticiário; **1605,** Sequência da Tarde; **18.08,** Apelos; **18.15,** Igreja em Notícia-Palavra do dia; **18.30,** Transmissão do Terço da Igreja de S. João de Brito; **19.00,** Programa da Liga dos Amigos de R. Renascença; **20.00,** Objectivo; **20.53,** Apelos; **21.05,** Pentagrama; **21.30,** Ao Encontro da Grande Música; **22.00,** Quando o telefone toca; **22.30,** Temas Vivos; **23.05,** Última Hora; **23.30,** Dicionário da Economia; **23.55,** Meditando, no final, Actualidade internacional, Voz da América; **01.00,** Rotação; **02.00,** Encerramento da Estação

LISBOA/Teatros

MARIA VITÓRIA
20.30 e 22.45 (18 anos)
«O Bombo da Festa»
A.B.C.
20.30, 22.45 (18 anos)
«Bm Águas de Bacalhau»
ADÓQUE
20.30 e 22.30 (18 anos)
«A Paródia»

LISBOA/Cinemas

CALEIDOSCÓPIO
21.30 (13 anos)
«A Oeste nada de novo»
PALÁCIO FOZ
21.00 (13 anos)
«A Boneca»
CINE AUDITÓRIO
21.15 (10 anos)
«Os Canhões do Galeão Negro»
PROMOTORA
21.15 (13 anos)
«Os Cavaleiros do Terror»
PARIS
21.15 (18 anos)
«O Esquadrão do Dragão»
JARDIM
21.00 (18 anos)
«O Exorcista»
CAPITÓLIO
21.15 (18 anos)
«Coxas Quentes»
CINEARTE
21.15 (18 anos)
«Os Noivos Sangrentos»
CINEBOLSO
21.30 (18 anos)
«As Memórias Íntimas de Miss Aggie»
OLÍMPIA
Sessões permanentes (18 anos)
«Um Amor Como o Nosso»
RESTELO
21.15 (13 anos)
«Oh! migos Meus»
EUROPA
21.15 (18 anos)
«O Duelo das Águias»
VOX
21.15 (13 anos)
«Gator, o Implacável»
SATÉLITE
21.15 (17 anos)
«O Terceiro Homem»
MONUMENTAL
21.15 (13 anos)
«O Lutador da Rua»
LUMIAR
21.15 (13 anos)
«A Vida começa aos 20 Anos»

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Recreios Desportivos
21.15 (18 anos)
«O Padrinho manda matar»
AMADORA
Lido
21.15 (18 anos)
«Divina Criatura»
AMADORA
Cinestúdio
21.30 (18 anos)
«À Beira do fim»
MEM MARTINS
Cine Chaby
21.15 (13 anos)
«Jeremy — O Primeiro Amor»
SINTRA
Carlos Manuel
21.15 (13 anos)
«Bobby»

OUTRA BANDA

ALMADA
Incrível
21.15 (13 anos)
«Os Inseparáveis»
ALMADA
Academia
21.15 (13 anos)
Teatro
«A Grande Jogada»
TRAFARIA
Pavilhão Jardim
21.15 (18 anos)
«O Comboio do terror»
LARANJEIRO
Instrução e Recreio
21.15 (18 anos)
«A Irmã de Casta Susana»

LINHA DE CASCAIS

PAÇO DE ARCOS
Chaplin
21.15 (18 anos)
«O Processo Dimitov»
OEIRAS
Oeiras-Cine
21.15 (18 anos)
«Abutres na cidade»
PAREDE
Royal-Cine
21.15 (13 anos)
«Bobby»
ESTORIL
Palácio
21.15 (13 anos)
«Funy Lady»
ESTORIL
Casino
17.00 e 21.15 (13 anos)
«Carambola»
CASCAIS
José
21.15 (18 anos)
«O Triturador»

PORTO/Teatros

SÁ DA BANDEIRA
21.30 (18 anos)
«Vamos Trocar de Mulheres»

PORTO/Cinemas

OLÍMPIA
21.15 (18 anos)
«Até os Bichinhos Gostam»
BATALHA
21.15 (18 anos)
«O Monstro da Floresta»
ESTÚDIO
21.15 (18 anos)
«Mulheres em Fúria»
ESTÚDIO FOCO
21.15 (18 anos)
«A Divina Criatura»
VALE FORMOSO
21.15 (13 anos)
«Vitória em Entebbe»
COLISEU
21.15 (18 anos)
«Pronto a Disparar»
ÁGUIA DE OURO
21.15 (18 anos)
«O Dragão de Ouro»
CARLOS ALBERTO
21.15 (18 anos)
«Festa Privada»
S. João
21.00 (13 anos)
«Rebecca»
ESTÚDIO 400
21.15 (18 anos)
«Um Rato na Ratoeira»
JÚLIO DINIS
21.15 (18 anos)
«Luxúria»
TRINDADE
21.30 (18 anos)
«Voando Sobre um Ninho de Cucos»
PASSOS MANUEL
21.30 (18 anos)
«Jogos Nocturnos»
RIVOLI
21.15 (18 anos)
«A Jovem Nora»
SALÃO BEBÉ
21.15 (18 anos)
«Que Viva a Revolucao»

COIMBRA

GIL VICENTE
21.15 (18 anos)
«O Intruso»
S. TEOTÓNIO
21.15 (18 anos)
«Bonnie and Clyde»
TIVOLI
21.15 (18 anos)
«Mash o Machissimo»
AVENIDA
21.15 (18 anos)
«O Inocente de Mãos Sujas»

RENASCENÇA GRÁFICA, S A R L
ADMINISTRAÇÃO-GERAL
RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º
TELEF 654531/2/3/4
REDACÇÃO, SERVIÇOS TECNICOS E PUBLICIDADE
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF 321154/5, 320271/2/3
RUA DA RÓSA, 75
END TEL DIBOA TELEX 12363
LISBOA PORTUGAL

Dia da P.S.P. em Braga com cheiro de "antigamente"

..BRAGA, 15— O «Dia da P. S. P.» foi celebrado nesta cidade com diversas cerimónias que tiveram lugar na sede do Comando Distrital da corporação. Assistiram às cerimónias, entre outras entidades, o tenente-coronel Estorninho e o tenente Arquimedes de Ornelas, em representação dos comandantes do R. I. B. e da G. N.R.; o cónego dr. Carlos Francisco Martins Pinheiro, em representação do Arcebispo Primaz; o coronel Rui Mendonça e os capitães Euclides de Barros, Aníbal Brito, Sotero da Costa, bem como o tenente Arantes Lopes, o tenente-coronel Pompeia Xavier e o capitão Francisco Melo, estes últimos, antigos primeiro e segundo comandantes da corporação.

Se é certo que não se encontravam entre os presentes representantes das autoridades civis e administrativas instituídas pelo regime democrático, é igualmente certo que não faltaram às mesmas representantes de instituições que se distinguiram, no passado, pelo entusiasmo e o «denodo» com que reprimiram os democratas e as suas actividades.

Não pode, evidentemente, concluir-se só pela leitura dos nomes dos convidados que existem poderes paralelos nesta cidade em que permanecem impunes as actividades desenvolvidas há dois anos pelos forças reaccionarias e pelos terroristas, mas não há sombra de dúvida de que esta lista foi elaborada com pouco tacto e, sobretudo, que não refecte o desejo manifestado pelo ministro Costa Brás quando, nesse mesmo dia, afirmou no Comando Geral da P.S.P. de Lisboa: «As múltiplas e diversificadas tarefas de manutenção da tranquilidade pública que a generalidade dos cidadãos exige da Polícia de Segurança Pública serão cumpridas para garantir o exercício da liberdade em segurança».

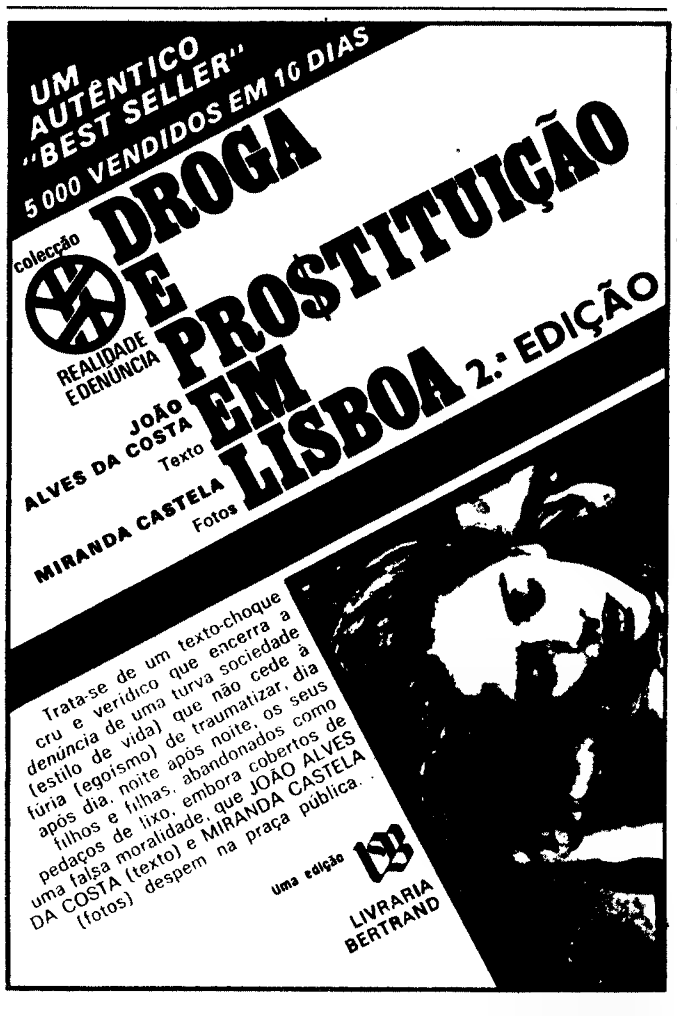
Os cidadãos interessados no «exercício da liberdade em segurança» teriam certamente ficado mais tranquilos se as autoridades do regime legal eleito pelo povo também tivessem estado presentes nas cerimónias do dia da P.S.P. de Braga.

Quatro mortos numa estrada do Norte

· PORTO, 15 — No lugar da «Curva da Pesqueira», à entrada de entre-os-Rios, ocorreu ontem um violento embate entre um automóvel e uma camioneta de carga.

Seguiam naquele veículo Celso Coelho de Sousa, de 21 anos, solteiro, fusileiro naval: José Nuno de Sousa Rodrigues Sarmento, de 18 anos, e seu irmão Miguel de Sousa Rodrigues Sarmento, de 17 anos, ambos solteiros e estudantes de Baltar, Paredes; Gonçalo Pereira Pinto de 24 anos, soldado pára-quedista do lugar do Cruzeiro, Penafiel, e Maria da Conceição Nunes Moreira, de 19 anos, de Madalena Gaia.

Os três primeiros morreram no local do acidente e os outros dois foram transportados numa ambulância dos Bombeiros Voluntários de Enre-os-Rios ao Hospital de S. João, em estado muito grave vindo o Gonçalo a falecer esta madrugada.

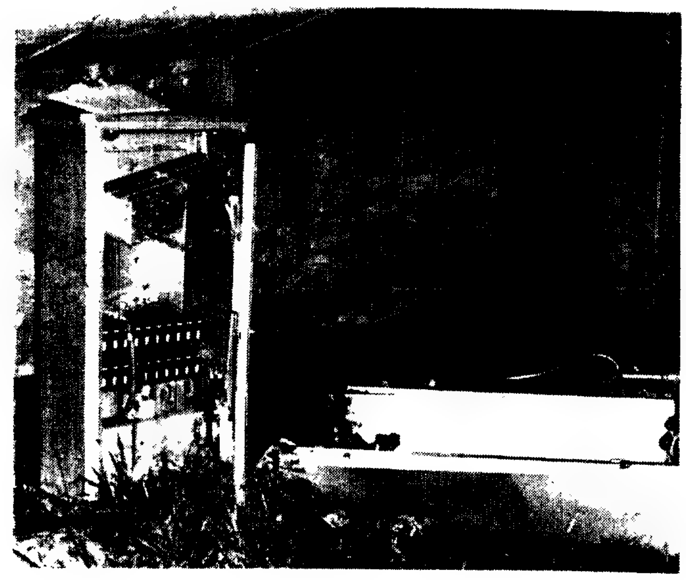


Mais uma bomba

Explosão dificulta trânsito em Alcântara

O facto de ser de fraca potência o engenho que explodiu por volta da meia-noite de ontem, num posto transformador da sinalização que condiciona e controla o semáforo que dá acesso à estação de Alcântara-Mar terá evitado que houvesse agora vítimas a lamentar. Segundo um dos automobilistas que no instante do rebentamento circulavam entre Belém e o Cais do Sodré e vice-versa, na Avenida 24 de Julho, se a carga fosse mais potente teria provocado estilhaços de maior peso, capazes de atingirem quem viajasse nas imediações. Mesmo assim, os pequenos estilhaços projectados pela deflagração assustaram vários automobilistas.

Esta manhã, o posto transformador danificado ainda não tinha sido reparado, pelo que o trânsito naquela área, quer no viaduto que conduz à Estação Marítima de Alcântara, que nos acessos à Ponte «25 de Abril» e na Avenida da Índia, no prolongamento da 24 de Julho, continuava a processar-se com grandes dificuldades.



Estragos produzidos pela carga de plástico no posto controlador de sinalização luminosa em Alcântara-Mar

De acordo com a opinião de um subchefe da Brigada de Minas e Armadilhas da P. S. P., o engenho colocado naquela caixa de sinalização automática era do mesmo tipo dos que ultimamente têm rebentado em Lisboa, confeccionado com plástico ou TNT, e insere-se na vaga de atentados bombistas que procuram criar o pânico entre a população numa tentativa desestabilizadora desencadeada pelas forças reaccionárias.

"Bica" ao balcão passa para 4$50?

Há «cafés» em Lisboa onde uma «bica» ao balcão já custa 4$50. Ainda ontem, o proprietário de um estabelecimento do ramo hoteleiro da Rua Castilho, «tabelou» a chávena de café a esse preço, durante algumas horas, vindo a repôr o seu custo ao que a regulamentação prevê após um alerta de alguns dos seus clientes, que contactaram a Secretaria de Estado de Abastecimentos e Preços e a Direcção de Fiscalização. Este organismo terá agido para chamar a atenção do comerciante o lavrado a respectiva autuação.

O procedimento abusivo daquele comerciante não é isolado, pois que nós temos conhecimento que em mais dois ou três estabelecimentos da área do Saldanha e do Areeiro esse aumento de 3$50 para 4$50 vem sendo praticado com a maior impunidade. Aliás, numa das artérias desta zona, ainda há dias o proprietário de um restaurante e «snack-bar» advertiu os seus clientes que a «bica» ao balcão ia passar para 4$50 e, na mesa, de 4$50 para seis escudos, em consequência do recente aumento do preço do quilo de café para 336$00 para os retalhistas. Um outro, da área do Marquês de Pombal, vai também tabelar a «bica» ao balcão ao mesmo preço.

Entretanto, tanto o Sindicato de Hotelaria do Sul como a Secretaria de Estado do Comércio Interno desconhecem as razões, pelo menos por enquanto, por que alguns proprietários de cafés e restaurantes decidiram regulamentar pelas suas próprias mãos, alertando o consumidor para o abuso que a decisão contém.

O Sindicato de Hotelaria e Similares de Lisboa realça ainda que tomará posição pública em breve, no sentido de desmascarar todos os comerciantes e proprietários que assim procedem unilateralmente, e

Enquanto isto, há casas onde os proprietários deixaram de funcionar com máquinas, pelo que o «expresso» e a «italiana» tendem a desaparecer em muitos locais da capital. Em seu lugar, «vigora» agora o café em saco, que segundo alguns comerciantes dá alguma margem de lucro, enquanto a «bica» de máquina, com a subida de preço no quilo do café, dá um prejuízo que os hoteleiros estimam entre 1$50 e 1$80. Segundo aqueles, o café de saco é uma mistura económica que custa cerca de 100 escudos o quilo, podendo assim dar algum lucro ao explorador de estabelecimentos hoteleiros e cafés.

Como todos os comerciantes, em atitude que se diria concertada, fazem as contas ao actual preço do café (quilo) e às chávenas que diariamente se quebram, e sustentam ainda que se a «bica» subisse para 6 escudos dentro do estabelecimento, e 7$50 nas esplanadas, era possível equilibrar as despesas dos estabelecimentos, é muito provável que a «bica» venha a ter nova cotação no mercado, até por não se encontrar incluída no «Cabaz das Compras».

Novo horário nas padarias

Por aplicação da portaria recentemente publicada pelo Governo e que regulamenta os novos horários da panificação, a partir de amanhã as padarias passarão a ter os seguintes horários: de segunda a sexta-feira, abertura às 7 horas, encerramento às 13, reabertura às 17 e 15, e encerramento às 19; aos sábados a abertura efectuar-se-á às 7 horas, verificando-se o encerramento às 13.

Estas medidas encontraram já o apoio da Associação dos Industriais de Panificação de Lisboa, Setúbal, Santarém e Leiria, o mesmo não acontecendo com os trabalhadores do ramo que consideram que a nova portaria «restabelece o horário livre no sector».

José Rufino, dirigente sindical, considerou, em breves declarações à ANOP, que a portaria «revoga o horário estabelecido em Dezembro de 1975 e remete a questão das horas dos períodos de trabalho para uma portaria de Dezembro de 1971 que permite ao patronato escolher as horas de trabalho e de descanso».

Assembleia da República

. Em virtude de decorrer amanhã e quinta-feira na Assembleia da República o debate parlamentar requerido pelo P. d. sobre as medidas de austeridade recentemente adoptadas pelo Governo, não se efectua hoje a habitual sessão parlamentar.

Entretanto, esta manhã, o presidente da A. R. Vasco da Gama Fernandes, reuniu com os grupos parlamentares a fim de serem concertadas as normas processuais para o debate de amanhã.

Esta tarde reunir-se-ão algumas comissões parlamentares para apreciar alguns diplomas pendentes, com vista a elaborarem os respectivos pareceres.

Afixação de cartazes

É expressamente proibida a afixação de cartazes (anúncios) nos edifícios públicos — avisa o Minustério da Administração Interna através de um comunicado

TIRAGEM MÉDIA DIÁRIA EM JANEIRO: 46.122

tome nota

OS NOMES DAS COISAS

Embora estejamos certos de que os despachos não modificam a natureza dos cursos, achámos graça ao facto de o Sindicato dos Engenheiros Técnicos Agrários ter enviado um esclarecimento ao «DL» a dizer que o título profissional de «regente agrícola» fora alterado, por um despacho de 2 de Junho de 1975, para o de «engenheiro técnico agrário».

O esclarecimento veio na sequência de uma notícia publicada no nosso jornal e na qual se dava o tratamento de regente agrícola ao *engenheiro* Apóstolo Godinho. É louvável que o Sindicato se preocupe em manter os nomes dos graus académicos surgidos como alterações do 25 de Abril. Deve-se sempre lutar pelas conquistas alcançadas. Já não achamos tanta graça ao facto de certos técnicos não se preocuparem em defender outras conquistas muito mais importantes, como é o caso da Reforma Agrária.

À ANTIGA PORTUGUESA...

A C. A. P. vai comemorar o 24 de Abril (curioso, muito curioso), com uma tourada na praça de Santarém. A tourada será à antiga portuguesa... como seria de prever!

Mataram para roubar 1530$00

Continuação da pág 1

pelo terceiro elemento. E este último que acaba por disparar, no receio de vir a ser reconhecido, já que o motorista o tinha visto claramente.

Arrastado e deixado o corpo, o autor do disparo passou a conduzir o táxi até à Buraca, onde foi abandonado.

Após o crime, dividiram o dinheiro e queimaram a carteira e os documentos da vítima. Esta levava apenas 1530 escudos. Feita a divisão, coube 510 escudos a cada um.

Nenhum dos detidos tinha antecedentes criminais.

Férias da PÁSCOA
nos
AÇORES
Por Pessoa — 6.670$00.
Lugares limitados
Informações e Inscrições
MUNDIRAMA
R. DO CRUCIFIXO, Nº 33
LISBOA 2 / TELEFS
323633 / 324296
328856 / 363294
MUNDIRAMA
PASSAPORTES

EXCLUSIVO

SUPLEMENTO

Síntese
da vida
internacional

Le Monde
Prensa Latina
Interpress
Novosti

N.º 6 / 77

Terça-feira, 15 de Março de 1977

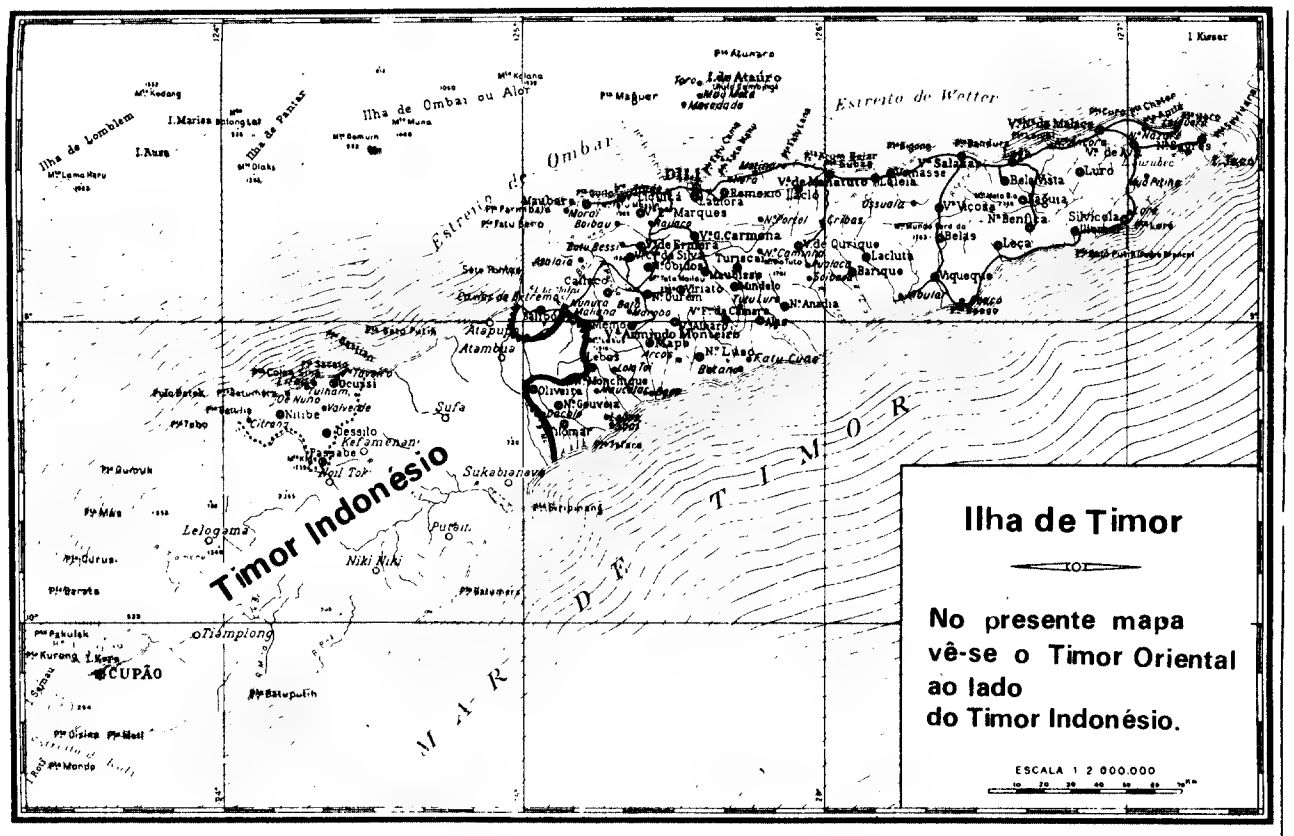
População Mundial : Apocalipse ou controlo de natalidade ?
Estados Unidos : A imprensa, Carter e a C.I.A.
Comunicação Social : A crise da Imprensa na Europa
Petróleo : O futuro da Opep
Figura em destaque : Zulfikar ali Bhutto

□ **Gregório Selser**

■ **INTERPRESS**

TIMOR

José Ramos Horta, dirigente da Fretilin. denunciou perante a O.N.U. as violações dos ocupantes indonésios.



O VIETNAME DA INDONÉSIA

Timor Oriental

Antiga colónia portuguesa, confinando com o Timor Indonésio. As tropas de Suharto invadiram o território, afirmando-se terem massacrado quarenta a cem mil habitantes. A Fretilin continua a luta contra os ocupantes indonésios.

A Ásia está demasiado longe das preocupações jornalísticas, desde que os Estados Unidos foram forçados a desinteressar-se da Indochina. Não há correspondentes curiosos que dêem conta da existência de guerras ocultas, embora por isso não menos causadoras de genocídios, como as que se travam no Bornéu do Norte e em Timor Oriental, este último ex-possessão portuguesa.

No princípio de Fevereiro, uma trintena de linhas em tipo pequeno, consignadas numa página interior de «Le Monde», relatava que M.J. Dunn, diplomata australiano conceituado como um dos mais afamados especialistas em assuntos indonésios, tinha declarado a 1 desse mês, ao «Times» de Londres, que o regime de Suharto se dedicava a uma sistemática e metódica matança massiva de nativos de Timor Oriental, uma faina que se iniciou em Dezembro de 1975, nove dias depois de Portugal deixar de governar essa parte da ilha, cujo sector ocidental pertencia à Indonésia.

Dunn afirmou que a decisão do governo de Djacarta de anexar Timor Oriental fora adoptada durante o segundo semestre de 1974, ao mesmo tempo que anunciava publicamente não ter tal intenção. Devido à resistência oferecida pelba ex-colónia portuguesa, que se expressava através da luta dirigida pela Fretilin, Suharto ordenou uma repressão coordenada no estilo da que o tinha levado ao poder no seu país — conhecida como «operação Djacarta» — e que, entre Setembro de 1965 e Abril de 1966, produziu uma matança de pseudo-esquerdistas cujo número é calculado entre 800 000 e 1 200 000 pessoas.

O australiano Dunn acaba de afirmar que as execuções sistemáticas acompanhadas de torturas, pilhagem e violações se exerceram primordialmente contra os membros da comunidade chinesa de Dili, a capital, hoje em dia praticamente em ruínas. Calcula que no dia da entrada dos indonésios em Dili, foram assassinados uns 500 chineses e que, posteriormente, metade da população chinesa, de aproximadamente 7000 pessoas, foi «liquidada». Segundo o testemunho de Dunn, o número total de vítimas dos massacres elevar-se-ia, actualmente, a umas cem mil pessoas. Acrescentou, além disso, o pormenor de que cinco jornalistas foram assassinados pelos indonésios a seguir à tomada da cidade de Balibo, embora eles se tenham identificado como australianos. Eram testemunhas demasiado perigosas.

Dez dias depois da primeira crónica de «Le Monde», a 11 de Fevereiro, o mesmo vespertino informou que um porta-voz do governo de Djacarta tinha desmentido as afirmações do diplomata Dunn, mas que, apesar disso, e de acordo com informações procedentes da própria capital da Indonésia e com origem em residentes portugueses em Timor, nada suspeitos de simpatizarem com os revolucionários da Fretilin, tais matanças colectivas tinham ocorrido e continuavam a ocorrer. Do relatório que «Le Monde» alegava possuir, depreende-se que aproximadamente 10 por cento dos habitantes de Timor Oriental (60 000, num total de 600 000) foram assassinados, mas que igualmente se denunciava a cifra de 100 000 massacrados, ou seja 15 por cento da população, tudo em consequência de acções das forças armadas indonésias.

Suharto é acusado de genocídio deliberado, em Timor Oriental, o que ja teria causado o desaparecimento de dez por cento da população.

De facto, desenrola-se já uma guerra de guerrilhas, com uma Fretilin que domina o sector montanhoso da ilha e conserva o acesso ao mar, na costa meridional da ilha. Um governo títere na base de antigos colonialistas portugueses, assente numa organização chamada APODETI (Acção Democrática de Timor), oferece a fachada de que Suharto se serve para dominar em algumas cidades os povos que previamente foram submetidos a uma «limpeza» genocida. Actualmente, as condições climáticas são favoráveis à actuação da Fretilin e continuarão a sê-lo até Maio próximo, época das monções. No entanto, e apesar dos factos apresentados perante as Nações Unidas por José Ramos Horta, membro do Comité Central e secretário do Departamento de Relações Exteriores da Fretilin, a acção genocida persiste com o concurso dos mais modernos meios de guerra.

Ramos Horta afirma que no decurso de mais de um ano de intervenção da Indonésia na sua pátria, com a participação de quinze navios de guerra, trinta helicópteros Alouette, quinze aviões Hércules, outros tantos B-25 e cinquenta tanques e carros de assalto, os indonésios só conseguiram ocupar cerca de 20 por cento do território nacional. Calcula-se em 45 000 o número de soldados indonésios envolvidos na invasão, contra os 15 000 que a Fretilin afirma estarem em pé de guerra, incluindo mulheres e estudantes. Ramos Horta revelou que a Fretilin dispõe de armas automáticas abandonadas por Portugal no momento da sua retirada e fornecidas pela Alemanha Federal no contexto da NATO. Também conta com espingardas G-3, Mausers, morteiros de curto e longo alcance, bazucas e peças de artilharia antiaérea. Graças a esse material, a Fretilin clama ter derrubado seis helicópteros e um avião, e ter destruído ou capturado tanques e veículos blindados.

A 1 de Novembro de 1976, o «Melbourne Age», da Austrália, informou que, de acordo com fontes eclesiásticas residentes na ilha, tinham pelo menos sido assassinadas umas 60 000 pessoas pelas forças armadas indonésias. Isto, sem contar com os milhares de casos de violações, saques e incêndios de casas. A intenção escassamente dissimulada é a de conseguir a incorporação de Timor Oriental

2

A POPULAÇÃO MUNDIAL

APOCALIPSE OU CONTROLO DE NATALIDADE?

[] **Dr. Escoffier-Lambiotte**

■ **LE MONDE**

Para Albert Jacquard, professor da Universidade de Gèneve e director de investigação no Instituto Nacional de Estudos Demográficos, a mutação a que a nova geração assiste em matéria demográfica poderia conduzir ao apocalipse.

Os primeiros homens eram alguns milhões. Há dez mil anos, a invenção da agricultura desencadeia a primeira revolução demográfica. O efectivo humano passa rapidamente para 300 milhões de homens (no tempo de Jesus Cristo), depois sobe lentamente até 700, 800 milhões de homens no século XVIII.

Surge então a segunda mutação: a vitória sobre a mortalidade infantil conduz a um aumento exponencial das populações, que passam de 1 bilião e 200 milhões de homens, em 1850, para 2 biliões e 500 milhões, um século mais tarde. O meio século que separa 1950 do ano 2000 assistirá, por sua vez, a uma verdadeira explosão demográfica, porque a Terra tera nessa altura 6 biliões de homens.

Ao ritmo actual haverá 50 biliões de homens no fim do próximo século, o que significa que todas as terras emersas terão a densidade humana do Japão. A este ritmo, 500 biliões de homens povoarão o planeta daqui a menos de 200 anos, cobrindo com a densidade japonesa, não só as terras mas todos os mares e todos os oceanos. Ora dois séculos são oito gerações... E desde 1850 até aos nossos dias, também só houve oito gerações.

Da pirâmide ao obelisco

A demonstração de Jacquard, que se apoia no espaço vital e no número de m2, mostra a gravidade de uma situação que não poderá ser modificada pela exploração de novas energias nem pela absorção de comprimidos de proteínas...

Quando as populações diminuem voluntariamente os nascimentos, como é o caso no Ocidente, a «pirâmide» das idades sofre outra mutação que a transforma em obelisco: poucos jovens, muitos velhos, três gerações de adultos coexistindo, tudo isto que se desenrola aos nossos olhos, contem uma mudança profunda das estruturas sociais.

Ao mesmo tempo, países há que nem sequer ainda deram início a esta transformação, e Jacquard prevê graves tensões entre as diferentes culturas, devido à mudança de relações de poder. **Um sistema que não é auto-regulado só pode provocar uma explosão.**

A Ásia tem 58 por cento da população mundial, a Europa 18 por cento, a África 10 por cento e a América 14 por cento. Se as actuais taxas de crescimento se mantiverem nos vários continentes, a parte da Ásia ficará igual no proximo século, a da Europa diminuirá, a da América aumentará e a da África aumentará consideravelmente.

Se as nossas relações de força não forem proporcionais aos efectivos humanos, elas serão então e necessariamente, da ordem totalitária, conclui Jacquard.

A sua visão de Apocalipse é temperada pela fé de Girard, professor de Demografia na Universidade René Descartes, nas faculdades de adaptação dos homens, adaptação essa que pode ser muito rápida e que se traduz em restrições de natalidade. Porque não há-de o Terceiro Mundo seguir essa mesma evolução, que faria com que a população planetária tivesse um crescimento zero?

O que preocupa Girard é outro fenómeno, totalmente inédito na

história da Humanidade, e que é o domínio total da reprodução, que há milénios era obra do acaso. A demografia já só obedecerá às leis da opinião pública ou pessoal, a menos que pressões políticas não venham esmagar as reivindicações dessa nova liberdade. As consequências de uma tal situação e do possível domínio na escolha do sexo das crianças a nascer são totalmente imprevisíveis e podem engendrar desequilíbrios sociais que se perpetuariam, muito para além das gerações.

É necessário salvaguardar as possibilidades do acaso, diz Girard. A inquietação que inspira aos demógrafos a incógnita da demografia consciente é pois tamanha que eles imploram o socorro dos «deuses» da fatalidade natural, inconsciente e aleatória...

Para Keifitz, professor de Sociologia e Demografia na Universidade de Harvard, a taxa numérica da população já não é o elemento principal da relação de forças na era da tecnologia. As potências industriais ou militares apoiam-se muito mais no nível dos equipamentos técnicos do que no número de homens.

Mobilidade do trabalho e natalidade

Há em contrapartida, pensa ele, uma contradição entre as sociedades industriais e a natalidade. Num tempo em que as mulheres têm acesso ao trabalho retribuído, a educação de uma criança, que equivale ao salário da mãe durante cinco anos, torna-se um luxo. Um luxo que, se as mulheres fossem pagas para ter filhos, custaria todos os anos aos Estados Unidos 10 por cento do rendimento nacional.

As civilizações industriais têm, para mais uma grande instabilidade familiar (o número de divórcios duplicou em dez anos nos Estados Unidos, e ultrapassou este ano o milhão), e é preciso ver, acrescenta Keyfitz **que a mobilidade do trabalho é contrária à unidade familiar e à natalidade**. Com efeito era preciso conciliar com duas carreiras (a do homem e a da mulher), essa mobilidade tão elogiada e que **é em grande parte responsável pela diminuição de nascimento na América**.

É na multiplicação de creches e escolas pré-primárias, na formação deliberada dos homens, a fim de partilharem o fardo educativo com as mulheres, que Keyfitz vê **a única saída para o Ocidente**.

O controlo de nascimento aqui, salários maternos e multiplicação de creches além, permitirão estes meios escapar ao Apocalipse demográfico? Nada é menos certo, a julgar pela perplexidade dos demógrafos e dos historiadores.

Em suma, conclui o professor Ruffié, os homens foram sempre atormentados por dois medos: serem demasiados ou em número insuficiente.

Neste ponto e só neste, nada mudou desde a noite dos tempos.

TIMOR

1)

na parte indonésia da ilha. O objectivo, rejeitado pelos que não querem ver um colonialismo substituído por outro, encontra um obstáculo na natureza montanhosa e a densa vegetação do território dominado pela Fretilin, além dos prejuízos causados pelas chuvas nos caminhos de acesso, destruindo as pontes e minando possíveis rotas alternativas. De facto, as tropas de Suharto exercem controlo sobre aproximadamente 150 000 pessoas, na sua maior parte residentes nas zonas urbanas.

Além deste quadro da situação bélica, a Fretilin vangoloria-se de que a sua luta está a provocar contradições e rivalidades na própria Indonésia. Menciona como operando em Timor Oriental os fuzileiros navais (KKO), da ilha de Java Oriental, e os comandos RPKAD, do centro de Java, que se enfrentaram de forma sangrenta entre si, e que mais de uma centena de KKO — até 1965 identificados como pró-Sukarno — desertaram, a fim de se incorporarem nas fileiras da Fretilin. Em contraste, os RPKAD são parte significativa das forças que, em 1965-66 perpetraram um dos maiores genocídios da história da humanidade.

No seu mais recente apelo público, José Ramos Horta formulou, em nome da Fretilin, um desafio ao governo de Djacarta: que suspenda o bloqueio aeronaval de Timor e que, simultaneamente, permita, sem golpes nem manobras, a entrada na ilha de observadores das Nações Unidas e de jornalistas de todas as nacionalidades e origens, para que por si próprios adquiram uma visão do drama que a ex-colónia portuguesa está a viver.

Não é de admitir que Suharto aceite o desafio. Desde o princípio de Janeiro deste ano, as Nações Unidas estão à espera de que responda a um pedido referente às aproximadamente 50 000 pessoas que ainda continuam em prisões da Indonésia, que embora escapassem à morte no massacre colossal de 1965-66, permanecem presas sem serem submetidas a qualquer julgamento. ●

EUROPA TAMBÉM QUER VENDER AS SUAS ARMAS

■ **INTERPRESS**

Num recente colóquio efectuado pela União da Europa Ocidental (UEO), o delegado francês, Marc Cauchie, afirmou que a indústria europeia de armas tem uma capacidade superior às exigências do mercado do Velho Mundo. Disse: «Devemos aceitar as evidências que a capacidade actual da indústria europeia de armamentos é muito superior ao mercado europeu, de modo que é indispensável que esta capacidade seja mantida por meio de vendas fora da Europa, inclusive nos Estados Unidos».

Cauchie assinalou que a França tem uma parte relativamente modesta nas exportações mundiais, tanto em termos de crescimento como em valores absolutos. Lembrou ainda que, em valores absolutos e, de acordo com documentos norte-americanos, durante o período entre 1965 e 1974 houve no mundo uma ex-

portação de armas no valor de 64.600 milhões de dólares. Os cinco principais exportadores são: Estados Unidos, com 31.500 milhões (48,7 por cento do total); União Soviética, com 18 milhões (28,1); França, com 2.900 milhões (4,5); Grã-Bretanha, com 2.200 milhões (3,4) e República Federal Alemã, com 1200 (1,9).

O delegado francês ainda fez notar que entre 1970 e 1976 os pedidos de venda de armas para o exterior recebidos pelos Estados Unidos passaram de 1800 milhões de dólares a 11 mil milhões, o que equivale a um crescimento de 511 por cento. No mesmo período, as ordens recebidas pela França passaram de 6300 a 15 milhões de dólares, o que indica um crescimento de 140 por cento, isto é, três vezes e meia menor do que o dos Estados Unidos.

As cifras de exportações mundiais de armas proporcionadas pelos Estados Unidos são parciais, pois não levam em consideração o tráfico semilegal que efectuam os grandes vendedores norte-americanos, britânicos e árabes. •

ESTADOS UNIDOS

A IMPRENSA, CARTER E A CIA

□ **Frida Modak**

INTERPRESS

MÉXICO — Um estranho sentido de humor parece afectar a grande imprensa norte-americana, a ajuizar pelos conceitos expressos pelo presidente dos Estados Unidos, James Carter.

A diversão consiste em formular denúncias espectaculares acerca de personalidades que receberam pagamentos da C.I.A. para que, assim, quando o escândalo atinge o auge, e os protestos chovem sobre Washington, Carter possa também entreter-se a mandar cartas aos afectados dizendo-lhes que tudo se resumiu a uma brincadeira de mau gosto. Como se depreende que o presidente de um país tão poderoso e com tantos problemas como os Estados Unidos deve ter coisas mais importantes em que ocupar o seu tempo, o assunto obviamente não pode ser o produto da ociosidade da grande imprensa norte-americana, nem do presidente daquele país.

Há já muito tempo que as actividades da C. I. A. provocam escândalo no mundo inteiro e tal não se deve a que sectores interessados se tenham proposto desprestigiar um organismo como o aludido, mas a que, nos próprios Estados Unidos, se verificaram abusos cometidos em virtude do tremendo poder que lhes foi conferido. A partir do episódio de Watergate, que custou a presidência a Richard Nixon, começaram a sair à luz do dia todos os actos abusivos, indevidos e ilegais cometidos pelo Governo norte-americano e em que a C.I.A. teve uma participação destacada, quando não decisiva, incluindo o próprio caso de Watergate, em que estavam implicados agentes desse organismo de espionagem, como o «canalizador» Howard Hunt. E as actividades da CIA estendem-se não só fora dos Estados Unidos, mas também dentro do país. A denúncia mais recente refere-se à chamada «operação caos», que embora soe como uma série da televisão satírica, é um facto real. Nessa operação a CIA utilizou os serviços das agências de espionagem estrangeiras, cujos nomes se mantêm secretos por decisão judicial, para obter informações acerca dos pacifistas e de outras pessoas consideradas radicais. A «operação caos» foi um programa governamental de contra-espionagem, do que decorre muito claramente que todos os poderes adquiridos pela CIA lhe foram outorgados oficialmente.

Foi possível obter igual comprovação nas investigações que o Senado norte-americano levou a cabo em torno das operações encobertas deste organismo, que se traduziram em intervenções ilegítimas nos assuntos internos de outros países para provocar alterações políticas a gosto de Washington. Tal indica de maneira irrefutável que, mesmo quando se pretende que a CIA actua por sua conta e que o governo norte-americano de vez em quando se vê obrigado a chamar-lhe a atenção, isso não é verdade. Quando se tem posto em prática este jogo, tem sido para apurar responsabilidades. Por isso é que as recentes denúncias da imprensa norte-americana contra importantes dirigentes de relevo internacional não pode ser considerada com a frivolidade com que o fez Carter. As acusações formuladas provêm de informações proporcionadas pela CIA e visavam um objectivo determinado que, como sempre acontece nestes casos, a única coisa que não foi tornada pública.

É evidente que nos casos do actual presidente venezuelano e do ex-presidente do México, Carlos Andrés Pérez e Luis Echeverría, o que se procurava era desprestigiá-los e, com isso, assestar um forte golpe nas posições do movimento terceiromundista e nas reivindicações nacionalistas desses países, posto que ambas as personagens pertencem a essa linha que tanto prejudica os interesses das poderosas multinacionais norte-americanas. No que se refere ao ex-chanceler alemão Willy Brandt, as acusações que lhe foram feitas inserem-se numa campanha que já antes se tinha manifestado, destinada a favorecer o regresso da conservadora Democracia Cristã alemã ao poder. A inclusão do Arcebispo Makários tem uma relação óbvia com o problema de Chipre e com o desejo de afastá-lo da cena porque é um obstáculo para a recuperação das bases militares norte-americanas na Turquia.

Como se vê, em todos os casos há uma motivação que aponta para um objectivo concreto, o que demonstra que a CIA não «filtrou» uma informação, mas que entregou elementos destinados a provocar efeitos muito calculados. A falta de escrúpulos habitual nessa Agência permite-lhe fazer este tipo de jogos sem ter em consideração a verdade do que diz, porque isso é o que menos lhe importa. Depois, pedem-se desculpas e o assunto fica arrumado. Para tal, o presidente dos Estados Unidos escreve umas missivas bem redigidas em que elogia os afectados e chega a dizer, como no caso da carta a Willy Brandt, que compreende a indignação do ex-chanceler perante «estas repetidas brincadeiras de mau-gosto da imprensa», mas que isso é o preço que os governos têm de pagar pela democracia. Isso não obstou a que, depois de enviar as cartas, o presidente norte-americano dissesse que, em alguns casos, as acusações feitas pela imprensa do seu país são erróneas e noutros, têm algum grau de precisão, com o que passa a colaborar plenamente nos propósitos da CIA que, quando muito, pretende manter a dúvida.

TORTURADOR CHILENO EXPULSO DOS EUA

Jaime Lavin Farin, director-geral do Ministério chileno dos Negócios Estrangeiros, foi convidado a retirar-se dos E.U.A., na sequência de protestos de organizações de Direitos Humanos, que o acusaram de ter participado pessoalmente na tortura de prisioneiros depois do golpe fascista de Setembro de 1963.

Lavin tinha-se deslocado aos E.U.A. no âmbito dos convites que o Departamento de Estado faz a determinadas personalidades estrangeiras, indicadas pelas respectivas embaixadas norte-ameircanas como possíveis dirigentes futuros do país em causa.

Num tribunal especial que se reuniu em 1975 na capital mexicana ficou provado que Lavin participou na tortura de antigos oficiais da aviação chilena, na Academia Militar, convertida depois do golpe em centro de prisão e tortura. Uma das primeiras aparições em público de Lavin nos E.U.A. foi no Instituto Universitário de Estudos Latino-Americanos. Interrogado acerca dos Direitos Humanos no seu país, Lavin de Farin, que não tinha conhecimento de quaisquer casos de tortura ou prisão ilegal no Chile. Esta resposta causou a indignação de um grupo de estudantes e professores, os quais subscreveram um protesto dirigido a Cyrus Vance (secretário de Estado) contra a presença de Lavin nos E.U.A.

Este e outros protestos, vindos de todos os cantos do país, levaram a uma acção discreta do Departamento de Estado, que convidou Lavinua desistir da continuação da visita. Foi a primeira vez que um caso destes se passou nos E.U.A. com um alto funcionário de um Governo amigo.

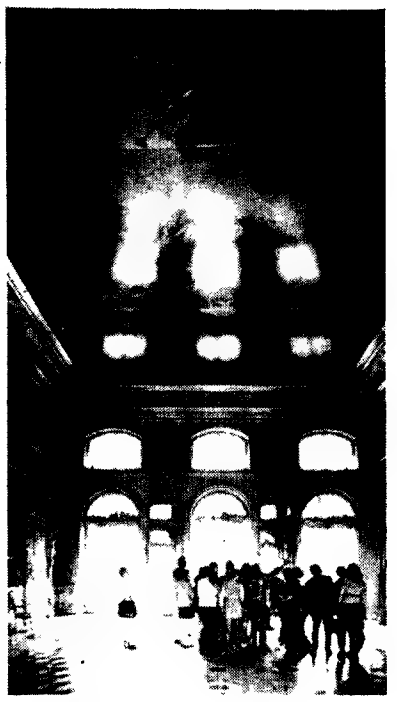
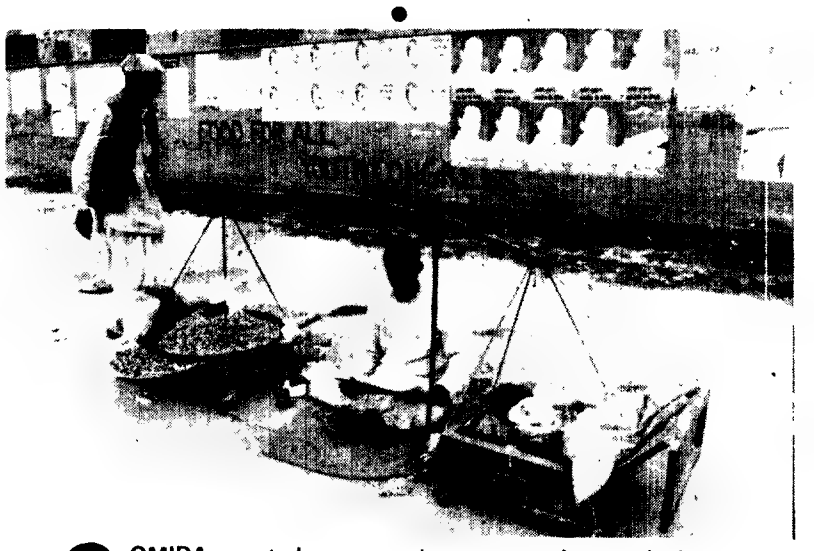


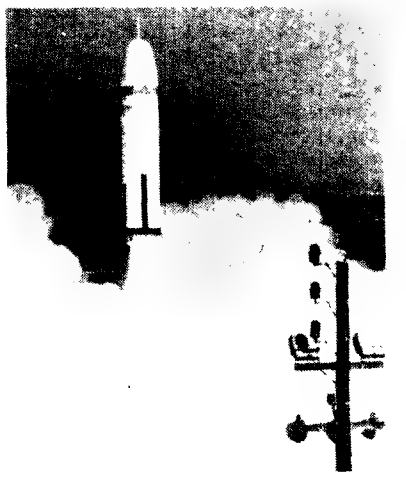
FOTO EXCLUSIVO

UM operário ou empregado médio de uma fábrica soviética ocupa hoje 39,4 horas de trabalho, com dois dias de descanso semanais. Isso significa que os seus tempos livres são quase iguais ao espaço que dedica à produção. Nesta foto da Tass, uma das maneiras que encontram de passar as suas horas de lazer: visitar museus. A foto é do vestíbulo do palácio de Catarina a Grande, em Pushkin, cidade perto de Leninegrado.

PARA quem está farto do Inverno, esta foto da A. F. P. causa, pelo menos, inveja. Os primeiros frequentadores desta temporada da «Côte D'Azur» já andam a chapinhar no Mediterrâneo, na praia da «Promenade des Anglais». Como nenhum fotógrafo português se lembrou de passar pela Caparica para ver o que lá acontecia, as primeiras imagens deste Verão são mesmo essas celulites francesas.



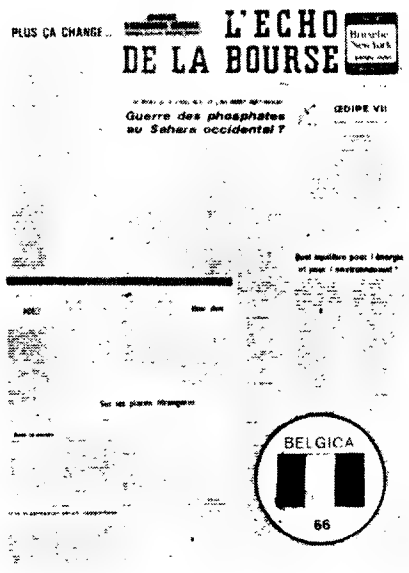
COMIDA para todos», eis o slogan que a «Juventude do Congresso» resolveu colocar nesta parede da capital indiana cheia de cartazes eleitorais. Enquanto a campanha para as eleições legislativas, que se realizarão este mês, decorre, recheada de incidentes, deserções do partido de Indira Gandhi e acusações da oposição contra a falta de democraticidade do regime, as populações continuam a ver insatisfeito o seu direito mais sagrado: o da sobrevivência. O Governo de Indira, que tem procurado minorar a sorte dos milhões de desprotegidos, e que tem encetado uma via reformista com certos aspectos francamente progressistas, vê-se a braços com uma oposição organizada que, sob pretextos de esquerda, pretende, na maioria dos casos, a viragem à direita. (Foto SIPA).



ESTE missil Trident é o primeiro da nova geração de foguetões dos E. U. A., destinados a substituírem eventualmente os Polaris e Poseidon. O Trident será transportado por submarinos especiais, quer construídos de novo, quer adaptados para o efeito. Dotado de várias ogivas, tem um raio de acção de 4800 quilómetros. O Trident é descrito como um sistema estratégico de dissuasão para responder a quaisquer ameaças nucleares até à década 80 ou mesmo depois. A foto foi tirada no voo inaugural que recentemente se efectuou em Cabo Canaveral, e que foi considerado um «êxito total» (Foto Keystone).

A Imprensa em Portugal é considerada, oficialmente, "sector em crise", o que tem dado motivo a certas especulações ao sabor dos variados interesses em causa, alguns dos quais inconfessáveis. A verdade é que a crise da Imprensa se não verifica apenas no nosso País. O jornal "Le Monde" ainda recentemente afirmava que "toda a Imprensa europeia está doente", acrescentando: "Em face da omnipresença da rádio e da televisão, a imprensa escrita das democracias ocidentais continua a reinventar a sua missão e esforçar-se por redefinir essa particularidade que faz dela uma instituição ao mesmo tempo insubstituível e perpetuamente ameaçada". ". Os artigos que se seguem, sobre a situação da Imprensa em certos países da Europa ocidental, de colaboradores do "Le Monde".

BÉLGICA QUEDA DAS TIRAGENS E SUBSÍDIOS DIRECTOS



BRUXELAS — O auxílio à Imprensa, que é importante na Bégica, quase provocou em fins de Janeiro uma crise governamental. Quando a Câmara dos Representantes votou o orçamento do primeiro-ministro, o presidente do «Rassemblement Wallon», uma das formações da maioria, Gendebien, abandonou o hemiciclo com os deputados da oposição, protestando assim, contra o facto de Tindemans se recusar a dar subvenções anuais de 200 a 250 milhões de francos aos jornais.

O primeiro-ministro qualificou de «criancice» a saída de Gendebien, e assim o incidente perdeu a sua gravidade.

É o terceiro ano em que os jornais belgas recebem um auxílio do Estado, e a oposição (sobretudo socialista) exigia a adaptação da subvenção à taxa da inflação.

Os 200 milhões são repartidos entre os quotidianos das três línguas: holandês, francês e alemão, com a preocupação de não dar prioridade a nenhuma das comunidades linguísticas. No entanto, como há mais jornais francófonos do que em língua holandesa, a sua parte encontra-se relativamente reduzida. Vários quotidianos flamengos recebem 13 milhões de francos, enquanto que o jornal francófono mais subsidiado recebe 8,7 milhões. O **Het Laatste Niews,** que é o flamengo de maior tiragem, recebe 13 milhões, o seu equivalente francês **Le Soir** só tem 5,8 milhões, e uma cadeia de três jornais socialistas de que faz parte o órgão do partido, **Le Peuple**, só obtém 3 milhões. Como é evidente, os critérios são difíceis de estabelecer, e a Imprensa de opinião não é tão ajudada como a de informação.

Dos sessenta e cinco jornais que existiam em 1939, já só restam vinte e dois quotidianos ou grupos de jornais (catorze de expressão francesa); 2,3 milhões de exemplares são diariamente editados: 1,2 milhões em francês, 1,1 em flamengo e 5 mil em alemão, no que diz respeito à região situada na fronteira da R.F.A. Em seis anos, a tiragem global teve uma diminuição de 300.000 exemplares.

Novas concentrações nos próximos meses

Nos próximos meses prevêem-se novas concentrações, assim como alguns desaparecimentos de títulos. A Imprensa socialista parece ser a mais ameaçada pelo aumento do preço do papel e dos salários. Paralelamente, a publicidade diminuiu devido à crise económica e à concorrência da televisão. A teledistribuição permite aos Belgas a captação de nove a onze canais. Esta escolha de programas, única na Europa, traz evidentemente, consigo, um desinteresse dos leitores, tanto mais que o preço do jornal aumentou para 10 francos, e que desde essa altura muitos Belgas renunciaram a comprar um segundo jornal.

Até agora, não contando com o recurso ao auxílio do Estado, os grupos de Imprensa não prevêem nenhuma solução de conjunto.

● PIERRE DE VOS

ITÁLIA 250 BILIÕES DE LIRAS DE DÉFICE EM 1977?

ROMA — A crise da Imprensa italiana deu origem em 1976 ao desaparecimento de vários títulos (principalmente do **Giornale d' Itália), há jornais de província ameaçados (como o Tutto Quotidiano,** de Cagliari e o **Il Telegrafo,** de Livorno, que, de momento, sobrevivem em «autogestão»), dão-se numerosas greves ou reduções de paginação, eo o défice inquietante de vertos jornais cuja qualidade redactorial não está em causa, como **Il Corriere della Sera** ou **La Stam; a**. O défice global dos jornais italianos que era em 1975 de 80 biliões de liras, passou em 1976 para 130 biliões. As previsões para 1977 são ainda mais catastróficas devido a uma subida de matérias-primas, despesas de distribuição e custo do trabalho. Défice esperado: 250 a 280 biliões de liras.

Esta crise favorece as tentativas de concentração, principalmente a do editor Ângelo Rizzoli (**Corriere della Sera**) que procura apossar-se de vários quotidiano em dificuldades: **la Mattino,** de Nápoles, **Il Giomale de Sicilia,** de Palermo, **La Gazetta del Mezzogiomo,** de Bari.

Segundo Luciano Ceschia, secretário-geral do Sindicato Único de Jornalistas, as razões desta crise devem-se em parte à falta de imaginação criadora dos editores, incapazes de definir um novo tipo de relação com os leitores reaisou potenciais. Maso aumento do custo do papel e do trabalho, a desorganização dos circuitos de venda, a mà gestão e os gastos desnecessários, têm um papel principal nessa crise. Para Ceschia o fim do congelamento dos preços de venda dos jornais seriam um remédio «ilusório e passageiro», se não fosse acompanhado por uma reforma geral das estruturas.

Quanto aos editores, esses respondem dando como razão o congelamento (150 liras) do preço dos quotidianos desde a Primavera de 1974. Também insistem no aumento das despesas. Segundo eles o preço do papel triplicou em quatro anos. O número total dos assalariados da Imprensa teve um aumento de 55 por cento entre 1960 e 1975, numa altura em que a difusão estagnara. Eles calculam que em 1974 um assalariado da Imprensa custou 8,4 milhoes de liras (32,7 por c. mais do que na Grã-Bretanha), e produziram-se 372 exemplares por dia (52,6 por c. menos do que na Grã-Bretanha). Segundo Giovannini, presidente da Federação italiana dos editores de jornais, a concorrência da publicidade na rádio e na televisão tem um papel marginal nesta crise. Em primeiro lugar estão os efeitos de uma situação económica desastrosa e da inflação.

Se as análises divergem quanto às causas da crise, são também muito diferentes no que diz respeito aos possíveis remédios a adoptar. Os sindicatos de jornalistas acham que é necessário: 1) sanear a gestão e reorganizar o trabalho; 2) relançar a difusão favorecendo um novo tipo de publicações locais que tratem da realidade socioeconómica; 3) renovar a tecnologia; 4) modificar a legislação actual a favor de uma informação mais próxima dos interesses do público.

Quanto aos editores, esses reclamam uma subida de 50 liras no preço dos jornais, subida essa que, embora insuficiente, permitiria reduzir uns 60 biliões e o défice previsto para 1967. O Governo recusou esse aumento de um dos artigos do «cabaz» que, ao ter repercussão na escala móvel, provocaria indirectamente um aumento de 400 biliões, nos salários, e prometeu subvencionar directamente os jornais. Os editores não acreditam num aumento das vendas (para cobrir o défice de 1976, seria, de resto, necessário aumentar a difusão em 76,6 por cento). Quanto às receitas publicitárias (em fraca diminuição em 1976) não vão aumentar tão cedo devido ao estado actual da economia italiana.

Os editores, de resto sem grandes ilusões, exigem seis medidas mais concretas destinadas a reduzir os custos: 1) supressão de seis mil postos de trabalho em três anos; 2) supressão do «jornal do sétimo dia», muito dispendioso; 3) diminuição do trabalho nocturno; 4) redução das horas suplementares; 5) introdução de novas técnicas; 6) diversificação da produção visto a maioria das tipografias só trabalharem a 50 por cento da sua capacidade.

● ROBERT SOLÉ

ALEMANHA FEDE

BONA — Na República Federal da Alemanha, a crise da Imprensa, que estava em larga medida ligada à recessão económica, parece pertencer ao passado. Há alguns meses que o volume dos anúncios publicitários aumentou espectacularmente. O número dos leitores também tem aumentado. A tiragem dos jornais independentes, que era de 13 milhões em 1954, passou para 19 milhões em 1976. Ao mesmo tempo, porém, o número dos títulos caiu de 225 para 121.

Durante os últimos anos acelerou-se a concentração das empresas de Imprensa. Primeiro só dizia respeito a jornais pouco importantes, depois atingiu os de grande tiragem. Assim, dois grandes quotidianos de Hanover fundiram-se, tal como os de Bremen e de Estugarda. No Ruhr, o **Wes' fälische Allgemeine Zeitund** formou à sua volta um autêntico império, isto sem falar do grupo Springer, que controla mais de 30 por cento da tiragem global dos quotidianos.

As razões da crise não eram muito diferentes das que a França conhece: crescimento dos custos da produção, efeitos mais gerais da crise económica, resistência dos sindicatos à modernização. Em 1976, os operários do Livro fizeram greve durante vários dias e obtiveram aumentos

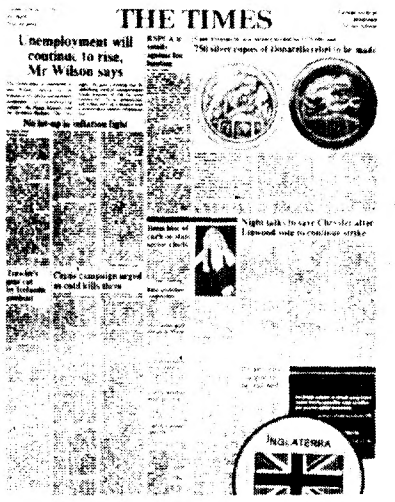
RISE MPRENSA EUROPA

GRÃ-BRETANHA ASSALARIADOS EM NÚMERO EXAGERADO E GREVES-SURPRESA

LONDRES — Após a recente compra do **Observer** pela sociedade americana Atlanta Richfield, os meios jornalísticos seguem com atenção a grande batalha travada pelo **Daily Express,** para a sua sobrevivência. O órgão do grupo Beaverbrook, que há alguns anos tirava mais de 4 milhões de exemplares, viu a sua tiragem descer progressivamente até 1 milhão e meio. Último dos jornais de grande formato, a sua clientela envelhece e vai desaparecendo a pouco e pouco. Assim, espera rejuvenescer adoptando o formato tabloide. Esta decisão põe-no em concorrência directa com outro quotidiano popular e conservador, o **Daily Mail**. Graças a uma redacção brilhante e a uma apresentação atraente, este último vai aumentando a sua tiragem já próxima dos 1.Z00.000 exemplares. Uma coisa é certa: um desses dois jornais terá de desaparecer.

Como em toda a parte o principal factor que explica as dificuldades que a Imprensa britânica conhece é o preço do papel, produto de importação seriamente encarecido pela queda da libra. De momento os salários são bastante estáveis graças ao contrato social que limita os aumentos excessivos. Mas os jornais em dificuldades tornaram-se cada vez mais sensíveis ao excesso de número de empregados que toleraram ou até encorajaram na época dos bons negócios. A concorrência da rádio e da televisão parece menos perigosa embora tenha contribuído, sem dúvida alguma, para fazer descer a tiragem dos quotidianos durante o último decénio.

As greves-surpresa são, pelo contrário, o flagelo de Fleet Street. O último exemplo disto é a paragem brutal das tipografias depois do Natal, quando os operários pediram, sem prevenir, indemnizações especiais para trabalhar durante o período das festas.



Desde 1975 que o volume da publicidade foi afectado pela crise económica. É cada vez menos certo que o total dos recursos fornecidos pelos anunciantes baste para fazer viver nove quotidianos nacionais e sete jornais de domingo. Não se pode negar que haja menos leitores, embora, os britânicos leiam bastante. Alguns jornais como o **Daily Mail** e o **Sun** chegam mesmo a aumentar a tiragem.

No capítulo dos remédios a dar ao caso, as economias no plano redaccional dizem sobretudo respeito à Imprensa dita de qualidade. O **Daily Telegraph** reduziu o número das suas delegações no estrangeiro. O **Times,** que dantes se orgulhava das correspondências particulares chegadas das mais afastadas capitais do Império Britânico, também foi obrigado a moderar as suas ambições. Tem menos correspondentes permanentes no estrangeiro (uns vinte) do que o **Financial Times** (à volta de trinta).

Os jornais britânicos não têm nenhum auxílio estatal. Em matéria de reorganização da Imprensa, longas negociações feitas entre os proprietários de jornais e os sindicatos conseguiram há alguns meses, realizar um projecto de acordo que passa por constituir a «última possibilidade» de pôr a Imprensa novamente de pé.

O projecto prevê a suspensão progressiva de quase sete mil postos de trabalho nas oficinas. Ao mesmo tempo os jornais deveriam poder introduzir mais facilmente os métodos modernos de composição por computador.

O acordo provisório assinado pelos dirigentes sindicais choca em todo o caso com uma resistência considerável da base e a sua aplicação ainda é incerta. Os trabalhadores em número exagerado seriam reformados mais cedo ou mudariam de sector desde que lhes fosse assegurado o mesmo salário.

A grande fase das concentrações e desaparecimentos durante a qual se deu a morte do **New Chronicle,** do **Evening Standard** e de vários jornais de domingo, parece, em todo o caso, ter terminado há já alguns anos. Quanto à divjrsificação das actividades dos grupos de Imprensa, ela dá incontestavelmente resultados positivos. Os grupos mais fracos são aqueles que, como a Beaverbrook **(Daily Express, Sunday Express, Evening Standard)**, não têm actividades que não sejam estritamente jornalísticas, quando o grupo Thompson (**Times, Sunday Times,** etc) tem filiais que trabalham nos domínios da televisão, do petróleo do mar do Norte e das viagens organizadas. A Associated Newspapers, que publica o **Daily Mail** também tem interesses no petróleo.

●JEAN WETZ

ERAL MAIS LEITORES MAS MENOS TÍTULOS

de salários sensivelmente mais altos do que as outras categorias de assalariados.

O preço da venda dos jornais teve, pelo contrário, pouca influência na tiragem. A concorrência da rádio e da televisão pode ser considerada sem grande importância. O orçamento publicitário das sociedades foi aumentado globalmente. As emissões publicitárias foram limitadas a 20 minutos nos dois canais nacionais da televisão, e devem ser difundidas antes das 20 horas. O terceiro canal não tem publicidade.

Entre as soluções procuradas devem colocar-se em primeiro lugar a concentração das empresas, o aumento do preço do jornal, as economias a realizar, sobretudo nos gastos em pessoal.

O auxílio do Estado tem na RFA um papel sem grande importância. O Estado só dá às empresas da Imprensa alguns créditos de taxas beneficiadas (não há subsídio no preço do papel, não há regime especial da T.V.A. ou do imposto sobre os salários).

A diversificação das actividades dos grandes grupos (exemplo: Springer no audiovisual e na publicidade) não é uma consequência da crise, porque ela tinha começado antes. Quanto à chegada de novos capitais (industriais) ela não teve nenhum papel. Os grandes grupos de imprensa ficaram independentes.

A tendência para a despolitização não a agravou. No entanto, é preciso lembrar que o quotidiano mais vendido, **Bil Zeitung,** do grupo Springer, cuja tiragem de mais de 4 milhões de exemplares está constantemente a aumentar, construiu o seu êxito na exploração do sexo e do sangue. Mas nem por isso se pode dizer que ele é apolítico, antes pelo contrário.

●DANIEL VERNET

SUÉCIA QUASE 5 MILHÕES DE EXEMPLARES PARA 8 MILHÕES DE HABITANTES

ESTOCOLMO — Na verdade, a crise da Imprensa não se manifestou na Suécia desde que em 1971 foi efectuado um sistema de auxílio público que satisfaz toda a gente. No entanto, os proprietários de jornais regionais procuram muitas vezes desembaraçar-se dos quotidianos menos rentáveis e que são em geral comprados pelos partidos políticos. Apesar de tudo a situação não é boa.

Graças à ajuda do Estado, poucos títulos desapareceram durante os últimos anos (89 jornais saíram em 1975 mais de quatro dias por semana, quando em 1965 tinham saído 93). Em todo o caso, vários quotidianos encaram a hipótese de só saírem duas ou três vezes por semana. Outros, ameaçados, foram comprados pelos concorrentes locais, sem que o seu conteúdo redactorial tenha sido modificado. É o caso do **Karlshmans Allehahda,** comprado pelo **Bleking Läns Tidning.**

As três principais razões que explicam as dificuldades da Imprensa são, por ordem de importância: o aumento dos gastos salariais (50 por cento das despesas) e os gastos de distribuição (aumentaram 35 por cento em dois anos); a concorrência da «publicidade directa» representada pelos folhetos difundidos pelas cadeias de supermercados, os efeitos mais gerais da crise económica e da inflação. Em contrapartida não há na Suécia publicidade na rádio nem na televisão, e nenhum partido pensa introduzi-la.

Os sindicatos não são hostis à modernização das empresas e a Associação dos Editores pôde felicitar-se da sua atitude «positiva». Não houve greves e os novos métodos de produção são introduzidos progressivamente. Também não houve um verdadeiro abandono por parte dos leitores. Um inquérito recente mostrou simplesmente que as mulheres e os jovens liam um pouco menos os jornais do que antes. Estes esforçam-se pois por entrar nos estabelecimentos escolares. É o caso do **Dagens Nyheter** (o maior matutino) e do **Svenska Dagbladet** De um modo geral os suecos lêem muito. A tiragem total foi, durante o primeiro semestre de 1976, de quatro milhões e seiscentos mil exemplares por dia para uma população de oito milhões de habitantes.

As tentativas de fazer trabalho redactorial em comum dão por vezes resultados curiosos. Assim, os dois pequenos quotidianos concorrentes da ilha de Gotland (um deles é social-democrata, o outro centrista) têm exactamente o mesmo conteúdo redactorial, excepto na página reservada aos editoriais e comentários políticos. Acha-se no entanto que essa solução está condenada ao fracasso e levará, tarde ou cedo, ao desaparecimento de um dos dois títulos.

Pelo contrário, a impressão co-

PROBLEMAS DO PETRÓLEO

O FUTURO DA OPEP VISTO PELO SEU FUNDADOR

□ **Freddy Balzán**
■ **PRENSA LATINA**

O perito petrolífero e um dos fundadores da OPEP em 1960, dr. Juan Pablo Perez Alfonso (73), afirmou ser necessário «pôr o dedo nas feridas que existem no seio da OPEP», como meio para ultrapassar as diferenças que existem no seio dessa organização.

Numa entrevista exclusiva, concedida à Prensa Latina, Perez Alfonso qualificou os resultados da última reunião de Qatar como um «mal necessário», ao afirmar que, sendo a unanimidade desejável, nunca deverá ter o preço que por ela se vem pagando.

Deste modo, o chamado «Pai da OPEP» criticou os vários países membros dessa organização que fazem o jogo das multinacionais dos países capitalistas desenvolvidos.

Perez Alfonso chamou a atenção para o facto «das multinacionais terem iniciado uma campanha internacional para impedir que a OPEP aplique o segundo aumento de 5 por cento, que deve entrar em vigor a partir do próximo mês de Julho.»

«Com tal campanha, afirmou, esperam que os países membros da OPEP revejam o aumento de 10 por cento, que entrou em vigor no passado dia 1 de Janeiro e foi aprovado por 11 dos seus participantes, e que, em seu lugar, se aplique um aumento de 7,5 por cento que seria a média dos dois aumentos diferentes».

Como se sabe, a Arábia Saudita e os Emiratos Árabes Unidos decidiram subir apenas 5 por cento ao preço anterior do barril de petróleo, de 159 litros, que custava 11,51 dólares. Por sua vez, a Venezuela, o Iraque, a Argélia, o Equador, o Irão, o Gabão, o Kuwait, a Nigéria, a Líbia, o Qatar e a Indonésia aprovaram um aumento de 15 por cento, que se aplicará êste ano, em duas etapas: 10 por cento, no primeiro semestre, e 5 por cento, no segundo.

Dada a importância que tem a actual conjuntura para o futuro da OPEP, Prensa Latina conversou com Perez Alfonso, o qual, além de estar ligado à sua formação, é da Corporação Venezuelana do Petróleo, foi ministro do Petróleo em 1958 e é autor de inumeráveis obras sobre a matéria, entre as quais: «O Pentágono Petrolífero», «As Despesas Públicas e o Petróleo», «Reservas Petrolíferas e Contratos de Utilização», «A Venezuela e o seu Petróleo» e «Petróleo e Independência».

— Como fundador da OPEP, acredita que esta entrou numa nova fase depois de Qatar?

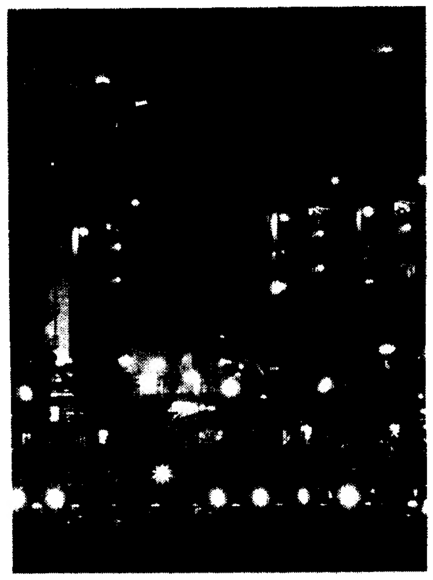
— «Não penso que seja muito exacto qualificar de nova etapa o que sucedeu em Qatar. Integra-se no processo constante da alteração e crescimento da Organização o surgimento de uma ocasião para pôr à prova algumas das diferenças existentes entre os seus membros. A minha opinião sobre o que sucedeu é a de que era inadiável e conveniente para a Organização garantir que nenhum dos seus membros — mesmo que fosse o maior exportador, possuindo as mais vastas reservas de petróleo, como é o caso da Arábia Saudita — seria utilizado como instrumento do imperialismo, para deter ou paralisar as medidas defensivas da maioria dos países exportadores. É evidente que a unanimidade é o mais desejável, mas nunca deverá ter o preço que por ela se vem pagando, nunca o preço de uma cedência a um punhado de países desenvolvidos, verdadeiros monopolizadores do consumo de energia».

— Sendo assim, quais as perspectivas?

— «Depois de Qatar, nesta nova etapa — se assim lhe quiser chamar — as perspectivas são muito mais claras para os países exportadores de petróleo e para todo o restante Terceiro Mundo. Nas actuais condições, é mais fácil distinguir entre eles os que formam a Quinta Coluna, os que actuam ao serviço dos países exploradores. As perspectivas são as de que, finalmente, a justiça prevalecerá e que os menos poderosos, mas muito mais numerosos, conseguirão impor as medidas tendentes a levar um pouco de igualdade à Humanidade».

— Quais serão as reprecussões de uma tal situação na Vene zuela?

— «As reprecursões na Venezuela serão menores do que noutros membros da OPEP, devido à nossa posição estratégica de único grande abastecedor do Continente Americano, cada vez mais deficitário em relação à satisfação das suas necessidades petrolíferas. «Somos uma fonte de abastecimento excepcional, que não convém a nenhum dos nosso clientes pôr de lado. Por



outro lado, tal como os outros países produtores de petróleo, convém ao nosso povo diminuir a produção, para reduzir a nossa dependência das receitas que representam a liquidação de um activo não renovável».

— Quem beneficiará com a nova situação?

— «Ninguém beneficiará com a nova situação de preços desiguais. Grandes e pequenos consumidores, a humanidade no seu conjunto deveria reconhecer que existe um interesse comum em refrear o consumo de petróleo, para neutralizar os perigos do desenvolvimento económico assente na base inconsistente de consumir petróleo a baixo preço.

«Toda a actual civilização industrial, erguida sobre as grandes desigualdades, não se pode manter indefinidamente. Os habitantes dos Estados Unidos não podem consumir a média anual de 30 barris de petróleo, enquanto a Índia, com uma população três vezes maior, consome em média um quinto de barril de petróleo **per capita**. O populoso Terceiro Mundo não pode ter a aspiração de imitar o consumo dos países ditos desenvolvidos, porque um nível tão elevado não pode ser atingido por toda a humanidade.

«Os que têm tão elevados níveis de consumo podem pensar que beneficiarão com o que sucedeu em Qatar, sob a pressão da Arábia Saudita e dos próprios países grandes consumidores, isto é, com o duplo preço estabelecido. Baseiam-se, no entanto, numa concepção errada ods factos que não querem ver e que conduzirá, se se insistir na via dos preços artificialmente baixos, a uma crise do petróleo, provocada pela escassez real do combustível».

— Que possibilidades existem de que a Arábia Saudita neutralize a atitude dos Onze ou acentue o conflito entre os Treze?

— «Em princípio, nenhumas. Todo o mundo viu o que se passou. A Arábia Saudita limitou-se a fazer o que lhe impuseram aqueles que apoiam a ditadura oligárquica que lá existe. Mesmo a maioria dos países grandes consumidores, como a França a Inglaterra e o Japão, vão reconhecendo os perigos que existem de tornar cada vez mais barato o petróleo, de lhe atribuir falsos preços, que não correspondem aos preços cada vez mais altos dos bens e serviços comprados com esse petróleo pelos países exportadores. Mas tudo pode acontecer, dada a fraqueza e a falta de consciência do nosso próprio valor por parte dos referidos países atrasados participantes da OPEP».

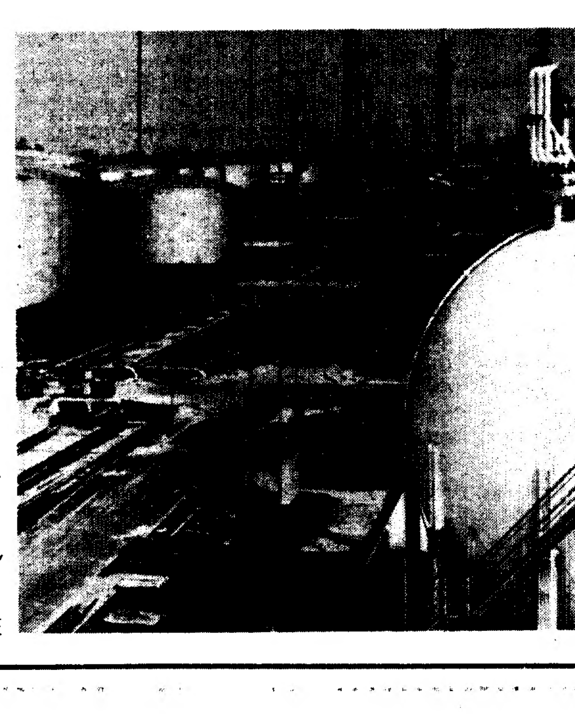
— Qual o impacto, no interior da OPEP, das críticas feitas por países subdesenvolvidos acerca da falta de uma efectiva solidariedade financeira e política, face às exigências legítimas do Terceiro Mundo, perente os países capitalistas desenvolvidos?

— «Nesta questão reside o calcanhar de Aquiles dos membros da OPEP. Em vez da solidariedade total para com o Terceiro Mundo, actuamos, para com ele, como aqueles que sempre nos exploraram. Desde que a OPEP pode agir, devido à escassez transitória do petróleo, em finais de 1970, acentuada em finais de 1973, defendi que, uma grande parte das novas e inesperadas receitas em divisas, se destinassem a um fundo especial para o Terceiro Mundo, perante os países nou claro que os membros da OPEP não iam adoptar medidas de reajustamento dos preços, há cerca de um ano e meio, propus que se declarasse expressamente que os dólares que deveriam ser aumentados não seriam recebidos pelos países exportadores de petróleo, mas atribuídos à União dos Países do Tercceiro Mundo, representada pelos 77 países. Assim, fui insistindo em que o aumento das receitas petrolíferas não fosse distribuído individualmente pelos membros da OPEP, como prémio especial, mas aplicado na constituição de um fundo de ajuda ao Terceiro Mundo».

— Que medidas efectivas poderia desenvolver a OPEP para compensar o aumento dos preços dos hidrocarbonetos?

— «Se fosse institucionalizada a participação do Terceiro Mundo no reajustamento dos preços do petróleo, as medidas a adoptar deveriam ser decididas por representantes abalisados do Terceiro Mundo. Os membros da OPEP não têm de assumir a responsabilidade da definição daquilo que deve ser atribuído ao Terceiro Mundo, pois tal é uma tarefa que só a este último cabe».

— Que papel desempenharão nestes acontecimentos as multinacionais?



7

LE MATIN DE PARIS
Pour redonner chaque jour à chacun le courage de se battre et le goût du bonheur

UM JORNAL PARA UNIR A ESQUERDA FRANCESA

«Le Matin de Paris» é o nome do novo diário francês, que iniciou a sua publicação no dia 1 deste mês. O lema do jornal vem inserto no próprio cabeçalho: «Restituir a todos e todos os dias a coragem de se bater e o gosto pela felicidade».

Especificando melhor este propósito, o jornal escreve no seu editorial: «Queremos que a esquerda unida chegue ao Poder, para modificar a sociedade. Bater-nos-emos para que ela possa depois manter-se no Poder, pois sabemos como são poderosas as forças que se lhe oporão e sabemos que a vitória nunca está tão longe como quando parece próxima.» E o editorial acrescenta: «Não somos nem o jornal do Partido Comunista, nem do Socialista nem dos radicais de esquerda. Acentuaremos aquilo que nos une e não aquilo que nos divide. Para nós só a verdade é revolucionária.»

O novo jornal nasceu a partir de uma reunião de 22 jornalistas efectuada no dia 13 de Outubro do ano passado. Lançada a ideia, a ela se associaram mais 128 pessoas: jornalistas, quadros e empregados.

De formato tablóide, o jornal, dirigido por Claude Perdriel, apresentou 32 páginas no seu número de estreia. Política, economia, estrangeiro, desporto, arte e espectáculos, guia e «dossier», além de uma rubrica chamada «O Nosso Tempo» são as principais secções do jornal.

Referindo-se ao novo periódico, «Le Monde» considera que a sua paginação é «bastante densa» e que as ilustrações nem sempre «resultam».

A CRISE DA IMPRENSA

5

mum dos jornais é uma fórmula que ganha terreno. Em Malmö, no sul da Suécia, o maior jornal social-democrata da manhã, **Anbetet** imprime também, à tarde **Expressen** (liberal, número um na Suécia), assim como a edição de domingo de **Skanska Degbladet** (centrista). Em Estocolmo fala-se muito do projecto de impressão de **Aftonbladet** (social-democrata, órgão dos sindicatos) nas instalações do grupo Bonniers. De qualquer modo, o **Aftonbladet** tem de se mudar nos próximos anos. A realização dêste projecto seria economicamente vantajosa, mas os jornais não estão de acordo. Eles não querem que um jornal social-democrata seja impresso pela casa Bonniers (equivalente sueco da Springer). A direcção da central sindical L.O., favorável ao projecto, terá, sem dúvida, a última palavra.

●ALAIN DE BOVE

FIGURA EM DESTAQUE

Nasceu a 5 de Janeiro de 1928 em Larkana. Filho dum conhecido político, ministro do governo de Bombaim, e, depois da cisão, do de Sind. Diplomado em ciências político-sociais pela Universidade Berkeley da Califórnia (EUA). Ingressou na carreira diplomática em 1957, como membro da delegação do seu país à AG da ONU. De 1957 a 1963 e de 1964 a 1966 sobraça várias pastas ministeriais. Como ministro dos Negócios Estrangeiros, participou em importantes conversações com a URSS, Índia, China, Irão e esteve presente em conferências internacionais de não-alinhadas e outras. Em 1966, demitiu-se, tendo sido posteriormente preso. Em 1967 fundou o Partido do Povo Paquistanês. Foi presidente interino do Paquistão de Dezembro de 1971 a Abril de 1973. É primeiro-ministro desde 14 de Agosto de 1973. Tem sido um dos defensores da política da nova ordem económica internacional.

ZULFIKAR ALI BHUTTO

Após uma violenta campanha eleitoral, que se saldou por numerosos mortos e feridos, realizaram-se no Paquistão as primeiras eleições legislativas em 15 anos. O partido do primeiro-ministro, Zulfikar Ali Bhutto, venceu as eleições por maioria esmagadora. Inconformados com os resultados, os partidos da oposição, agrupados na Aliança Nacional Paquistanesa, acusaram o governo de fraude e decidiram boicotar as eleições para as assembleias provinciais. Graves incidentes rebentaram depois na maior cidade do país (Carachi) que esteve paralisada durante um dia e onde o exército interveio em força.

Esta contestação contra Ali Bhutto e a sua violência são de molde a surpreender aqueles que se lembram da maior crise política do país, ocorrida em 1971 com a guerra e a secessão da província oriental, actualmente o Estado do Bangla Desh. O descontentamente popular levou à queda do regime corrupto de Yayah Kan e Ali Bhutto foi a grande personalidade política emergente da crise. Eleito presidente interino pela Assembleia Nacional, em 21 de Abril de 1972, voltou a receber um voto unânime de confiança daquele órgão, depois de levantada a lei marcial. Em 1973 o governo promulgou uma nova constituição, à sombra da qual Ali Bhutto assumiu o cargo de primeiro-ministro. Em Julho de 1972, o primeiro-ministro assinou o importante acordo de Simla com a Índia, o qual permitiu o regresso de 93 mil prisioneiros de guerra e a recuperação de 16 mil quilómetros de terra. Os dois países concordaram, além disso, em reatar as relações diplomáticas e as ligações aéreas e ferroviárias. A normalização das relações com o Bangla Desh surgiria, passados anos, após a queda de Mujibur Rahmann, o «pai» do novo Estado. Ali Bhutto desempenhou um importante papel na segunda conferência islâmica, da qual foi eleito presidente.

As relações com a China mantêm-se amigáveis, enquanto sobe a tensão com os EUA, agravada pelo facto de o governo paquistanês se recusar a denunciar o acordo que assinou com a França sobre a aquisição duma central nuclear.

Num discurso pronunciado em 1973 perante a AG das Nações Unidas, Ali Bhutto fez uma vigorosa apologia da nova ordem económica internacional, tendo depois defendido uma conferência da comunidade subdesenvolvida e oprimida do Terceiro Mundo, com a vista à criação duma unidade susceptível de fazer face à dependência económica desses países. O Paquistão, como os outros países em vias de desenvolvimento, tem sofrido as terríveis consequências da crise económica do mundo capitalista. Daí estas palavras que proferiu em Pequim: «Estados como o Paquistão podem ter alcançado a liberdade mas têm de continuar a lutar pela independência económica, que depara com o obstáculo da ordem vigente a qual procura prepetuar as relações desiguais e de exploração entre os povos».

No plano interno, os cinco anos de governo de Ali Bhutto traduziram-se em determinadas realizações de significativo alcance como uma reforma agrária (limitativa das áreas de que cada proprietário privado pode dispor), a nacionalização da banca e dos seguros, a criação de cooperativas de consumo rurais e urbanas, a nacionalização dos sectores-chave da economia. Estas medidas foram a concretização do Manifesto eleitoral do seu partido, que previa a existência duma economia mista no país.

SEMANA INTERNACIONAL

FRANÇA À ESQUERDA

Pela importância que tem no meio em que se realizou e pelos reflexos que poderá trazer para a Europa mediterrânica, a notícia da semana internacional foi o avanço da esquerda francesa nas eleições realizadas no domingo passado, na sua primeira volta, para a escolha dos presidentes de 36 mil municípios do país. Para já, o grande derrotado foi o presidente Valery Giscard D'Estaing, cujo candidato à «Mairie» de Paris, o ministro do Interior Michel D'Ornano, foi inapelavelmente batido por Georges Sarre, o candidato socialista apresentado pela União de Esquerda, e pelo ex-primeiro-ministro Jacques Chirac, do «Ressemblement pour la Republique», a nova denominação do partido gaulista UDR. Os últimos resultados mostravam que, em toda a França, a esquerda ia à frente, obtendo 52 por cento dos votos contra os 46 concedidos ao Governo e os 2 por cento dos Ecologistas que, curiosamente, são de grande importância no pleito que está a decorrer. A esquerda conquistou três centenas de municípios que eram governados pela direita, tendo cedido em troca apenas 3. É possível esperar que, nas eleições do próximo domingo, esta vantagem seja alargada. O avanço já conquistado vai muito além do conseguido no ano passado nas eleições cantonais.

A Itália ferve

Na Itália, há quem fale num «Março de 77» a lembrar o «Maio de 68» em França. A agitação estudantil desencadeada a partir do fim de Fevereiro alcançou o seu ponto máximo durante o passado fim-de-semana, com milhares de manifestantes em Roma, Nápoles, Turim, Bolonha, Milão e Florença. Os feridos somam-se às centenas, quer entre os estudantes quer entre a polícia. Já houve mortos a tiro, o Papa Paulo VI apelou para a calma e pensa-se que o governo tomará medidas enérgicas para tentar dominar a situação. Na base dos protestos está o fantasma do desemprego: um milhão de jovens italianos recém-diplomados não consegue um local para trabalhar. O Partido Comunista Italiano, acusado de «fazer o jogo da Democracia Cristã» e que tem os seus representantes rejeitados em todas as tentativas de contacto feitas até agora, já reconheceu que «submestimou o problema das universidades». Os estudantes preferem estabelecer ligações directas com os sindicatos e a Itália corre o risco de ficar dividida entre os que têm emprego e os que não conseguem trabalho.

Direitos Humanos

Pelo seu lado, os Estados Unidos continua muito «preocupado» com os Direitos Humanos entre os países do mundo. Um relatório elaborado pela Secretaria de Estado revelou que, dos 82 países a que presta auxílio militar, apenas 25 respeitam os tais direitos. Em Genebra, o delegado dos EUA à conferência sobre os Direitos do Homem exprimiu o seu «pesar» pelos Estados Unidos estarem envolvidos na queda de Allende e condenou a actual situação na Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai e outros países. Este seu gesto, classificado como «espontâneo», mereceu um imediato comunicado da presidência, que fazia as devidas «demarcações». Entretanto, custa a crer em «manifestações espontaneístas» de um representante oficial dos Estados Unidos e há quem diga que as duas posições poderiam ser um «balão de ensaio» para experimentar as reacções dos aliados fortes. Em todo o caso, a «ingerência» norte-americana já fez com que o Brasil, que tem um governo militar instaurado com o apoio directo da CIA desde 1964, indignado, rompesse um acordo militar vigente desde 1952 e que as relações entre os dois países chegasse ao ponto mais baixo desde os dias da Segunda Guerra Mundial.

Amnistia em Espanha

Em Espanha, após uma reunião de 9 horas do Conselho de Ministros, ficou decidida a ampliação da amnistia concedida aos presos políticos em Julho do ano passado. O seu número oscila entre os 200 e os 240 e todos poderão sair antes da Páscoa, com excepção de 15 culpados de «crimes de sangue». No passado fim-de-semana a polícia identificou e prendeu os assassinos dos advogados das Comisiones Obreras e a agitação voltou a subir alguns pontos no País Basco onde a polícia matou dois militantes da ETA, mas teve um morto e mais dois feridos graves na suas fileiras. No terreno político, a direita passa por uma fase de reorganização a pensar nas eleições, o PCE ainda não foi legalizado e as possibilidades de Suárez tentar a sorte nas eleições parece cada vez mais palpável.

O FUTURO DA OPEP

— Penso que as multinacionais desempenharão um papel cada vez mais limitado neste novo confronto do Terceiro Mundo com os países desenvolvidos. Entrámos numa etapa de luta que opõe os interesses duns países aos dos outros. No entretanto, as multinacionais continuarão a ser utilizadas como instrumentos dos seus países de origem».

— Como ultrapassar as actuais divergências no seio da OPEP?

— «Seguindo o caminho já encetado, pondo o dedo na ferida dessas diferenças, para que os povos interessados possam conhecer com exactidão as forças por que se alinham aqueles que dizem representá-los.

— Não considera que, por detrás desta campanha contra a OPEP, levada a cabo pelas multinacionais e os países capitalistas desenvolvidos consumidores de petróleo, se esconde a intenção de impedir a concretização do aumento adicional de 5 por cento, decidido pela OPEP, e que deverá entrar em vigor a partir do próximo mês de Julho?

— «Não só prosseguem um tal objectivo, mas também pressionam para que os países da OPEP revejam os dois aumentos diferentes, que entraram em vigor a partir do dia 1 de Janeiro passado, de 10 e 15 por cento, e que, em seu lugar, apliquem um só aumento de 7,5 por cento».

PAÍSES POBRES PAÍSES RICOS

Os países desenvolvidos, com apenas 20 por cento da população mundial, usufruem de quase 67 por cento das receitas do Mundo, enquanto os países em desenvolvimento, com 80 por cento da população, recebem somente 36 por cento das mesmas e, entre eles, os mais pobres, com 30 por cento da população, dispõem unicamente de 3 por cento das receitas mundiais.

(Boletim da Conferência do Comércio e Desenvolvimento das Nações Unidas — UNCTAD, de Outubro de 1976).

INSÓLITO

O Estado de Washington, na costa ocidental da América, um dos mais afectados pela seca que há meses grassa a oeste das Montanhas Rochosas, iniciou recentemente um programa de rega de núvens com produtos químicos, a fim de provocar a chuva. Mas eis que o ministro do vizinho Estado do Idaho se indigna com tal procedimento que, segundo afirma, esvazia as núveus da sua água antes de alcançarem o Idaho, também afectado pela seca. Enfim, isto passa-se dentro dos Estados Unidos.

Mas não poderá um dia atravessar fronteiras?

■

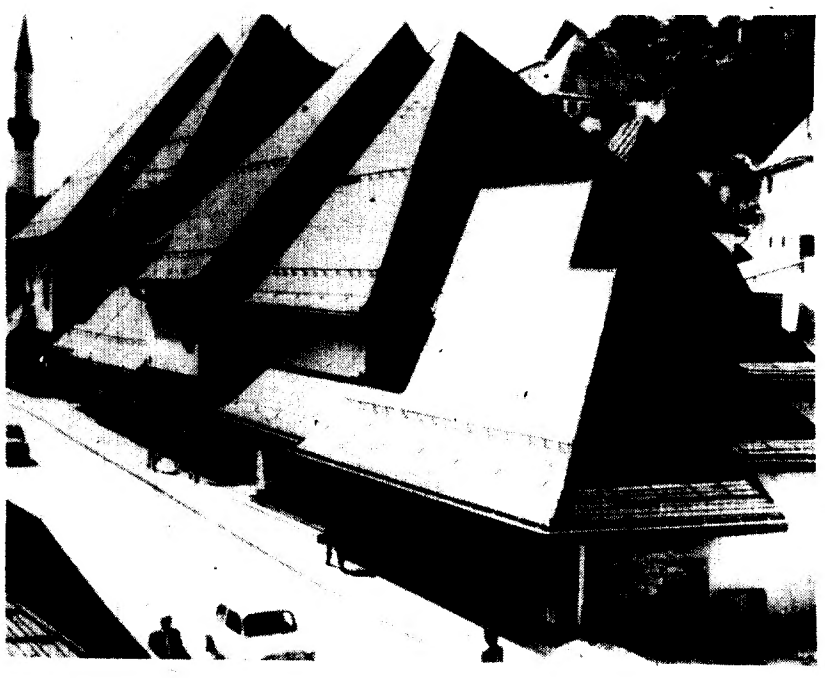
Ora aqui está um presidente ecuménico. Idi Amin teria declarado recentemente na rádio ugandesa (captada em Nairobi), que não era hostil a nenhuma relegião praticada no Uganda, o que podia provar com o facto de ser pai de 31 filhos nascidos de mulheres de todas as regiões do país. Para terminar com chave de ouro Idi Amin diria ainda que esperava vir a ser pai de mais crianças, cujas mães podiam mesmo ser norte-americanas.

■

Foi finalmente solucionado um grave mistério que trazia apreensivos muitos ingleses e que pode intitular-se «o caso dos peixinhos doirados assassinados nos lagos de jardim». Quem matava os peixes? Perguntavam algumas pessoas, tão indignadas e receosas como se andasse à solta por Londres um novo e terrível Jack-o-Estripador.

E afinal era simples. Um grupo de naturalistas foi à televisão explicar. É que, devido à escassez de sapos fêmeas, os machos voltaram as suas violentas atenções amorosas para os peixes doirados que, pobrezinhos, morreram. Enfim, tudo tem a sua explicação e «o caso dos peixes doirados assassinados nos lagos de jardim» também.

PELO MUNDO



PRÉMIO DE ARQUITECTURA

Três arquitectos jugoslavos, Jadric, Karic e Kurta, receberam o prémio da «Mais Bela Criação Arquitectónica» deste ano, atribuído por um jornal de Belgrado, a esta construção original mostrada pelo foto da Keystone. O prédio, situado no centro de Jajcf, na Jugoslávia, abriga diversos estabelecimentos comerciais da cidade e é classificado como um belo exemplo da arquitectura tradicional da Bósnia, edificado com materiais modernos.

DIVERGÊNCIAS NA CEE

O Mercado Comum Europeu (CEE) está dilacerado por divergências e contradições permanentes — declarou o presidente da CEE, Roy Jenkins, em pleno Parlamento europeu.

Jenskins reconheceu que falharam todas as medidas, que desde a constituição da Comunidade, se têm tentado adoptar, com vista a ultrapassar as contradições entre os países «fortes» e «fracos» do Mercado Comum.

Segundo ele, a Comunidade está mergulhada num «pântano de divergências» e reina uma atmosfera de egoísmo nacional, o que leva a certos países a obterem vantagens à custa dos seus parceiros. Jenskins sublinhou que este clima pode «conduzir à desagregação da CEE».

«Durante estes últimos três anos, a CEE viveu uma grave crise: o desemprego mantém-se nos países membros e a Comunidade conhecerá decerto dias ainda mais difíceis» — declarou Roy Jenskins.

Jenskins declarou-se ao mesmo tempo partidário de eleições directas para o Parlamento europeu. Esse será o primeiro passo para a criação duma «União Europeia», contra a qual lutam todas as forças progressistas e democráticas da Europa Ocidental. Na verdade, a criação da União Europeia traduzir-se-á numa série limitação da soberania dos países membros, o que permitirá um agravamento da exploração dos países «fracos» pelos «fortes».

Perspectivas económicas da OCDE

5

O número de **Perspectivas Económicas** que saiu em Julho indicava que a expansão prevista no âmbito da O.C.D.E. estava mais ou menos de acordo com a estratégia a médio prazo. Depois de uma rápida progressão do P.N.B. real — à taxa anual de cerca de 6 por cento — registada no decurso do primeiro semestre de 1976, esperava-se que a taxa de crescimento descesse para cerca de 5 por cento, durante um período de doze meses, até meados de 1977, com uma diminuição progressiva do desemprego, mas também com um ligeiro acentuamento da inflação. De facto, a recente evolução leva a pensar que as previsões eram demasiado optimistas, para o período que começou em meados de 1976: a taxa de crescimento parece tender a recuar para 3,25 a 4 por cento nos três meses que terminam em Dezembro de 1977 e o desemprego recomeçar a crescer. Devido, entre outros factores, à grande subida da tendência da procura, pensa-se, hoje, que a inflação abrandará ligeiramente, em vez de acelerar a menos que se dêem novos acontecimentos importantes no exterior.

As previsões do Secretariado auguram uma leve aceleração do crescimento nos Estados Unidos, para o fim do ano. A influência depressiva da baixa dos rendimentos agrícolas não parece dever manter-se e a procura dos consumidores, apoiada no aumento do emprego e nas remunerações por empregado, poderá recomeçar a crescer. A construção de habitações reiniciou-se recentemente e, a acreditar nas encomendas de bens de equipamento de carácter não-militar e nos inquéritos sobre os investimentos, as despesas em capital das empresas deveria continuar a subir. Prevê-se também uma aceleração para o Japão; os aumentos negociados no quadro dos regulamentos salariais e os pagamentos de prémios deveriam estimular o consumo privado; e tanto o investimento das empresas como os investimentos na construção civil da parte do sector privado parecem vir a registar um aumento.

Na maior parte dos países europeus, a tendência da procura parece bastante pouco dinâmica.

Os inquéritos de conjuntura indicam, de uma maneira geral, que a confiança se deteriorou mais uma vez, no decurso dos últimos meses. O nítido abrandamento da actividade, registado recentemente, a instabilidade das taxas de câmbio e a adopção de políticas orçamentais e monetárias mais restritivas, numa série de países, foram sem sombra de dúvida importantes factores para tal. Por razões de equilíbrio interno e externo, a França, o Reino Unido, a Itália e vários pequenos países intensificaram, nos últimos meses, as suas políticas de estabilização.

LIBERDADES AMEAÇADAS NA SUÍÇA

«A recessão económica e a situação política actual ameaçam não só os postos de trabalho, mas também os direitos e as liberdades democráticas na Suíça. Cresce o número de professores que não são contratados devido às suas ideias políticas, muito embora sejam apoiados por pais e alunos, dada a sua alta qualificação profissional. São cada vez mais frequentes as represálias políticas nos serviços públicos. A Imprensa, e, sobretudo, a Rádio e a TV está submetida a uma censura directa, sendo numerosos os casos de jornalistas progressistas que perdem o seu emprego. A indústria privada despediu já numerosos militantes sindicalistas» — assim começa o texto do Manifesto Democrático, publicado na Primavera do ano passado na Suíça.

O manifesto, assinado por uma centena de personalidades recrutadas sobretudo no sector intelectual, tem vindo a conhecer novas adesões, e tem desenvolvido intensa actividade na defesa dos direitos ameaçados na Suíça.

A acção do M.D. desenvolve-se através de grupos de trabalho: Grupo de Justiça, Grupo Educação e Trabalho Social, Grupo «Mass Media», Serviço de Imprensa. Nas principais cidades da Suíça alemã existem já secções activas do M.D. Este ano vai ser exibido um filme, realizado pelo Manifesto sobre a repressão nas escolas.

EXPOSIÇÃO DE AGRICULTURA

Calcula-se que um milhão de visitantes tenham passado pelo Salão Internacional de Agricultura, versão 1977, que esteve aberto ao público até o passado dia 13, no parque de exposições da Porte de Versailles, em Paris. Lá estiveram 599 equinos, 1260 bovinos, 520 ovinos, 45 caprinos e 10.000 máquinas agrícolas, procedentes de diversos países da Europa. Esta foto da Keystone dá uma ideia da alfuência que, em certas alturas, apresentava um movimento maior do que o Metro, nas horas de ponta.

O PAPEL DAS FORÇAS ARMADAS NA UNIÃO SOVIÉTICA

«São completamente infundadas as afirmações que se propagam na NATO e segundo as quais a URSS se dota com meios que vão muito além dos simplesmente defensivos e que pretende a supremacia militar» — declarou o almirante S. Gorshkov, vice-ministro soviético da Defesa, em entrevista concedida à «Novosti» por ocasião do Dia do Exército e da Armada da URSS.

Na sua entrevista, o vice-ministro acentuou o carácter pacifico das Forças Armadas Soviéticas, recordando que desde a revolução elas se encontram ao serviço do povo e evocando o papel decisivo que elas tiveram na defesa mundial contra o nazismo.

Por fim, o almirante Gorshkov justificou as necessidades de defesa da URSS declarando que elas se devem unicamente a factores externos ao país, isto é, ao imperialismo e às suas tendências agressivas.

EXCLUSIVO
N.º 6 / 77